

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

WALTER DOMINGOS BORGES GONÇALVES

A UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO
BRASILEIRA COMO MECANISMO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

CURITIBA

2023

WALTER DOMINGOS BORGES GONÇALVES

A UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA COMO MECANISMO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito para o título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientador (a): Prof. O Dr. Demian Castro

CURITIBA

2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Gonçalves, Walter Domingos Borges

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-
Brasileira (UNILAB) como mecanismo de transformação social /
Walter Domingos Borges Gonçalves. – Curitiba, 2023.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná,
Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-
Graduação em Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Demian Castro.

1. Política pública. 2. Política educacional. 3. Ensino superior -
Interiorização. 4. Educação - Cooperação internacional.
5. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-
Brasileira. I. Castro, Demian. II. Universidade Federal do Paraná.
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. III. Título.

Bibliotecária: Maria Lidiane Herculano Graciosa CRB-9/2008



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO POLÍTICAS PÚBLICAS -
40001016076P0

ATA Nº79

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE Mestrado PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM POLÍTICAS PÚBLICAS

No dia vinte e quatro de maio de dois mil e vinte e três às 15:00 horas, na sala Sala de reuniões do Departamento de Economia, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de dissertação do mestrando **WALTER DOMINGOS BORGES GONÇALVES**, intitulada: **A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como mecanismo de transformação social**, sob orientação do Prof. Dr. DEMIAN CASTRO. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação POLÍTICAS PÚBLICAS da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: DEMIAN CASTRO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), FABIANO ABRANCHES SILVA DALTO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), VIRGINIA LAURA FERNANDEZ (UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, DEMIAN CASTRO, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

CURITIBA, 24 de Maio de 2023.

Assinatura Eletrônica

27/06/2023 10:50:01.0

DEMIAN CASTRO

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

27/06/2023 19:09:18.0

FABIANO ABRANCHES SILVA DALTO

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

03/07/2023 15:54:10.0

VIRGINIA LAURA FERNANDEZ

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO POLÍTICAS PÚBLICAS -
40001016076P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação POLÍTICAS PÚBLICAS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **WALTER DOMINGOS BORGES GONÇALVES** intitulada: **A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como mecanismo de transformação social**, sob orientação do Prof. Dr. DEMIAN CASTRO, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 24 de Maio de 2023.

Assinatura Eletrônica

27/06/2023 10:50:01.0

DEMIAN CASTRO

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

27/06/2023 19:09:18.0

FABIANO ABRANCHES SILVA DALTO

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

03/07/2023 15:54:10.0

VIRGINIA LAURA FERNANDEZ

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha mãe, meus irmãos, minha irmã e a todas as pessoas que fizeram diferença durante essa trajetória para que eu obtivesse sucesso.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a deus e aos deuses pela vida, saúde, sabedoria, conhecimentos e pelas forças de não ter desistido e continuar persistindo até aqui.

Agradeço à minha mãe que mesmo de longe continuou me apoiando incondicionalmente, falta até palavras para descrever, minha eterna gratidão, mãe.

Aos meus irmãos Danilson e Helder e a minha irmã Sônia, obrigado por estarem sempre presentes na minha vida e em todos momentos.

A todos os familiares que de uma forma ou outra contribuíram para que este sonho fosse realizado.

Aos amigos e amigas que compartilhamos espaços ao longo dessa trajetória, Manu, Edu, Eduardo, Emily, Michel, Nilton, Divua, Dinho, Geovane, Jair, Jacica, Joel, Nilton Felipe, obrigado pelas festas, passeios e distração nas horas vagas.

À minha ex-companheira Caroline Fortunato e aos familiares dela que têm me apoiado desde o momento em que os conheci.

Ao meu orientador Demian Castro, por toda dedicação, ajuda e aprendizado nessa trajetória.

Aos meus colegas de turma que através desse curso permitiram a troca por meio de diálogos, mesmo cursando todos os componentes à distância.

À UFPR e CAPES por me terem contemplado com a bolsa nesses dois anos do curso, sem essa ajuda esse sonho não seria concretizado.

Gratidão ao universo por tudo que tenho alcançado até aqui, se o limite é o céu, quero estar lá.

RESUMO

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB surgiu num contexto no qual a política educacional brasileira anunciou um novo ciclo, rumo ao processo de expansão e interiorização do ensino superior público, buscando a democratização do acesso à educação universitária, através da criação de universidades federais nas regiões periféricas. Tal ação resulta em oportunidades de as populações menos favorecidas ingressarem nos cursos superiores sem ter que deslocar-se para os grandes centros urbanos. Além desse importante aspecto, a UNILAB é fruto da política externa desenvolvida durante o governo Lula (2003 a 2010) com os países pertencentes à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em que o Brasil reforça a ideia da Cooperação Sul-Sul, tornando-se, desta forma, um dos parceiros estratégicos no processo de desenvolvimento econômico, científico e tecnológico dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor Leste. Nessa perspectiva, o presente trabalho busca examinar a criação da UNILAB enquanto uma política pública nacional com abrangência internacional, tentando compreender a política pública enquanto consolidadora de direitos sociais para os jovens brasileiros e dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa — PALOP e do Timor-Leste, principalmente de baixa renda, garantindo o acesso e a permanência no ensino superior público, visando contribuir à reversão da desigualdade social, econômica e cultural. O resultado desta pesquisa evidencia que essa universidade vem desenvolvendo ações políticas e sociais que permitem cumprir o seu objetivo de criação conforme estabelecido no seu estatuto e suas diretrizes, envolvendo o contexto internacional, nacional e as regiões do Maciço de Baturité e Recôncavo Baiano.

Palavras-chave: Política Educacional Brasileira; Internacionalização e Interiorização do Ensino Superior; Políticas Públicas; UNILAB.

ABSTRACT

The Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB emerged in a context, in which the Brazilian educational policy announced a new cycle, towards the process of expansion and interiorization of public higher education, seeking the democratization of access to university education, through the creation of federal universities in peripheral regions. Such action results in opportunities for the less favored populations to enter higher education courses without having to move to large urban centers. Besides this important aspect, UNILAB is the fruit of the foreign policy developed during the Lula government (2003 to 2010) with the countries belonging to the Community of Portuguese-Speaking Countries, in which Brazil reinforces the idea of South-South Cooperation, thus becoming one of the strategic partners in the process of economic, scientific and technological development of the Portuguese-speaking African Countries and East Timor. From this perspective, this paper seeks to examine the creation of UNILAB as a national public policy with international scope, trying to understand public policy as a consolidator of social rights for young Brazilians and young people from Portuguese-speaking African Countries - PALOP and East Timor, especially low-income, ensuring access and permanence in public higher education, aiming to contribute to the reversal of social, economic and cultural inequality. The result of this research shows that this university has been developing political and social actions that allow it to fulfill its objective of creation as established in its statute and its guidelines, involving the international and national context and the regions of Maciçode Baturité and Recôncavo Baiano.

Palavras-chave: Brazilian Educational Policy; Internationalization and Interiorization of Higher Education; Public Policies; UNILAB.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	PAÍSES QUE FAZEM PARTE DA CPLP A PARTIR DE 2014.....	18
FIGURA 2	MAPA DA REGIÃO ONDE SITUA OS CAMPUS DA UNILAB.....	24
FIGURA 3	PLANTA DE CAMPUS DE AURORAS.	35

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	FAIXA ETÁRIA DOS DOCENTES MASCULINOS E FEMININOS DA UNILAB.	38
GRÁFICO 2	QUADRO GERAL DE DISCENTES ATIVOS NA UNILAB..	40
GRÁFICO 3	QUANTIDADE DE ALUNOS ESTRANGEIROS E BRASILEIROS EGRESSOS DA UNILAB.....	42
GRÁFICO 4	ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NA UNILAB.	80

LISTA DE TABELAS E QUADRO

TABELA 1	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR FEDERAL DE 2002 a 2014.	23
TABELA 2	CURSOS DE GRADUAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃO e PÓS-GRADUAÇÃO.	32
TABELA 3	PREÇO DO ALMOÇO E JANTA NA UNILAB.	57
TABELA 4	ACORDOS DE COOPERAÇÃO VIGENTE NACIONAIS ENTRE A UNILAB E AS INSTITUIÇÕES PRIVADAS.	64
QUADRO 1	QUADRO DOCENTE DA UNILAB.	37
QUADRO 2	ACORDOS DE COOPERAÇÃO ENTRE A UNILAB E AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS, NACIONAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS.	66
QUADRO 3	ACORDOS VIGENTES ENTRE A UNILAB E AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS INTERNACIONAIS.	69
QUADRO 4	ACORDO ENTRE A UNILAB E AS ENTIDADES DA REGIÃO ONDE ESTÁ INSERIDA.	77

SIGLAS

CPLP	Comunidade dos Países da Língua Portuguesa
FNDE	Fundo Nacional de Educação
FUNCAP	Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FIOCRUZ	Fundação Instituto Oswaldo Cruz
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IILP	Instituto Internacional de Língua Portuguesa
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PBP	Programa Bolsa Permanência
PT	Partido dos Trabalhadores
PNE	Plano Nacional da Educação
PSEE	Processo Seletivo dos Estudantes Estrangeiros
PNAES	Política Nacional de Assistência Estudantil
PAES	Política de Assistência Estudantil
PROPAE	Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento
PROINTER	Pró-Reitoria de Relações Institucionais e Internacionais
REUNI	Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RU's	Restaurantes Universitários
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2- A UNIVERSIDADE E SUAS PECULIARIDADES: UMA PERSPECTIVA TEÓRICA	7
2.1- A Criação da Universidade no Brasil: Desafios e Perspectivas	9
3- UNILAB: UMA UNIVERSIDADE INTERNACIONAL EM REDENÇÃO — CE E SÃO FRANCISCO DO CONDE — BA	16
3.1- A Criação da UNILAB	18
3.2- A Presença da UNILAB em Redenção – CE e São Francisco do Conde – BA	24
3.3- Perfil Socioeconômico do Município de Redenção – CE	29
3.4- Perfil Socioeconômica do Município de São Francisco do Conde – BA	30
4. ASPECTOS DA INFRAESTRUTURA FÍSICA, SOCIAL E DE RECURSOS HUMANAS DA UNILAB	32
4.1- A Estrutura Física da UNILAB: Liberdade, Palmares, Auroras e Malês	33
4.2- O Quadro Docente da UNILAB: Uma análise mista	37
4.3- Descrição qualitativa e quantitativa dos Estudantes da UNILAB	38
4.4- Breves relatos dos estudantes egressos	44
5. AS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA UNILAB	48
5.1- Programa de Assistência ao Estudante (PAES)	52
5.2- Programa Bolsa Permanência (PBP)	58
5.3 Observatório da Vida Estudantil	59
6- A POLÍTICA DE ACORDOS VIGENTES ENTRE A UNILAB E OUTRAS INSTITUIÇÕES	62
6.1- UNILAB: Pesquisa, Ensino e Extensão	79
6.2- Uma análise mista entre a Unilab e Unila através da Cooperação e Integração Internacional	83
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	90

1. INTRODUÇÃO

A implementação das políticas públicas que acompanham as transformações nas sociedades tem se tornado um dos desafios para os chefes de Estado e governos. Elas costumam ser classificadas como ações estratégicas de políticas, que expressam os acordos sociais, para garantir que o Estado cumpra o seu papel na produção do bem-estar social, econômico, trabalhista ou ambiental (MENICUCCI E GOMES, 2018). Sendo assim, entende-se que política pública é a soma das atividades dos setores públicos que agem direta ou indiretamente nas transformações sociais. Ainda, podem ser consideradas “a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e do interesse público” (LOPES *et al.*, 2008, p.5). Para tanto, essas atividades envolvem os projetos, recursos e prioridades em uma determinada área ou instituição, embora “essas ações nascem da necessidade do próprio Estado, mas são decorrentes de demandas da sociedade” (STUCKY, 1997).

O presente trabalho busca examinar a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) enquanto política pública nacional de abrangência internacional, cujo propósito é instrumentalizar políticas públicas na consolidação de direitos sociais para jovens brasileiros e dos Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e do Timor-Leste, garantindo o acesso e a permanência no ensino superior público a esses estudantes, com intuito de reverter a desigualdade social, econômica e cultural. Nessa perspectiva, os nossos objetivos específicos são os seguintes: descrever o panorama histórico da criação da UNILAB, suas estruturas e localização; verificar as políticas de ações afirmativas unilabianas para permanência dos estudantes na instituição; e entender até que ponto a UNILAB pode contribuir ou vem contribuindo com o seu propósito de criação; examinar a constituição do mesmo e o seu processo de instalação e a sua internacionalização por meio de acordos vigentes com outras instituições de outros países; e abordar o ensino, pesquisa e extensão desta universidade, assim como analisar e comparar a integração internacional na UNILAB e Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

A abertura de uma instituição de ensino pública deve ser entendida como a criação de um bem público, com acesso livre e democrático para todos os indivíduos, independentemente da classe, gênero, sexualidade, religião e grupos étnicos. Levando em consideração que nem sempre é interpretada dessa forma, é importante a execução

das políticas públicas voltadas para a inclusão das categorias e grupos nas sociedades que sofrem de quaisquer restrições sociais. Nesse sentido, a educação deve ser priorizada para todos como inserção de direitos sociais básicos, deveria ser tratada como prioridade, tornando a universidade um ambiente democrático, multicultural e multirracial que produz o conhecimento, solidariedade e respeito às diferenças. Sendo assim, ela (universidade) é considerada uma instituição de cunho social acompanhada de mudanças e transformações econômicas, políticas e sociais que permitem a troca de ideias e a expressão do funcionamento e a estrutura da sociedade em geral, que pode ser vista a partir do seu interior, das atitudes e dos projetos que expressam a divisão e opiniões contraditórias da sociedade (CHAUÍ, 2003).

Sendo uma instituição social diferenciada e definida pela sua qualidade/peculiaridade intelectual, a universidade pode ou deve dialogar com a sociedade e o Estado de uma maneira crítica, inclusive contribuindo na formação de indivíduos com opiniões ou perspectivas diferentes das prevalecentes em uma sociedade dividida em classes e com um Estado que tende a espelhar essa estrutura social, gerando, no limite, exclusão social. Uma realidade globalizada que prevalece presente nas sociedades de acordo com as mudanças governamentais, da qual o Brasil tem sido exemplo, com a chegada dos governos de direita, em que as políticas educacionais têm sido afastadas das pautas políticas. Neste cenário de retrocesso, as universidades públicas federais têm sido cada vez mais alvo de sucateamento e com os diversos cortes de verbas. Nesse sentido, Santos (2008) afirma que as universidades públicas possuem uma dependência financeira com o Estado e a partir do momento em que o mesmo decide reduzir o seu compromisso social com elas, estas tendem a entrar em crise institucional. Isso é o que tem acontecido com os cortes abusivos que o complexo de ensino, pesquisa e extensão federal tem sofrido no período compreendido entre 2019 e 2022, referente ao governo Bolsonaro.

Ainda, a crise universitária tem sido refletida globalmente na sua mercantilização, transformando as instituições em entidades que ao produzirem para o mercado, reproduzem para si a mesma lógica na gestão universitária (SANTOS, 2008). Atualmente, as universidades públicas brasileiras enfrentam um grande colapso institucional, devido às reduções orçamentárias e desvalorização das políticas públicas educacionais. Para tanto, existem obstáculos institucionais, tais como: os desafios socioeconômicos e a falta de investimento, que dificultam o funcionamento da universidade e impedem o cumprimento do seu papel e responsabilidade com a nação.

(RIBEIRO, 1969). Sendo assim, esses obstáculos refletem na estrutura universitária, sobretudo no aumento de números de vagas ofertadas e construção de um ambiente propício que facilita o processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, a estrutura universitária é entendida como “conjunto e integração dos órgãos através dos quais as universidades cumprem suas funções” (RIBEIRO, 1969, p.33). Portanto, os órgãos da universidade devem estar integrados por coordenações que permitam atuar e crescer harmoniosamente, contribuindo com a partilha de conhecimentos entre os setores técnico administrativo, corpo docente e discentes.

No campo educacional, as desigualdades sociais têm se manifestado de uma forma perversa, apresentando baixos índices, com uma taxa de 16% de analfabetismo e 40% de evasão escolar dos estudantes brasileiros que não atingem o nível de escolaridade (DUARTE e OLIVEIRA, 2005). Levando em consideração que a educação é reconhecida internacionalmente pela Unesco (2009) como um bem público e pela Constituição Brasileira de 1988, art. 205, como um direito comum de todos e dever do Estado e da família, o Governo Federal definiu-a como uma das prioridades das políticas públicas educacionais para contornar tal quadro de desigualdade, com a progressiva universalização e democratização do processo educativo. Foi nessa conjuntura, tardia, que a partir de 2001, através da elaboração do Plano Nacional de Educação — PNE (2001-2010) — foi fixado como meta o aumento dos investimentos nessa área, sobretudo a ampliação do número de estudantes beneficiários de políticas sociais no ensino superior. Nesse contexto, foram inaugurados, no período de 2003 a 2016, aproximadamente 23 novas instituições de ensino superior público, com a abertura de vários campi em municípios da periferia das regiões metropolitanas, cidades do interior e no nordeste do Brasil (MACIEL FILHO *et al.*, 2020).

Nessa linha de raciocínio, Ribeiro (2012, p.52) argumenta que “as políticas públicas e privadas no setor educacional vêm promovendo interiorização da educação superior no Brasil, e com isso provocam transformações nas estruturas urbanas”. Assim sendo, percebe-se que as políticas públicas educacionais são ações desenvolvidas pelo governo para garantir uma educação de qualidade para todos os cidadãos independentemente da raça, cor, sexualidade, condições sociais, localização geográfica entre outras categorias de análises julgadas pertinentes. No Brasil, as políticas educacionais estão conectadas com o período da proliferação do modelo capitalista nos países periféricos e os ideários de privatização e internacionalização da educação. Outrossim, as novas políticas de expansão/interiorização do ensino superior,

desencadeadas após 2003, mediante a democratização das políticas de acesso e permanência no ensino superior, marcaram o início da deselitização do ensino superior.

Isso se deve ao reconhecimento do Governo Federal sobre o papel das universidades como um mecanismo de transformação social, desenvolvimento sustentável e do país, de forma inteligente, na senda internacional. Para Menicucci e Gomes (2018)

As transformações sociais e econômicas que exercem impacto, inclusive sobre as qualificações para o mercado de trabalho, têm sido consideradas como um dos fatores do aumento dessa demanda. A própria elevação da escolaridade na educação básica é também um fator determinante desse aumento (MENICUCCI e GOMES, 2018, p.138).

Pela transcrição acima transparece que a educação é elemento determinante na transformação social, com possibilidade de reverter o quadro das desigualdades sociais e econômicas, visto que permite o desenvolvimento do indivíduo a partir do processo de ensino e aprendizagem, assim como o possível ingresso no mercado de trabalho na área de formação. Por outro lado, a educação pode ser um instrumento de manutenção de poder e reprodução das desigualdades, sobretudo diante da ausência ou negligência de políticas públicas. Na realidade brasileira, mesmo com as políticas públicas desenvolvidas pelos governos, a maioria dos cursos superiores tem um quadro discente elitista, por isso as políticas públicas movidas pela equidade são imperativas e indispensáveis para redistribuição das oportunidades educacionais e propõem uma educação mais igualitária permitindo a diversificação do público acadêmico.

Em relação à UNILAB, desde o seu projeto de criação, traçou como a sua missão:

Produzir e disseminar o saber universal, de modo a contribuir com o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil e dos países de língua portuguesa, por meio da formação de cidadãos com sólidos conhecimentos filosófico, científico, cultural e técnico, comprometida com a superação das desigualdades sociais (BRASIL, 2010).

Nesse contexto, a nossa primeira hipótese defende que uma parcela dos estudantes dessa universidade estão agrupados na classe média-baixa, e enxergam o ingresso na universidade como oportunidade de desenvolver suas habilidades e melhorar as condições de vida. A segunda apresenta que os projetos de ensino, pesquisa e extensão nessa universidade são criados a partir do contexto local, inserida na perspectiva da integração entre Brasil e os PALOP 's e as necessidades dos municípios. Já a terceira apresenta que essa universidade (UNILAB), por meio de acordos e

cooperação internacional, atende às demandas estabelecidas no seu estatuto, principalmente com os países da integração. O “ensino superior é considerado estratégico nas sociedades contemporâneas devido ao papel como produtor do conhecimento e de inovação, com vários impactos sobre o desenvolvimento social e econômico” (MENICUCCI e GOMES, 2018, p.137). A nossa pesquisa busca responder às seguintes inquietações: como a UNILAB está caminhando nesses últimos 12 anos desde a criação? Quais são as possibilidades dessa universidade, a UNILAB, estimular mudança social e econômica no cotidiano do cenário em que está inserida? Ela tem seguido o seu propósito de criação?

Quanto à temática de políticas públicas educacionais, a UNILAB enquanto instrumento de transformação social, torna-se um interessante objeto de estudo com a mesma probabilidade da construção de conhecimentos e qualificação profissional, bem como estratégias de combate às desigualdades sociais e econômicas. A escolha da temática advém da necessidade de construir explicações científicas sobre os efeitos do projeto educacional da UNILAB, na efetivação das políticas públicas e melhorias de condições de vida dos seus acadêmicos e cotidiano onde está inserida, assim como a sua contribuição com os países parceiros. Mas também tem uma relevância pessoal devido à trajetória do autor na referida instituição que, durante a graduação, enquanto estudante africano e negro, foi beneficiário das políticas de ações afirmativas cruciais para minha permanência e conclusão do curso, me motivando a pesquisar a instituição e seus mecanismos de ingresso, para os alunos oriundos dos Países Africanos de Expressões Portuguesas e, também, para os brasileiros, avaliando este acolhimento enquanto determinante na mudança dos padrões de vida dos seus egressos.

Para este trabalho adotamos uma abordagem qualitativa descritiva, na qual os dados foram coletados através da pesquisa bibliográfica e documental. O uso de método qualitativo advém da necessidade de analisar os dados e chegar a um resultado conclusivo, seja ela positiva ou negativa. Para tanto, Gibbs e Flick (2009) reforçam que os dados qualitativos têm significados essenciais que geram grande diversidade. Nesse sentido, os documentos que foram analisados podem ser encontrados nesse *link*: <https://Documentos da Unilab - Google Drive> e nos anexos ao final do trabalho. Portanto, a análise dos documentos se concentrou nos dados fornecidos pela Pró-Reitoria de Relações Institucionais e Internacionais, a Pró-Reitoria de Extensão, Arte e Cultura, Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis, e por meios de *sites*,

Diretrizes, Estatuto, Plano de Desenvolvimento Institucional e Plano de Integridade da universidade em questão e de alguns textos que trabalharam com a temática em questão.

De forma sucinta, o trabalho se encontra dividido em quatro capítulos, além da introdução e considerações finais. No primeiro momento abordamos a partir da discussão teórica a criação das universidades e suas peculiaridades, assim como também o processo da implementação universitária no contexto brasileiro. Em seguida, trabalhamos de forma descritiva a criação da UNILAB no interior do Ceará e da Bahia a partir das leis e acordos de aprovação. Também apresentamos as condições sócio históricas que justificam a sua presença no município de Redenção e São Francisco do Conde, e por fim traçamos o perfil socioeconômico das duas cidades.

No quarto capítulo, retrata-se a caracterização do objeto de estudo, tais como, a estrutura física (números de salas, restaurante universitário, banheiros, áreas de lazer), quantidades de alunos e cursos. Abordamos o processo seletivo dos estudantes, a quantidade e o perfil dos professores e breve relatos de alguns alunos egressos. No quinto, apresentamos algumas políticas de ações afirmativas na UNILAB e seus benefícios para os estudantes. E por fim apresentamos a discussão e o resultado da pesquisa sobre acordos de cooperação ou convênios estabelecidos entre a UNILAB com os órgãos públicos e privados dos países internacionais, tanto da África, Ásia, América do Norte e da Europa, assim como com as instituições de ensino e administração pública nacional federal, estadual e municipal, e também as privadas e instituições sem fins lucrativos por meio da análise dos documentos recolhidos junto a essa universidade. Também abordamos o tripé do ensino, pesquisa e extensão na UNILAB e apresentamos uma breve análise mista comparativa entre a UNILAB e a UNILA através da cooperação e integração internacional.

2- A UNIVERSIDADE E SUAS PECULIARIDADES: UMA PERSPECTIVA TEÓRICA

A ideia de universidade se constrói através daquilo que nela se conserva e daquilo que nela se transforma (SILVA, 2006, p.195). De fato, a partir dessa duplicidade percebe-se que não se pode compreender o conhecimento do presente se abandonar o entendimento da experiência passada. Para os idealistas, a ideia da universidade é fundamentada a partir de perspectiva postulada em uma educação geral voltada para o desenvolvimento intelectual; na unidade entre o ensino e pesquisa com um corpo docente criador e um corpo discente unido a este; e também uma liberdade acadêmica para que a pesquisa seja correta (PEREIRA, 2009).

Para os funcionalistas¹ existia uma outra forma ou propósito da universidade se interligar ou vincular com a sociedade e governo. Nesse parâmetro, Pereira (2009) argumenta que os funcionalistas viam a missão da universidade voltada para as necessidades sociais, guiada pela função de servir à nação em uma finalidade coletiva, sociopolítica e socioeconômica. Para os funcionalistas, a universidade é basicamente uma instituição que instrumenta a formação profissional e a formação política. Concordando com os funcionalistas, a universidade nesse sentido torna-se uma instituição de refúgio para aqueles/as que encaram a educação como elemento principal para derrubar a pobreza e exclusão social. Todavia, para Humboldt (2003), a universidade possui duas tarefas essenciais: a promoção ao desenvolvimento máximo da ciência e a produtividade do conteúdo responsável para formação intelectual e moral.

A universidade emergiu no ocidente, mas concretamente na Itália e na França durante o século XI (SANTOS, 1995). Durante esse período, “a universidade abarca vários domínios do saber como: Teologia, Direito romano e canônico, Artes e Medicina” (LOPES, 2012, S/P). De uma forma mais simplificada, a história da universidade deve ser compreendida e dividida a partir de três períodos: escolástico, iluminista e utilitarista (BUARQUE, 2019). No primeiro período, a universidade se limitava a ser um centro das atenções no que se refere a interpretações e transmissões das ideias dogmáticas pré-fabricadas. Portanto, a universidade surge nesse período como resposta à nova forma de pensar e agir na época medieval, voltada para solucionar

¹ Os funcionalistas são teóricos como: Émile Durkheim (fundador), Hebert Spencer, Talcott Parsons e Robert Merton, que abrangem a sociedade em que cada parte dela seja compreendida de acordo com a sua função, para o equilíbrio da sociedade como um todo.

os problemas cotidianos da sociedade, “absorvendo o papel social das instituições religiosas que haviam sido sua semente” (NAOMAR FILHO, 2008, p.112).

No período iluminista, é retomada a ideia do mundo real como tema esquecido desde os gregos e o debate como método de avanço do conhecimento, com isso “a universidade passa a ser um centro importante na formação de novas ideias e concepções, mas ainda não tem a função produtiva na formação de mão de obra e na geração de tecnologias” (BUARQUE, 2019, S/P). E por fim, no período utilitarista, com o desenvolvimento do capitalismo, a universidade se concentra na formação de mão de obra para o processo socioeconômico e produtora de descobertas científicas e tecnológicas (BUARQUE, 2019). A partir daqui a universidade passa a ser caracterizada como “universidade moderna”.

Portanto, a construção de uma “universidade moderna” é pensada a partir da sua legitimidade com base na ideia da conquista da autonomia do saber em face da religião e do Estado, portanto, é como uma condição de avanço que permite o confronto histórico agravado pelo próprio conhecimento, que diz respeito à crença religiosa e às razões de Estado (SILVA, 2006). No fundo, trata-se da separação entre os assuntos do Estado e a religião. Para Pereira (2008), a universidade moderna é caracterizada a partir de três elementos: Ensino, Pesquisa e Extensão, embora o terceiro elemento apareça um pouco mais tarde, no modelo da universidade norte-americana². No entanto, “a instituição que se constituiu como ‘universidade moderna’ teve a sua origem na Organização da Universidade de Berlim, em 1808” (PEREIRA, 2009, p.29).

A função inicial/principal da universidade moderna foi pensada a partir da elaboração de metarrelatos legitimadores da relação entre a ciência, a nação e o Estado (LYOTARD, 1985), no entanto, a universidade moderna ocupa um lugar central na formação de sujeitos para o Estado-nação, bem como produz a ideologia que maneja o seu lugar de pertencimento ao Estado-nação. No entanto, Lopez (2012) reforça que, a partir desse período estabeleceu-se a abrangência das atividades universitárias ao ensino superior, com foco nas pesquisas em todo o campo de conhecimento. A universidade se encontra em duas posições complexas, por um lado, “são-lhe feitas exigências cada vez maiores por parte da sociedade “[...] e, por outro lado, “tornam cada vez mais restritiva as políticas de financiamento das suas atividades por parte do Estado” (SANTOS, 1989,

²No modelo da universidade norte-americana, a universidade é considerada um centro de progresso, com a principal função de unir a pesquisa e a ciência, isto é, utilizar a imaginação e a experiência por meio de simbiose entre pesquisa e ensino e dar a vida nos conhecimentos produzidos na academia.

p.11). A partir da segunda revolução industrial nos principais países capitalistas, o capital subordina a produção de ciência e tecnologia aos seus ditames e neste processo de subordinação real do trabalho ao capital realiza-se a vinculação orgânica entre as universidades e o mundo da produção e finança.

Nesse sentido, refere-se o Brasil atual em que a sociedade tem cobrado cada vez mais as universidades, no mesmo momento em que as mesmas resistem perante a restrição das políticas de financiamento por parte do governo. Entretanto, “a universidade não parece preparada para defrontar os desafios, tanto mais que estes apontam para transformações profundas e não para simples reformas parcelares” (SANTOS, 1989, p.11). Hoje a universidade é uma instituição que nos permite debater e construir uma sociedade em que todas as formas do conhecimento são válidas e respeitadas, de acordo com a posição social, política, cultural e econômica de cada indivíduo. Nesse sentido, a universidade que conhecemos hoje é o espelho da antiga, que vem sendo reestruturada conforme a mudança e a necessidade da sociedade e do Estado, com um pouco mais de “liberdade”.

2.1- A Criação da Universidade no Brasil: Desafios e Perspectivas

A implementação da universidade no Brasil aconteceu de maneira um pouco tardia, diferentemente da Europa. Nas Américas, as universidades foram criadas algumas décadas após o “descobrimento”. Durante um longo período, entre o século XIX e XX, o acesso às universidades era somente possível para aqueles que possuíam poder aquisitivo e podiam estudar na Europa. Nesse contexto, muitas pessoas, principalmente jovens, cruzaram o Atlântico com o propósito de ingressar nas universidades, mas isso não motivou e nem incentivou a criação da universidade no Brasil (LOPES, 2012). Além disso, como colônia portuguesa na época, existia a proibição da criação de universidades por parte da metrópole portuguesa.

Conforme aborda Cunha (2000), desde a época colonial até o período imperial foram instituídos ensino superior no Brasil, mas não possuíam *status* de universidade. Estes foram estabelecidos e ministrados como cursos profissionais na área de: Direito, Medicina e Engenharia. Em todo o período imperial vivido pelo Brasil, foram feitas várias propostas ou iniciativas para a criação das universidades, mas não obteve sucesso. Todavia, Cunha (2000) ressalta que as iniciativas partiram do setor estatal. No Brasil, o processo da criação das universidades foi árduo e cheio de controvérsias entre os ideólogos liberais e positivistas. “Para os liberais, a criação de uma universidade no

país era vista como uma importante tarefa no campo educativo, mesmo quando reconheciam ser a instrução de massa precária ou quase inexistente” (CUNHA, 2000, p.156).

Em contraste, os positivistas consideravam a criação da universidade algo irrelevante, “comprometida com o conhecimento metafísico (na classificação comteana) que a ciência estava destinada a substituir” (CUNHA, 2000, p.156). Para tanto, pode-se afirmar que o atraso da criação das universidades no Brasil foi influenciado pela ideia dos positivistas e dos líderes políticos da Primeira República (1889-1930) que entendiam que a universidade era “uma instituição ultrapassada e anacrônica para as necessidades do Novo Mundo” (OLIVEN, 2002, p.26) embora mais tarde viessem a ser criadas. Nessa conjuntura, as primeiras escolas de ensino superior no país foram criadas pelo D. João VI³, tais como, a Academia Militar no Rio de Janeiro, Escolas de Medicina na Bahia e no Rio; Escola de Direito em São Paulo e Recife. Cabe destacar que os termos como “universidade” e “escolas superiores” são considerados sinônimos (SCHWARTZMAN, 1980). O marco civil da criação da universidade no Brasil é datado a partir de 1920, tendo sido a Universidade do Rio de Janeiro a primeira universidade a ser criada (SCHWARTZMAN, 1980; MENDONÇA, 2000 e LOPES, 2012)

Para Souza (2012), o propósito da criação dessa universidade a partir do decreto nº14.342/920 foi pensado para atribuição da titulação diplomática de doutor *honoris* ao rei da Bélgica que visitava o Brasil na época. A criação da Universidade do Rio de Janeiro ganhou destaque e notoriedade na Associação Brasileira de Educação (ABE) e da Associação Brasileira de Ciência (ABC) (SOUZA, *et al.*, 2019). Juntos a essas entidades foram colocados aspectos recorrentes, sobretudo, a concepção do conceito e funções que deverão caber às universidades brasileiras; autonomia universitária e o modelo da universidade a ser seguido no país (FÁVERO, 2006). Durante a década de 1920, foram atribuídas duas funções ao papel da universidade: “os que defendem como suas funções básicas a de desenvolver a pesquisa científica, além de formar os profissionais, e os que consideram ser prioridade a formação profissional” (FÁVERO, 2006, p.22).

Ainda para o autor, existe uma outra função que poderia vir a desenvolver-se a partir da primeira perspectiva, em que o foco da universidade voltaria para a cultura e disseminação da ciência adquirida para poder desenvolver uma nova ciência. Esse aspecto foi discutido na 1ª Conferência Nacional de Educação realizada em Curitiba

³ Foi o príncipe regente de Portugal, rei do Reino Unido de Portugal, do Brasil e Algarves.

(1927), cujo tema debatido foi “As universidades e a pesquisa científica” da tese do autor Amoroso Costa. Todavia, essa visão da universidade não se concretizou durante esse período, “nem na esfera federal, com a Universidade do Rio de Janeiro, nem na estadual, com a criação, em 1927, da Universidade de Minas Gerais” (FÁVERO, 2006, p.23). Na altura, parcela dos conferencistas não tinham interesse nesse modelo de universidade e por isso não se concretizou.

A partir de 1930 a implementação das universidades no Brasil dá um novo passo, principalmente na promulgação da segunda república, da revolução e eleição do presidente Getúlio Vargas. No entanto, em 1931 foi aprovado o estatuto das universidades brasileiras, pelo ministro da educação e saúde, Francisco Campos, demarcado como “Reforma Francisco Campos” (SOUZA *et al.*, 2019). Nessa perspectiva, foi delimitado que:

A universidade poderia ser oficial, ou seja, pública (federal, estadual ou municipal) ou livre, isto é, particular; deveria também incluir três dos seguintes cursos: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras. Essas faculdades seriam ligadas, por meio de uma reitoria, por vínculos administrativos, mantendo, no entanto, a sua autonomia jurídica (OLIVEN, 2002, p.3).

Dessa forma, nos primeiros cinco anos do governo Vargas, desenvolveram-se no Brasil duas políticas educacionais, uma autoritária devido ao regime político centralizador implementado pelo governo federal, outra liberal pelo governo do Estado de São Paulo e pela prefeitura do Distrito Federal (CUNHA, 2000). Todavia, “alguns pontos do Estatuto das Universidades Brasileiras devem ser destacados, entre eles a integração das escolas ou faculdades que funcionavam como “ilhas” à nova estrutura universitária, dependentes da administração superior” (SOUZA *et al.*, 2019, p.1).

Em 1934, o estado de São Paulo implementou a sua primeira universidade através do decreto nº 6.283/34. Nesse sentido, cria-se a Universidade de São Paulo, pública estadual “livre do controle direto do Governo Federal, constituindo-se numa tentativa de reconquistar a hegemonia política, que gozará até a revolução de 1930” (OLIVEN, 2002, p.30). O autor enaltece que a criação dessa universidade foi fruto de um projeto político baseado em alto padrão acadêmico científico. Ainda o movimento a favor dessa universidade, liderado por Fernando de Azevedo, obteve o apoio e incentivo do Jornal Estado de São Paulo e Governo estadual (OLIVEN, 2002), como estratégia de “reconquistar a hegemonia política paulista, perdida devido à crise do café” (SOUZA *et al.*, 2019, p.1).

Nesse contexto, a Universidade de São Paulo torna-se “um divisor de águas na história do sistema brasileiro de educação superior” (OLIVEN, 2002, p.30) [...] reunindo “faculdades tradicionais e independentes, dando origem à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que contou com professores pesquisadores estrangeiros, principalmente da Europa” (OLIVEN, 2002, p.30). No entanto, a USP se torna o maior centro de pesquisa no país, cumprindo o seu papel ideal dos seus fundadores.

Em 1935 a sociedade brasileira ganha uma outra universidade e desta vez no Distrito Federal criado por Anísio Teixeira, Diretor de Instrução do Distrito Federal na época. A partir do decreto Municipal cria-se a “Universidade do Distrito Federal voltada, especialmente à renovação e ampliação da cultura e aos estudos desinteressados” (OLIVEN, 2002, p. 28). Mesmo com escassez de recursos econômicos, a pesquisa nesta universidade se desenvolveu a partir dos laboratórios já existentes e da ajuda dos professores que solidarizaram com a iniciativa.

Devido às instâncias políticas autoritárias, essa universidade foi extinta pelo Governo Federal a partir do decreto presidencial em 1939, quatro anos após a sua abertura. Entretanto, os cursos desta universidade foram transferidos para a Universidade do Brasil, nome atribuído à primeira universidade brasileira (Universidade do Rio de Janeiro). Nesse ínterim, Oliven (2002) afirma que:

Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde do governo de Getúlio Vargas, no período de 1937/45, aproveitou o autoritarismo do Estado Novo para implantar seu projeto universitário: a criação da Universidade do Brasil, que serviria como modelo único de ensino superior em todo o território nacional. Essa realização constitui-se no exemplo mais significativo da centralização autoritária do ensino superior brasileiro (OLIVEN, 2002, p.28/29).

Nesse contexto, os problemas do Brasil eram maiores, justamente por envolver o autoritarismo e a religiosidade. Para as lideranças religiosas, esses problemas são resultado da separação da Igreja do Estado. Portanto, “a Universidade do Distrito Federal, dirigida por Anísio Teixeira, sofreu rejeição dos setores conservadores, entre eles a Igreja Católica, por seu caráter liberal” (SOUZA *et al.*, 2019, p.2). Porém, “no primeiro congresso católico da educação, realizado no Rio de Janeiro, a Igreja manifestou seu interesse na criação de uma universidade, subordinada à hierarquia eclesiástica e independente do Estado” (OLIVEN, 2002, p.29). No entanto, com os pré-requisitos estabelecidos, criou-se a primeira universidade católica no Brasil em 1946, a partir do decreto nº 8.681/46.

Ademais, devido ao autoritarismo estabelecido pelo Estado Novo, foi pensada uma nova forma de gerir as universidades. Nesse sentido, o ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, incorporou o seu projeto universitário “que serviria como modelo único de ensino superior em todo o território nacional” (OLIVEN, 2002, p.29/30). Para tanto, foi criada a Universidade do Brasil a partir desse modelo. Todavia, mesmo sob o período intenso de governação conservadora e autoritária, “a orientação ideológica da maioria dos estudantes era contrária ao autoritarismo do Estado Novo” (CUNHA, 2000, p.170), processo que se culminou com a mobilização dos estudantes universitários e criação da União Nacional dos Estudantes em 1938.

Com o fim do autoritarismo e promulgação de Nova República, foram criadas cerca de 22 universidades federais que se constituíram a partir do sistema de universidades públicas federais. Com o processo de federalização, a rede federal de Ensino superior expandiu-se, sobretudo nas instituições estaduais e privadas. Contudo, após a queda do Estado Novo e a redemocratização em 1945, novos cursos foram implementados na faculdade de filosofia, com participação das mulheres nas universidades e no mercado de trabalho. Após esses períodos intensos e “tramitação no Congresso Nacional foi promulgada a Lei nº 4.024, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira” (OLIVEN, 2002, p.32). Essa lei assegurava que o modelo tradicional de instituições de Ensino Superior existentes no Brasil mantivesse a mesma preocupação com o ensino em relação à pesquisa (SOUZA *et al.*, 2019).

A construção da universidade no Brasil foi a partir de um processo desigual e elitista, ligado ao governo conservador e autoritário, durante um longo período. No entanto, as universidades criadas anteriormente eram pensadas a partir de aglutinação das faculdades pré-existentes, porém, após 1961, foi criada a Universidade de Brasília (UnB), cujos objetivos estavam ligados ao desenvolvimento de uma cultura e tecnologias. No entanto, “a sua estrutura era integrada, flexível e moderna e contrapunha-se à universidade segmentada em cursos profissionalizantes” (OLIVEN, 2002, p.33). Em 1964, devido ao golpe militar, as universidades sofreram com as interferências diretas por parte do governo militar que procurava reprimir as ações revolucionárias, por parte dos alunos e professores. Entretanto, vários professores foram afastados, principalmente aqueles que trabalhavam na UnB (SOUZA *et al.*, 2019).

Passando dois anos, tornou-se público o Decreto-Lei nº 53 que definia as regras e estruturação para todas as universidades federais no país. Assim sendo, essa lei:

Vetava a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes; determinava a unidade entre ensino e pesquisa; obrigava à concentração do ensino e da pesquisa básicos, de modo a formar um sistema comum para toda a universidade. Obrigava também à criação de uma unidade voltada para a formação de professores para o ensino secundário e de especialistas em questões pedagógicas – a Faculdade (ou centro ou departamento) de Educação (Cunha, 2000, p. 179).

A partir de então, a universidade no Brasil obteve um novo trajeto a partir da Reforma Universitária aprovada em 1968, no qual a universidade ganhou uma nova eficiência administrativa e estrutural. Portanto, a Lei da Reforma Universitária (5540/68) instituiu que as universidades criaram “os departamentos, o sistema de créditos, o vestibular classificatório, os cursos de curta duração e o ciclo básico, dentre outras inovações” (OLIVEN, 2002, p. 7). Ainda, a mesma estabelecia a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e extensão; a criação do regime do ensino integral; a exclusividade da dedicação dos professores e valorização dos mesmos a partir das suas titulações e produções científicas.

Com os critérios estabelecidos, a Reforma Universitária propiciou a profissionalização dos docentes e criou as condições necessárias para o desenvolvimento dos cursos de pós-graduação, assim como atividades científicas no Brasil. Embora a Reforma Universitária tenha sido estabelecida para atender as Instituições Federais de Ensino Superior, a mesma “acabou atingindo as universidades particulares, que sofreram reformulações para atender ao que foi estipulado, pois dependiam do governo” (SOUZA *et al.*, 2019, p.4). Portanto, com essas reformulações, “houve a expansão do Ensino Superior privado, especialmente em regiões afastadas, como no interior dos estados mais desenvolvidos e na periferia das grandes cidades” (SOUZA *et al.*, 2019, p.4). Percebe-se um avanço nas universidades brasileiras que passaram a atingir uma outra camada da sociedade, mesmo sendo nas zonas periféricas dos grandes centros urbanos. Assim sendo, com essa expansão, em 1980, “mais de metade dos alunos de terceiro grau estava matriculada em estabelecimentos isolados de ensino superior, sendo 86% em faculdades privadas” (OLIVEN, 2000, p.34).

Ademais, a partir da década de 1980, com a redemocratização do Estado e a promulgação da Constituição da República em 1988, as universidades brasileiras enfrentam novos desafios e perspectivas diferentes. Nessa década, “o Brasil contava com 65 universidades, sete delas com mais de 20.000 alunos” (OLIVEN, 2000, p.34). A Constituição de 1988 vigorou a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, estabeleceu a gratuidade nos estabelecimentos oficiais e assegurou o ingresso por meio

de concurso público e regime jurídico único (SOUZA *et al.*, 2019). Assim sendo, a Constituição assegurou a soberania universitária e garantiu a prescrição básica para a participação dos setores privados na oferta do ensino, de acordo com seu artigo 209º. Com essas premissas estabelecidas, a década de 1990 foi marcada pela segunda onda de expansão universitária no país. Destarte, “promulgada a Constituição Federal iniciou-se o debate sobre a nova Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, que veio a ser aprovada no final do ano de 1996, sob o número 9.394/96” (OLIVEN, 2000, p.37). Essa Lei estabeleceu “os níveis escolares e as modalidades de educação e ensino, bem como suas respectivas finalidades” (OLIVEN, 2000, p.40).

A LDB nº 9.394/96 trouxe novas perspectivas para educação e universidades brasileiras, principalmente a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (LDB, 1996, p.1). Portanto, as alterações na Constituição de 1988 e na legislação da ditadura militar e da nova república, permitiram que a educação brasileira ganhasse uma nova vida, sobretudo, com as reformas e expansão universitária nos anos 1990 tendo como macro normativa a LDB, 9493/96 e o Plano Nacional da Educação de 2001 (PNE) que visam as melhorias sociais no campo educacional. Assim sendo, o Brasil conta hoje com 313 Instituições de Ensino Pública, sendo elas: Federal, Estadual e Municipal. Enquanto que a rede privada lidera com 2.261 Instituições de Ensino (BRASIL, 2022).

Neste capítulo, podemos perceber que a construção/implementação da universidade no Brasil desde o início foi construída a partir de um contexto desigual, totalitário e elitizado que beneficiava apenas as classes mais favorecidas e que agiam de acordo com as suas ideias. Conquanto, com as melhorias na política brasileira, principalmente após a abertura democrática, promulgação da Constituição de 1988 e reforma universitária é que a universidade brasileira se caminha para novos desafios e inclusão de oportunidade para as classes menos favorecidas, ou seja, a partir desses contextos o campo educacional brasileiro tornou-se abrangente para as periferias de grandes e pequenos centros urbanos através da expansão universitária. Esse processo se intensificou a partir da década de 2000 e que será destacado no tópico a seguir.

3- UNILAB: UMA UNIVERSIDADE INTERNACIONAL EM REDENÇÃO — CE E SÃO FRANCISCO DO CONDE — BA

No Brasil a partir dos anos 2000 o ensino superior ganhou novo destaque na sociedade brasileira, devido à reforma universitária e expansão de novos campus ou criação das novas universidades para interiores dos estados do país, facilitando a inserção das populações menos privilegiadas no ensino superior, principalmente para aqueles que não possuíam condições financeiras para deslocar até os grandes centros urbanos. Para tanto, como forma de beneficiar toda a comunidade brasileira, desencadeou-se novas políticas públicas como forma de inclusão das classes socialmente excluídas na sociedade, assim sendo, com esse novo destaque o governo brasileiro na época implantou conjunto de políticas públicas/sociais, destacando as políticas educacionais ao propor a expansão e acesso ao ensino superior para todo o Brasil.

De acordo com Vanstreels (s.d), ao propor a expansão do ensino superior, o Governo Federal de Luís Inácio Lula Da Silva estabeleceu alguns critérios para suprir as necessidades e prioridades nessas regiões. Dentre elas podemos citar as políticas públicas com foco em desenvolvimento nos arranjos produtivos locais; a promoção do desenvolvimento com a redução das assimetrias regionais; a oferta de mais vagas nas instituições públicas e privadas do ensino superior na microrregião e mesorregião; a priorização das áreas de formação (professores, saúde e tecnologia), etc. Para tanto, é plausível destacar a cidade de Redenção e São Francisco do Conde como beneficiadas com essas políticas, mormente a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) promoveu mudanças nas estruturas sociais e econômicas dessas cidades.

O município de Redenção está localizado no interior do estado do Ceará (região do nordeste), fundada em 18 de março de 1942 e fica situado a cerca de 55 km de Fortaleza (capital do Ceará). A sua emancipação política foi realizada em dezembro de 1868 e a sua história é marcada por ser a primeira cidade do Brasil a libertar todos os seus escravos em 1883 (REDENÇÃO, 2022). Portanto, essa seria uma das justificativas utilizadas pelos idealizadores das propostas acadêmicas para sediar a universidade nesta cidade. Ou seja, a ideia de implementar a sede dessa universidade faz parte de um conjunto de políticas públicas, inspiradas na proposta de reparação histórica, facilitando

a inserção das populações desses territórios marcados historicamente pela pobreza e exclusão ao acesso à educação.

Ademais, complementando a sua abrangência territorial, foi implementado outro campus da UNILAB para o município de São Francisco do Conde, que fica localizado no estado da Bahia, também na região nordeste do Brasil, geograficamente no Recôncavo Baiano, mesorregião metropolitana de Salvador (capital Baiana). Ao contrário de Redenção-CE, o município de São Francisco do Conde possui uma das maiores renda *per capita* do país. Isto porque possui a primeira Refinaria petrolífera do Brasil. A sua história foi construída a partir da invasão portuguesa, que ocorreu através das guerras travadas contra os indígenas que viviam nas margens do rio Paraguaçu e Jaguaribe (UNILAB, 2022).

Segundo o Plano do Desenvolvimento Institucional da UNILAB (2016), a inserção dela nessas duas regiões está vinculada à sinalização para o desenvolvimento regional, assim como para valorização de símbolos que indicam claramente os compromissos acadêmicos e institucionais com a população brasileira afrodescendente. Portanto, acredita-se que a universidade reage às inter-relações do seu contexto histórico onde está inserida, dentro de uma multirreferencialidade (NOGUEIRA e FERRO, s.d, p.3). Às vezes a universidade, através de ensino, pesquisa e extensão busca de certa forma trazer justiça social para as sociedades, fazendo resgates históricos de memórias que possam oferecer elementos importantes para pensar o caminho de combate às assimetrias sociais, destituindo as estruturas vigentes para promover uma nova mais diversificada e igualitária.

Nesse sentido, desde o processo de formulação do projeto-UNILAB até a sua instalação em ambas regiões, foram consideradas as questões étnico-raciais e a relação sócio histórica com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa como base de toda a sua construção. De acordo com Silva (s.d), as relações étnico-raciais e sócio históricas nas universidades ultrapassam a necessidade de aplicar as políticas das ações afirmativas que desencadearam por três meios distintos. Sendo elas: a efetividade de marco normativos e legais; a criação estrutural administrativa gerenciadora de políticas públicas; e, por fim, a implementação de políticas reparatórias voltadas para os grupos socialmente, politicamente, economicamente e culturalmente oprimidos. Dessa forma, nas próximas seções cabe destacar a história da criação e implementação da UNILAB nessas duas regiões e o perfil socioeconômico das mesmas.

3.1- A Criação da UNILAB

Em novembro de 1989, na cidade de São Luís de Maranhão, houve o primeiro encontro dos chefes de Estado e Governo dos países de língua oficial portuguesa: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe (Maciel Filho *et al.*, 2020). No evento foi celebrado o acordo em que surgiu o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) com objetivo da “promoção e difusão do idioma comum da comunidade” (CPLP, 2022). O propósito de estreitar laço e acordos entre os responsáveis presentes no encontro foi a necessidade de criar uma entidade capaz de propor a integração entre as comunidades ligadas pelas suas histórias e culturas.

Em julho de 1996 foi criada a Comunidade dos Países da Língua Oficial Portuguesa (CPLP), na cidade de Lisboa, em Portugal, que atualmente conta com a participação de 9 países (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste) (MACIEL FILHO *et al.*, 2020). Uma das prioridades da CPLP inclui a segurança alimentar, saúde, educação e ambiente. Para isso, foram mobilizados recursos e mecanismos para efetivar os avanços institucionais na área de educação através do acordo Geral de Cooperação no âmbito da CPLP e acordos entre Instituições de Ensino Superior dos países membros em julho de 1998 assinada na cidade da Praia – Cabo Verde.

Figura 1- Países que fazem parte da CPLP a partir de 2014.



Fonte: sítio da Nacionalidade Portuguesa. Disponível em:
<https://www.nacionalidadeportuguesa.com.br>

De acordo com Maciel Filho *et al.* (2020), em maio de 2004, na cidade de Fortaleza, Ceará – Brasil, ocorreu a assinatura da Declaração dos Ministros

responsáveis pelo ensino superior da CPLP, na V reunião dos Ministros da Educação assinalando o acordo da criação de um espaço de ensino superior da CPLP, para os próximos dez anos. No momento, o Brasil procurava protagonismo internacional e traçar um novo projeto de desenvolvimento econômico, social e cultural, então o Presidente da República da época, Luís Inácio Lula da Silva, iniciou o projeto para delinear a criação da UNILAB.

Em julho de 2008, foi enviado ao Congresso Nacional o projeto da Lei n.º 3.891 que defendia “o sonho de uma universidade que visa a formação dos profissionais e cidadãos para contribuir com a integração entre o Brasil e as nações da CPLP” (DIÓGNES e AGUIAR, 2013, p.30). Sendo assim, no mesmo ano o então Presidente da República, apresentou o novo modelo da instituição na sétima Conferência de Chefes de Estado e Governo da CPLP, que teve lugar em Lisboa.

Ademais, o projeto passou pela Câmara dos Deputados sendo aprovado pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos em novembro do mesmo ano, com o parecer do deputado cearense Eudes Xavier, que pertencia ao Partido dos Trabalhadores na época no estado do Ceará. O projeto inicial da UNILAB passou por várias etapas e Comissões para que pudesse ser implementado. Portanto, “em maio de 2009, o projeto foi aprovado pela Comissão de Educação e Cultura, com o relatório do deputado Antônio Carlos Biffi (PT-MS)” (DIÓGNES e AGUIAR, 2013, p.30) e teve a inclusão da legislação a ser aplicada aos cargos efetivos dos professores e servidores técnicos administrativos.

Após esses processos de aprovação por parte das comissões mencionadas, o projeto passou pela autorização da Comissão de Finanças e Tributação, através do relatório feito pelo deputado Pedro Eugênio do PT, pertencente ao estado de Pernambuco, em dezembro de 2009. Para a execução do projeto “foi aprovado o orçamento da UNILAB, com previsão de gasto de R\$9,4 milhões, em 2009; R\$42,8 milhões, em 2010; R\$46,6 milhões, em 2011; e R\$ 51,7 milhões, em 2012; totalizando um orçamento de R\$ 150,5 milhões para os quatro primeiros anos” (DIÓGENES e AGUIAR, 2013, p.32). Contudo, o projeto também foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em abril de 2010, com parecer do deputado do Partido Movimento Democrático Brasileiro, Mauro Benevides, do estado do Ceará.

Após a aprovação da redação final do Projeto de Lei No 3.891/08 pelo plenário da Câmara de Deputados, em maio de 2010, a matéria foi encaminhada ao Senado Federal, onde foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, sob o parecer do relator Inácio Arruda (PCdoB-CE),

no dia 9 de junho; e pela Comissão de Relações Exteriores, com relatoria do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), no dia 7 de julho de 2010. Neste mesmo dia, o projeto de lei que criou a Universidade foi aprovado pelo plenário do Senado Federal (DIÓGNES E AGUIAR, 2013, p.32).

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira foi criada a partir da Lei n.º 12.289, de 20 de julho de 2010, como uma instituição autárquica pública federal do ensino superior, vinculada ao Ministério de Educação com sede e foro na cidade de Redenção, região do Maciço do Baturité, no Estado do Ceará e com Campus avançado no estado da Bahia na cidade de São Francisco do Conde. Portanto, o estado do Ceará ganhou a sua segunda Universidade Federal. Esta que permite o reencontro da história de brasileiros e africanos, populações que partilham histórias em comum, de países que passaram pelo processo de colonização.

A Unilab, universidade pública federal brasileira, é vocacionada para a cooperação internacional e compromissada com a interculturalidade, a cidadania e a democracia nas sociedades, fundamentando suas ações no intercâmbio acadêmico e solidário com países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos. (Estatuto Geral da Unilab, Capítulo I, Art. 2.º, 2013, p. 2)

A proposta de uma universidade de caráter internacional, que privilegia as relações com os países africanos de língua oficial portuguesa, apresenta a internacionalização da educação superior como a responsabilidade do Governo Federal de promover a reparação sob a lógica da dívida social histórica, com a participação mútua destes países em uma colaboração solidária. Essa colaboração visa à inserção no aspecto social e não meramente econômico, no intercâmbio acadêmico entre países, reforçado pelo modelo de cooperação denominado Cooperação Sul- Sul⁴.

A UNESCO aponta que, por meio da Cooperação Sul-Sul, a Universidade atende às diretrizes internacionais que buscam ampliar a oferta de cursos superiores em regiões carentes e ampliar as relações de cooperação com o continente africano (UNESCO, 2009). Ela difere da tradicional Cooperação Norte-Sul (em que países desenvolvidos do Hemisfério Norte colaboram com países em desenvolvimento do Hemisfério Sul). No entanto, “esta instituição de ensino superior é um exemplo fiel de projeto de Cooperação Sul-Sul na área de educação, que integra todos os países da CPLP do Hemisfério Sul (excetuando Guiné Equatorial)” (FARIAS e BRAZÃO, 2021, p.167).

⁴É a modalidade de cooperação técnica internacional que se dá entre países em desenvolvimento, que compartilham desafios e experiências semelhantes.

Para Reis (2020), durante o governo Lula, o Brasil procurou protagonizar e intensificar a sua relação com os países em desenvolvimento, principalmente os países africanos, explorando a sua estratégia global de política externa, através do acordo de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento. Portanto, a criação dessa universidade é fruto dessa política de cooperação solidária, em específico com os países africanos, para que os estudantes tenham acesso a conhecimentos que contribuam para minimizar os problemas nas sociedades de origem (REIS, 2020).

A cooperação solidária entre a UNILAB e os países membros é questionável, sobretudo na inexistência de auxílio ou apoio aos estudantes internacionais, desde a fase da candidatura até a sua chegada no Brasil. Sendo assim, falta um compromisso social, político e financeiro por parte do governo dos países africanos e Timor-Leste, com os estudantes oriundos desses países. Além disso, existe a necessidade de considerar e implementar mais propostas para aprofundar o intercâmbio acadêmico entre a UNILAB e as outras universidades públicas desses países, com ênfase no modelo de Cooperação Sul-Sul e desenvolvimento sustentável. Nessa cooperação, até o momento, a maioria dos países africanos têm apoiado diretamente apenas com envio dos jovens discentes, sem nenhuma contrapartida para o Brasil. Não existe um comprometimento legal sobre essas trocas, o que deixa diversas incertezas sobre o real motivo dessas ações, já que só o Estado brasileiro arca com os custos desse projeto, porém os benefícios são compartilhados com todos os países originários dos discentes.

Todavia, essa universidade brasileira propõe um pacto de intercâmbio cultural, acadêmico e social com países do continente africano, tendo em conta a sua construção sociocultural com referências das heranças africanas, denominada afro-brasileira (religiosa, filosófica, linguística, gastronômica, estética, intelectual, dentre outros). Seriam essas as contrapartidas do projeto para com o Estado brasileiro? Nesse sentido, a UNILAB se torna um local para efetivação das ações afirmativas, resultante das ações geradas pelas lutas de movimentos sociais e políticos protagonizados por descendentes de povos trazidos para o Brasil e que foram escravizados. Hoje o projeto da UNILAB permite a vinda livremente para o Brasil, para estudar e ter uma formação acadêmica nas diversas áreas que contemplem as demandas sociais, econômicas, culturais, individuais e coletivas.

A UNILAB está inserida, portanto, no contexto de internacionalização da educação superior, atendendo à política do governo brasileiro de incentivar a criação de instituições federais capazes de promover a cooperação sul-sul com responsabilidade científica, cultural, social e ambiental. Atuando na

perspectiva da cooperação solidária, ela valorizará e apoiará o potencial de colaboração e aprendizagem entre países, como parte do crescente esforço brasileiro em assumir compromissos com a integração internacional no campo da educação superior (RIBEIRO, 2018, p.7).

Portanto, com a finalidade de cumprir a missão, a UNILAB direciona as suas atividades (ensino, pesquisa e extensão) conforme a realidade socioeconômica do espaço em que está inserida, bem como promover o avanço da cooperação internacional⁵ com os países da integração lusófona. Todas as articulações em torno do movimento para criação da UNILAB aconteceram no período em que o governo brasileiro instituiu as políticas públicas/sociais educacionais para ampliar o acesso e o número de vagas nas Instituições de Ensino Superior.

Assim sendo, a ideia de internacionalização da UNILAB apoia-se no Plano Nacional de Educação (PNE 1), instituído pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que dirigiu às universidades o desafio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, os requisitos de relevância, qualidade e cooperação internacional. Vieira, Nogueira e Meneghel (2021), reforçam que a criação dessa universidade é fruto da representatividade desse movimento que marca a interiorização e as lutas em prol das políticas afirmativas na educação superior brasileira.

Ademais, com base na Exposição de Motivos Interministerial n.º 00165/2008 apresentado ao Presidente da República na época pelo ministro da Educação e o de Planejamento, Orçamento e Gestão, o motivo para criação da UNILAB situa-se na expansão e interiorização do ensino superior para as áreas menos desenvolvidas em relação aos grandes centros urbanos; promoção da inclusão social e redução das desigualdades através da ampliação do ensino superior; visando contribuir com um novo modelo de desenvolvimento sustentável⁶ capaz de atender o crescimento econômico com justiça social e equilíbrio ambiental. Esta foi a segunda universidade criada pelo governo Lula, com proposta de integração entre o Brasil e outras nações. Além da UNILAB, tem a Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA) que foi a primeira a ser instituída com essa proposta de integrar o Brasil com os demais países latinos.

⁵ A Cooperação Internacional pode ser entendida como ações de cooperação entre governos e instituições que pautam pelo desenvolvimento de padrões e comuns, formulando programas que levem em considerações benefícios e problemas que podem ser estendidos para mais sociedades e comunidades internacionais.

⁶ O desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer com as possibilidades de as futuras gerações suprirem às suas próprias necessidades.

De acordo com Gomes e Vieira (2013), a criação das novas universidades a partir dos anos 2000 é marcada pela grande participação dos movimentos sociais (principalmente o movimento negro brasileiro) que se manifestaram para inclusão do acesso e a permanência à educação superior em uma das suas pautas de lutas. Portanto, é plausível afirmar que a UNILAB é fruto das lutas da sociedade civil e dos movimentos sociais, que conseguiram efetivar uma parceria com o Governo, possibilitando um maior diálogo entre os dois setores com intuito de reverter o quadro da desigualdade. Esses diálogos surgiram nos contatos entre as comunidades negras africanas e brasileiros afro-diaspóricos com possibilidade de ter acessos aos serviços públicos como saúde, educação e empregos nas repartições públicas. Ainda, podemos afirmar que:

A Unilab é fruto de uma nova proposta de política externa que tem sua origem na estreita vinculação entre o movimento negro brasileiro e os partidos de oposição no Brasil, especialmente os Partidos dos Trabalhadores (PT), responsável por levar o próprio presidente Lula, seu partido e em certa medida seu governo a assumirem compromissos de campanha e de governo inequivocamente pautados pela militância negra (GALA, 2021, p. 11).

Para alguns autores como Santos (2020), a criação da UNILAB está vinculada ao período da estabilização econômica do país nos anos de 2003 a 2011, em que os movimentos sociais estavam lutando para ampliação dos direitos sociais e diversas formas de inclusão social e políticas afirmativas como forma de diminuir as desigualdades sociais.

Gomes *et al.* (2018, p.96) reforça que “o movimento de criação da UNILAB se insere no ciclo expansionista do ensino superior público brasileiro, coincidindo com o cenário propício ao aumento de instituições e vagas no ensino superior federal” entre 2002 a 2014⁷, dados que podem ser confirmados na tabela a seguir, através do censo da educação superior realizado em 2014. Entretanto, a UNILAB não é somente fruto da ação do Estado, mas também das ações e demandas dos movimentos sociais como um maior compromisso do Brasil em relação ao continente africano e Timor-Leste.

TABELA 1- Expansão do Ensino Superior Federal de 2002 a 2014

	2002	2014
Universidades Federais	45	63
Campus	148	321

⁷ Durante esses períodos foram criadas as seguintes universidades: Universidade Federal de São João del-Rei, Universidade Federal de Campina Grande, Universidade Federal de Itajubá, Universidade Federal do Vale do São Francisco, Universidade Federal Rural de Amazônia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Universidade Federal do Sul da Bahia etc.

Cursos Graduação Presencial	2.047	4.867
Vagas Graduação Presencial	113.263	245.983
Matrículas Graduação Presencial	500.459	932.263
Matrícula Educação à Distância	11.964	83.605
Matrículas Pós-Graduação	48.925	203.717

Fonte: Estatística do Censo Educação Superior, 2013- Inep In: MEC, 2014, p.31.

A tabela 1, acima, mostra que o Brasil, até o ano de 2002, contava com 45 universidades federais com 148 campus universitários espalhados por cidades diferentes. Todavia, no ano de 2014 houve um progresso quantitativo em relação às oportunidades de ingressos de novos estudantes nos cursos presenciais, em detrimento da educação à distância, dado o aumento das universidades federais e criação de novos campus. Isso demonstra que a diversificação geográfica da instalação de universidades públicas federais, ao se aproximar das regiões distantes das capitais e grandes cidades metropolitanas, tende a viabilizar oportunidades para aqueles que por questões geográficas e financeiras não conseguiam ingressar ou permanecer nas universidades.

3.2- A Presença da UNILAB em Redenção – CE e São Francisco do Conde – BA

A UNILAB foi instalada em duas cidades do interior dos estados do nordeste, mormente o estado de Ceará e Bahia, já contextualizadas acima. A sua administração principal está sediada no município de Redenção – CE, desde 2010, conhecida como a cidade brasileira pioneira na libertação dos escravos, anos antes da abolição da escravatura no Brasil como um todo. A universidade possui quatro campus universitários, sendo três no estado do Ceará (Liberdade, Palmares e Auroras) e um na Bahia (Malês).

Figura 2- Mapa das regiões onde situa os campus da Unilab



Fonte: sítio da Unilab. Disponível em: < <https://unilab.edu.br/nossos-campi/> >

O primeiro a funcionar foi o campus da Liberdade, em Redenção, no qual se encontra a reitoria e outras partes administrativas. Em seguida, foi criado o campus dos Palmares localizado entre os municípios de Acarape e Redenção, inaugurado no dia 20 de novembro de 2012. Já a terceira unidade a funcionar foi o campus dos Malês, localizado no estado da Bahia, no município de São Francisco do Conde, inaugurado a 14 de maio de 2014. Por último, foi inaugurado o campus de Auroras, inaugurado em 26 de novembro de 2014, também localizado entre a cidade de Redenção e Acarape. Segundo Santos (2020) existem aspectos interessantes a serem observados nas datas da inauguração do campus da Liberdade, Palmares e Malês, isto porque as datas coincidem com as conquistas históricas da população negra. No dia 25 de maio, data de inauguração do campus da Liberdade, é comemorado o dia da África. O campus dos Palmares, no dia 20 de novembro, em que se comemora o Dia da Consciência Negra e o campus do Malês, foi inaugurado um dia após a assinatura da lei Áurea que corresponde à abolição da escravatura no Brasil. A UNILAB tem a perspectiva de atender as peculiaridades dos estudantes que se encontram no centro da sua proposta formativa, respeitando os seus perfis independentemente das suas áreas de conhecimento. Ademais, as suas atividades acadêmicas no município de Redenção iniciaram em 2011 e em 2013 o campus da Bahia com os cursos de graduação e pós-graduação na modalidade à distância.

Com base na sua proposta de criação e diretrizes no processo de integração entre os Países da Língua Oficial Portuguesa, a UNILAB tem se tornado uma referência quando se trata de construção das ciências e intercâmbio de cultura. Para tanto, segundo o Estatuto da UNILAB, revisado, aprovado e publicado pelo Ministério de Educação no Diário Oficial da portaria n.º 557, de 29 de dezembro de 2020, essa universidade no seu Art. 2.º do Estatuto tem por objetivos:

I — Ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), bem como promover o desenvolvimento regional, o intercâmbio cultural, científico e educacional;

II — Formar cidadãos com competência acadêmica, científica e profissional para atuar na CPLP;

III — promover o estudo das problemáticas sociais, econômicas, políticas, culturais, científicas, tecnológicas e ambientais, visando à equidade e à justiça social na CPLP;

IV — Atuar em áreas estratégicas de interesse das regiões e comunidades de língua portuguesa, em especial dos países africanos, de modo a possibilitar a produção de conhecimentos comprometida com a integração solidária, fundada no reconhecimento mútuo e na equidade; (Estatuto Geral Da UNILAB, capítulo I, 2020, p.4).

Esses objetivos são um dos pontos cruciais que contemplam a existência da UNILAB, enquanto uma instituição de formação acadêmica, com foco nos países africanos e Timor-Leste através das perspectivas epistemológicas decolonial e pós-colonial. Portanto, pode-se afirmar que a UNILAB é uma entidade de referência e integração quando se trata de interculturalidades e disseminação do conhecimento entre estudantes brasileiros de diferentes regiões e estados, como também para os estudantes internacionais oriundos do continente africano e Timor-Leste. Para tanto, os cursos ofertados pelas instituições estão voltados para interesses mútuos entre o Brasil e os países membros da CPLP (exceto a Guiné Equatorial, por ter se inserido recentemente na CPLP), principalmente na formação de professores, desenvolvimento agrário, gestão, saúde pública e demais áreas que são consideradas estratégicas.

Ademais, vale ressaltar que todos os países que contemplam a integração na UNILAB possuem a Língua Portuguesa como língua oficial nos países, todavia, esse ponto em comum “[...] traz vantagens corporativas às interculturalidades e seu plurilinguismo, confrontando o paradigma dominante que rege as tendências contemporâneas de internacionalização na educação superior [...]” (SPELLER, 2021, p.53). Com isso, a UNILAB abrange a presença heterogênea de discentes e docentes oriundos de contextos socioeconômicos, culturais, étnicos e regiões diferentes. Nessa perspectiva, quanto à formação acadêmica, essa universidade (UNILAB) possui como proposta a adoção de uma política didática-pedagógica com foco no êxito do estudante, com intuito de evitar a evasão e, conseqüentemente, assegurar sua permanência na Universidade até a conclusão do curso (PDI, 2016). Ademais, os cursos de graduação tiveram o início das aulas em 2011 e 2014 nos Estados do Ceará e da Bahia.

Durante a implantação da UNILAB, a comissão responsável notou que, para o funcionamento correto, era preciso superar as limitações de infraestrutura urbana, justamente pela insuficiência de oferta de moradias para estudantes, professores, servidores técnicos, de espaços para atividades acadêmicas e administrativas. Sendo assim, as prefeituras cederam alguns espaços para viabilizar o funcionamento acadêmico e administrativo da UNILAB. A sua relevância nessas duas cidades consiste em ressaltar a história dos municípios pela sua valorização e reconhecimento para os

residentes e os demais. Além dessa questão histórica ao oferecer a formação superior nas mais diversas áreas do conhecimento, contribui na formação de quadros que serão importantes nas mobilizações de políticas públicas para o desenvolvimento da região.

Na inexistência de residências universitárias, a comunidade, os proprietários, se beneficiam com o lucro de aluguéis de casas para os estudantes que mensalmente recebem uma quantia relacionada ao auxílio moradia. É oportuno destacar que além do auxílio moradia existem outros programas de assistências estudantis disponibilizados pela instituição através do Programa Assistência Estudantil que será abordado mais adiante. Entretanto, afirma-se que a universidade contribui com a:

formação de profissionais habilitados para atuarem nessas regiões; II) a realização de pesquisas nas áreas das ciências sociais e humanas e de pesquisas aplicadas e tecnológicas que contribuam para o desenvolvimento cultural, social e econômico regional; III) a realização de atividades de extensão que visem à fruição e à elevação do nível cultural e de conhecimento científico e tecnológico das suas populações; IV) a criação de mecanismos institucionais e de infraestruturas que propiciem a cooperação com setor empresarial com vistas ao desenvolvimento conjunto de tecnologias de interesse social e econômico para as regiões e para os países parceiros (PDI, 2016, p. 42).

Nessa perspectiva, é plausível afirmar que existem projetos de pesquisa e extensão⁸ voltados para o desenvolvimento regional que correspondem e dialogam com as culturas da Bahia, Ceará e países parceiros (dados a serem analisados). Conforme Vasconcellos e Garcia (2014), o desenvolvimento regional compreende o esforço das sociedades locais na formulação de políticas territoriais, como forma de discutir questões que incluem as alterações da composição da sociedade a partir da alocação dos seus recursos econômicos em diferentes setores, como forma de melhorar os indicadores do bem-estar econômico e social.

Nesse ínterim, Corrêa *et al.* (2019) advoga que o desenvolvimento regional é um processo histórico com as exigências nas bases sociais, econômicas, mudanças estruturais e, principalmente, uma estratégia construída em conjunto com os diversos

⁸ Esses projetos de extensão são: Qualidade fisiológica de sementes crioulas de *Phaseolus lunatus* L. armazenadas artesanalmente para fins de cultivos no Maciço de Baturité; Produção editorial, oralidade, memória e patrimônio cultural do Recôncavo da Bahia; Latitudes africanas: mídias sociais e publicações alternativas; Ensino-aprendizagem de línguas crioulas de base portuguesa: o cabo-verdiano; Kimbundu no campus dos malês-curso introdutório; entre outros que possam ser encontrados em: < <https://Documentos da Unilab - Google Drive>> .

Os projetos de pesquisa são: “Sagrado proibido”: tabu linguístico nos crioulos de São Tomé e Príncipe; A “última fronteira agrícola”: análise sobre os movimentos populacionais na região de MATOPIBA; Zoneamento de risco climático de seca e avaliação da variabilidade do regime de chuvas e aflúências para Estado do Ceará; entre outros que podem ser consultados em: < [Projetos de Pesquisa – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação \(unilab.edu.br\)](http://Projetos de Pesquisa – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (unilab.edu.br))>

atores da região. Dessa forma, existe a parceria entre a UNILAB e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como forma de promover o desenvolvimento regional através de relações com os movimentos sociais do campo no setor educacional, transferência e desenvolvimento de tecnologias aplicáveis à agricultura familiar e agroecológica (PDI, 2016).

Ademais, Vanstreels (s.d) afirma que a criação de novos campi universitários espelhou especialmente na participação das universidades no desenvolvimento regional, através da integração com a comunidade local e da participação efetiva das universidades no desenvolvimento da formação profissional e pesquisa regional. Nesse sentido, Gomes *et al.* (2018) reforça que a UNILAB representa um importante compromisso social com a população local, proporcionando-lhes o acesso ao ensino superior público. Antes da chegada dessa universidade, o município de Redenção e cidades vizinhas eram carentes de instituições acadêmicas-científicas e ofertas de formação ao nível de pós-graduação. Em depoimento, Campelo (2013) afirma que, sendo filha de agricultor, não possui condições financeiras para se deslocar da sua cidade natal e morar em outras localidades distantes da família, para fazer um curso superior. A mesma relata que a chegada da UNILAB na região abriu oportunidades para as pessoas que vivem nas mesmas condições que ela.

Um relato como este nos faz pensar a respeito da importância das políticas públicas de interiorização do ensino superior brasileiro e dos programas de assistência estudantil para a permanência dos mesmos nas universidades criadas a partir dos anos 2000. Em contrapartida, é relevante destacar que a chegada das universidades nessas regiões tem outros impactos, como o aumento da violência urbana, a reconfiguração identitária, choques culturais acompanhados de racismo e xenofobia, entre outros. Conforme o Plano do Desenvolvimento Institucional da UNILAB (2016), como forma de viabilizar o financiamento e gestão dos projetos acadêmicos e do desenvolvimento institucional, essa universidade desfruta da conveniência e cooperação com a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) e com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) na Bahia. Nesse sentido, cabe destacar a Fundação Instituto Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) com parceria internacional de orientação de cooperação solidária com os países africanos membros da UNILAB. Uma parceria importante para ambas as instituições que procuram por reconhecimento internacional, principalmente com os países africanos.

Nada obstante, Cavalcante *et al.* (2020) afirmam que a presença da UNILAB nessas regiões impactou a comunidade local compartilhando experiências pertinentes com as temáticas relacionadas à cooperação, solidariedade, respeito, abominação ao racismo e diversidade cultural. A UNILAB possui a atribuição de “sugerir a criação de cursos de extensão, graduação ou pós-graduação de interesse da comunidade, municípios ou regiões” (UNILAB, 2020, p.33). No entanto, a instalação da UNILAB nessas regiões foi com objetivo de suprir as necessidades pertinentes, principalmente a questão do saneamento básico que não havia e ainda hoje é muito precária. Mas, ao mesmo tempo, se promovia o desenvolvimento regional, atendendo reivindicações e lutas históricas das comunidades afro-brasileiras, assim como a inclusão da parcela da população historicamente excluída do ensino superior.

3.3- Perfil Socioeconômico do Município de Redenção – CE

O município de Redenção situa-se na região do maciço de Baturité, conhecido como primeiro município abolicionista da escravidão no Brasil, possui a superfície territorial de 225,306 km², com uma população total de 27.214 mil habitantes segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022). Mas, em onze anos, o índice populacional aumentou com a estimativa de 29.238 mil habitantes (IBGE, 2021). Conforme Pontes (2017) um dos motivos para o aumento da população está relacionada à criação da UNILAB, sobretudo, quando os estudantes da instituição, tanto estrangeiros como brasileiros, oriundos de outros estados e municípios, passaram a residir na cidade.

De acordo com IBGE (2019), o município possui um salário médio mensal de 3,5 mil reais que corresponde aos trabalhadores formais e com uma proporção total de 10,9% da população com vínculo de emprego, cujo total é de 3.161 pessoas. Pela sua quantidade populacional, verifica-se que existe uma grande vulnerabilidade devido à carência de emprego. Ainda, os dados do IBGE de 2020 demonstram que o município já contava com o PIB per capita de 13.216,42 mil reais, um aumento significativo referente ao ano de 2015 (dados apresentados anteriormente). Nesse sentido, Pontes (2017) argumenta que o município de Redenção tem procurado desenvolver uma estrutura organizacional do trabalho, principalmente nos segmentos da saúde pública e suas peculiaridades e especificidades.

Já Ribeiro (2012) argumenta que o município apresenta insuficiência residencial, sobretudo, a sua infraestrutura e possui necessidade de investimento local, mas que a

UNILAB está sendo uma das grandes esperanças para o município. Nessa perspectiva, Pontes (2017) reforça que a UNILAB é um fator que contribuiu para impulsionar a economia local, principalmente no setor imobiliário, no qual os empresários no ramo e alguns munícipes passaram a dar mais atenção na construção das residências. O município também é conhecido pelos seus recursos hídricos que favorecem o desenvolvimento da agricultura, através do Açude Acarape do meio, como é conhecido, sendo este responsável pelo gerenciamento de água para a cidade de Fortaleza durante muitos anos.

3.4- Perfil Socioeconômica do Município de São Francisco do Conde – BA

A emancipação do município de São Francisco do Conde ocorreu em 30 de março de 1938, conhecida na época como São Francisco Barra de Sergipe do Conde. Em 1943, a partir do decreto Estadual, lei n.º 141, foi atribuído o nome atual de São Francisco do Conde. O município possui dois distritos que sediam as refinarias de petróleo mais produtivas do país, propriedade da Petrobras, empresa da qual a maior porcentagem de ações pertence ao Governo Federal. Devido à ausência das explorações de riquezas extrativistas, a cidade permaneceu sem expansão comercial com outras regiões, durante um longo período, tanto que, a gerência da sua economia só aconteceu após a descoberta do petróleo na região. A partir de então teve início um novo ciclo econômico com a exploração e refino do petróleo e a inauguração da Refinaria Landulfo Alves (RLAM), em 1950, situada no distrito de Mataripe: a primeira refinaria pública instalada no Brasil (CARVALHO e ARGÔLO, s/d).

Com isso, a economia local obteve um impacto, superando o setor agrário e pesca que possuía uma escala menor. Portanto, ocorreram transformações econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais, sobretudo, o aumento da densidade demográfica, aceleração do processo de transformação e organização do espaço urbano. Por outro lado, face às dificuldades de planejamento para exploração equilibrada dessas riquezas, houve as “desigualdades internas no município e na região em seu torno, visto que, priorizou suas ações para sua atividade econômica na região” (CARVALHO e ARGÔLO, S/A) em detrimento das demandas sociais. A refinaria petrolífera continua sendo uma das maiores fontes de renda econômica do município que conta com o maior PIB per capita do Estado da Bahia. Mas o município carece de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico, social, sustentável e oportunidades de

emprego para a população local. Portanto, o compromisso da gestão municipal tem sido um grande desafio quando se trata de gerar postos de empregos.

Segundo os dados do IBGE (2019), o salário médio mensal dos trabalhadores formais da cidade é de 5,2 mil salários-mínimos e com 23,1% da população empregada, um total de 9.188 pessoas. Ademais, o município tem cerca de 37.732 mil habitantes e um PIB per capita de 296.357,52 milhões de reais, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022). De acordo com ex-prefeita Rilza Valentim (2010), a proposta para implantação da UNILAB neste município não advém apenas de uma ação isolada por agentes externos ao município, mas sim resulta do respeito a um roteiro seguido e estabelecido anteriormente, por uma comunidade que por meio de suas lideranças políticas decidiu escrever uma nova página da história do município.

4. ASPECTOS DA INFRAESTRUTURA FÍSICA, SOCIAL E DE RECURSOS HUMANAS DA UNILAB

A implantação da UNILAB foi acompanhada de grandes desafios, principalmente na construção do espaço físico. Desde o início das suas atividades em 2011 até os dias atuais, a UNILAB evoluiu, tanto na estrutura física como institucional. O primeiro prédio da instituição foi cedido pela prefeitura da cidade de Redenção para sediar a UNILAB, adequando-o ao formato educacional para que as aulas pudessem ser ministradas, atualmente conhecida como o campus da Liberdade. No município de Acarape, cidade vizinha de Redenção, passou a funcionar o Campus dos Palmares, em um antigo prédio “local onde funcionava a antiga fábrica Yamacom” que foi cedida pela prefeitura para abrigar os laboratórios e novas salas de aula da universidade” (RIBEIRO, 2012, p.56). Em São Francisco do Conde, o espaço foi cedido pela prefeitura para iniciar as atividades presenciais a partir de maio de 2014 e o campus dos Malês continua abrigado no prédio que pertence à prefeitura, já que os novos prédios em construção se encontram com as obras paralisadas. Reforçando o que foi dito anteriormente, este campus carece de uma estrutura física e institucional própria.

A estrutura administrativa da UNILAB é similar ou segue o modelo das universidades em geral e das federais em particular, portanto, a Unilab se encontra dividida nos seguintes setores de unidades administrativas: Pró-Reitoria, Diretorias, Superintendências, Órgãos de Controle, Comunicação Institucional, Institutos Acadêmicos, Comissões e Comitês Permanentes. São estes que controlam e garantem o funcionamento da universidade no estado do Ceará e da Bahia, entretanto, cada uma delas possui uma responsabilidade diferente e específica.

A UNILAB possui diferentes cursos de graduações, pós-graduações e especializações, tanto na modalidade a distância como presencial, que podem ser observadas na tabela 3.

TABELA 2- Cursos de Graduação, Especialização e Pós-graduação

Graduação	Especialização	Pós-Graduação
Ciências Biológicas	Gestão Pública	Enfermagem (mestrado stricto sensu)
Ciências da Natureza e Matemática	Gestão Pública Municipal	Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis
Física	Gestão em Saúde (latu sensu)	Mestrado Acadêmico em Energia e Ambiente
Matemática	Saúde da Família (latu sensu)	Mestrado Interdisciplinar em Humanidades

Química	Segurança Alimentar e Nutricional	Mestrado em Antropologia
Administração Pública (presencial e EAD)	Gestão de Recursos Hídricos, Ambientes e Energéticos	Mestrado em Estudos da Linguagem
Serviço Social	Literaturas Africanas de Língua Portuguesa	
Enfermagem	Ciência é 10 (semipresencial).	
Farmácia	Gênero, Diversidade e Direitos Humanos	
Medicina	Metodologias Interdisciplinares e Interculturais para o Ensino Fundamental e Médio	
Agronomia		
Antropologia		
Ciências Sociais		
Bacharelado Interdisciplinar em Humanidade		
Engenharia de Computação		
Engenharia de Energias		
Engenharia de Alimentos		
História		
Relações Internacionais		
Letras-Língua Portuguesa		
Letras-Língua Inglesa		
Pedagogia		
Sociologia		

Fonte: Adaptação nossa, a partir do sítio da UNILAB.

Esses cursos são acolhidos por Institutos Acadêmicos nas respectivas áreas de conhecimento a saber: Instituto de Ciências Exatas e da Natureza; Instituto de Ciências Sociais Aplicadas; Instituto de Ciências e Saúde; Instituto de Desenvolvimento Rural; Instituto de Engenharias e Desenvolvimento Sustentável; Instituto de Humanidades; Instituto de Humanidades e Letras do Malês; Instituto de Linguagem e Literatura. Instituto de Educação a Distância. Cada um desses institutos é responsável por respectivos cursos conforme as áreas de estudo administradas por meio das Coordenações, dos colegiados, dos corpos docentes e das secretarias.

4.1- A Estrutura Física da UNILAB: Liberdade, Palmares, Auroras e Malês

O campus da Liberdade, onde se encontra sediada a parte administrativa da UNILAB, faz parte da história da cidade de Redenção, como antigo colégio Patronato. Até o momento em que foi cedida para implantação da UNILAB, funcionava como sede da prefeitura local. Anteriormente, o espaço foi doado pelos donos “Sr. Gaudioso Bezerra Lima e a sua esposa Maria Araripe Lima com a finalidade específica da criação de um Instituto de Beneficência denominada Patronato Pio XI” (DIÓGNES e AGUIAR, 2013, p.74). A fundação do Instituto de Beneficência ocorreu em maio de 1950 e a inauguração oficial foi em julho de 1953. “De acordo com documento da época, o

patronato nasceu da justa reflexão e interesses do povo de Redenção, com a finalidade amparar e educar as crianças pobres” (DIÓGNES e AGUIAR, 2013, p.74). História semelhante à criação da UNILAB que surge num momento no qual o governo brasileiro procurava mecanismos de transformações socioeconômicas, através das políticas de ação afirmativa como forma de inclusão das classes minoritárias na sociedade brasileira, privilegiadas a partir da Constituição da República de 1988, estabelecendo um conjunto de instrumentos valioso para proteção dos direitos humanos, sociais e políticos.

O campus da Liberdade possui uma área densa com cerca de 9.530,4m², e teve que passar por reformas para que pudesse reunir condições e estruturas necessárias para o funcionamento da universidade. De acordo com Diógenes e Aguiar (2013) foram investidos cerca de R \$4 milhões de recursos do Governo do Estado e mais R \$210 mil da prefeitura de Redenção. Investimento utilizado na “reestruturação do telhado, piso e adequação do Centro cultural para se tornar o Bloco didático” (DIÓGNES e AGUIAR, 2013, p.79). O campus abriga a sede institucional da universidade, a reitoria e a Pró-Reitoria, assim como as demais unidades administrativas. Ademais, o campus possui um pátio central, biblioteca, dois laboratórios de informática, restaurante universitário, assim como blocos didáticos com 10 salas de aula, um anfiteatro e a horta da universidade.

O Campus dos Palmares tem um loteamento de 19.000 m², embora apenas 2.500 m² foram utilizados para construção das unidades acadêmicas, no município de Acarape-CE. O campus foi construído num espaço onde funcionava a antiga fábrica de costura, justamente por necessidade de expandir o espaço universitário para o funcionamento das ações do Ensino, Pós-Graduação e Extensão. O Palmares é contemplado por “três blocos que incluem áreas didáticas e administrativas, somando 40 salas de aula, biblioteca, gabinetes de professores, 34 laboratórios técnicos-científicos e de informática, um biotério, salas para administração acadêmicas, restaurante universitário e almoxarifado” (UNILAB, 2022). Ainda, na região foi doado um terreno por parte do Governo do Estado para construção do Campus de Auroras, que conta com uma área de 16.000 m², na qual boa parte da obra já foi concluída e abriga a unidade acadêmica.

FIGURA-3- Planta do futuro Campus de Auroras



Fonte: Fabrício Ribeiro, 2012.

Este é um dos maiores empreendimentos da UNILAB que possui “capacidade para atender cinco mil estudantes, 800 funcionários e 400 professores em suas diversas atividades” (DIÓGNES e AGUIAR, 2013, p. 84). Portanto, a primeira parte da obra concluída tem aproximadamente 13.000 m² e conta com 40 salas de aulas, no qual 32 salas terão a capacidade para 42 alunos e as restantes para 80 alunos. Ainda, o campus conta com 33 laboratórios técnicos-científicos e de informática, gabinete de professor, restaurante universitário, 10 salas de coordenação de cursos, duas secretarias e cinco dos Institutos acadêmicos. De acordo com a UNILAB (2022), atualmente estão em construção as vias de acesso, residência para estudantes e professores visitantes, assim como outro restaurante universitário.

Para além desses campus no interior de Ceará, a UNILAB também possui campus avançado no estado da Bahia, mas concretamente localizado no município de São Francisco do Conde. O campus dos Malês, como foi denominado, é contemplado por 10 salas de aulas, um laboratório de informática, auditório, restaurante universitário, biblioteca, banheiros, quadra poliesportiva e áreas administrativas. Este campus vive resistindo à sua existência, desde a sua instalação até os dias atuais, isto porque, o campus é carente de uma estrutura física, sabendo que o prédio pertencente à universidade ainda se encontra com as obras paralisadas devido aos cortes das verbas orçamentárias por parte do governo. De acordo com a PROPLAN-UNILAB (2022), os cortes das verbas feitas recentemente afetarão o investimento previsto para construção do campus dos Malês que está nesse processo há bastante tempo. Todavia, as aulas nesse campus são feitas por forma de rodízios entre os prédios que a prefeitura local disponibilizou para o funcionamento da UNILAB-Malês.

Em forma de síntese, sendo o Campus dos Malês um pólo administrativo, a tendência é que a distância da sede se configure num verdadeiro gargalo para o funcionamento efetivo. Em São Francisco, as infraestruturas físicas são precárias e insuficientes, haja vista que o prédio administrativo e suas respectivas salas foram cedidas pela Prefeitura local, e foi arquitetado para ministrar aulas do ensino fundamental. Nesse sentido, deparamos com algumas fragilidades como: salas pequenas não compatíveis com o número de alunos matriculados; falta de residência; bibliotecas reduzidas; restaurante que não suporta o público acadêmico, além das questões de refrigeração e degradamento que têm sido constantes ultimamente. Não obstante, há um prédio em construção que tinha previsão de entrega no início do ano letivo de 2016, porém até então não foi concluído, devido à falta de verbas.

Em contrapartida, as infraestruturas da Redenção de Ceará são melhor estruturadas e planejadas para funcionamento universitário, tornando as condições mais adequadas e melhoradas, proporcionando um ambiente acadêmico estável e menos questionável. Nos três campi, a maior preocupação hoje tem sido o corte das verbas que vem acontecendo nos últimos anos e tem influenciado diretamente na manutenção das infraestruturas e do seu quadro do pessoal, sobretudo a construção de residências que estão em curso, mas devido aos cortes esse processo tem sido cada vez mais lento. Ademais, em termos de ensino, pesquisa e extensão também há uma grande diferença entre o campus, pois no Malês apenas funcionam alguns cursos das áreas ciências sociais e humanas, enquanto em Ceará os cursos englobam quase todas ou se não todas as áreas de conhecimento.

Segundo a ex-reitora Nilma Lino Gomes, a implantação da UNILAB em São Francisco do Conde pode ser uma referência do ensino superior de qualidade nas regiões, assim como a Universidade Federal da Bahia e Universidade Federal do Recôncavo Baiano se tornaram (DIÓGENES e AGUIAR, 2013). Além desses quatro campus, a universidade possui uma Fazenda Experimental abrigada em Redenção, que funciona para prática de atividades de ensino, pesquisa e extensão. De acordo com Diógenes e Aguiar (2013), a Fazenda possui três vertentes principais, como: a Escola de Comunidade, com a perspectiva de formar e dialogar com os agricultores e famílias; o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Rural, com a finalidade de gerar pesquisas a partir da vivência no local; e o Centro de Formação, que beneficia os estudantes da UNILAB e as demais instituições de ensino, de diferentes áreas de atuação e formação, com interesse em desenvolver ações educativas. Para Ribeiro *et al.* (2018), os aspectos

ilustrativos dos avanços acadêmicos da UNILAB podem ser vistos em alguns números. Sendo assim, no próximo tópico será discutido o quadro de docentes e discentes, a partir de uma análise qualitativa e quantitativa.

4.2- O Quadro Docente da UNILAB: Uma análise mista

A incorporação dos docentes na UNILAB se dá a partir da prestação de concursos públicos, de provas ou provas e títulos, nos quais poderão participar as pessoas que possuem a titulação de doutor, como requisito para ingresso na carreira do magistério superior nas universidades federais. Segundo Vanstreels (s.d), a qualidade do ensino possui dois elementos importantes, como a dedicação do corpo docente às suas atividades e o número dos professores com grau acadêmico de doutor e mestre no quadro docente. A contratação dos docentes e pesquisadores na Unilab é estabelecido no seu estatuto no art.85º, segundo parágrafo no qual essa universidade “poderá contratar professores visitantes, com reconhecida produção acadêmica afeta ou não à temática da integração com os países membros da CPLP, especialmente os países africanos nos termos do regimento geral” [...] (BRASIL, 2020).

Entretanto, o corpo docente dessa universidade é constituído por professores e professoras titulares, efetivos, adjuntos e visitantes, no qual 94,82% possuem a titulação de doutor.

QUADRO 1- Corpo Docente da UNILAB

Classe	Professores ativos
Adjunto	274
Adjunto-A	84
Associado	61
Assistente	5
Titular	3
Titular Livre	1

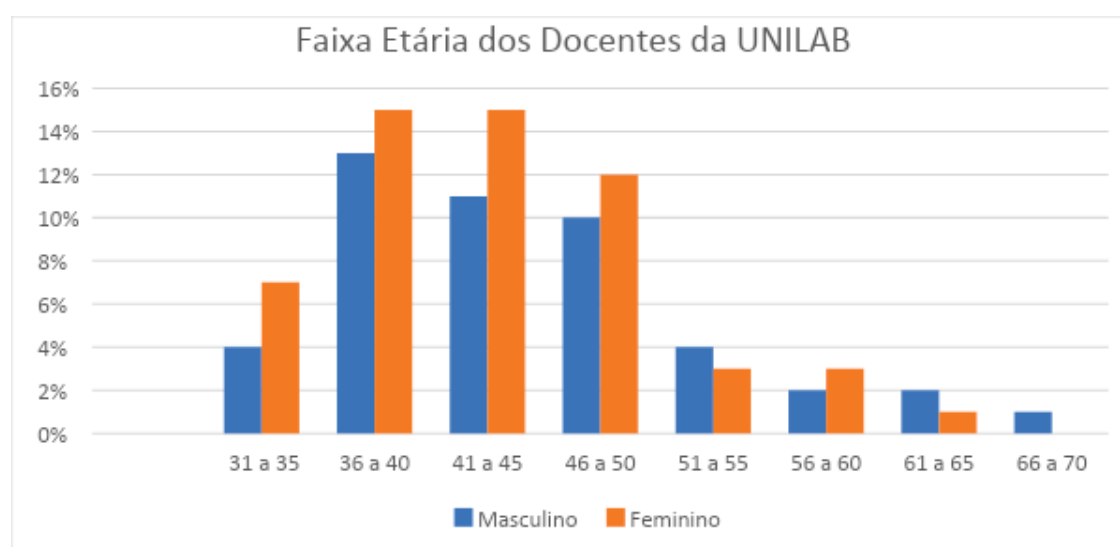
Fonte: Adaptação nossa a partir do sítio da UNILAB;

O quadro docente é composto por 386 professores/as em exercício, sendo 1 de Angola, 1 da Argentina, 350 do Brasil, 1 do Benin, 6 de Cabo Verde, 1 de Cuba, 1 da Colômbia, 1 da Costa Rica, 1 da Espanha, 1 da França, 8 da Guiné-Bissau, 1 da Itália, 5 de Moçambique, 2 do Peru, 3 de Portugal, 1 da República Democrática do Congo, 1 de Rússia e 1 da Venezuela.

No seu PDI (2016) a UNILAB descreve que a contratação dos docentes e pesquisadores se dará de acordo com a mesma lógica de parceria, envolvendo a metade de seu corpo docente ser de origem estrangeira, como forma de consolidar a proposta de integração acadêmica e cooperação solidária. Mas, conforme o parágrafo anterior,

podemos perceber que a UNILAB não cumpre o que foi estabelecido, isso porque o corpo docente é composto por uma maioria de origem brasileira e conta com apenas 36 docentes estrangeiros. É viável ressaltar que parte do corpo docente é formada por profissionais brasileiros oriundos de outros estados que optam por prestar concurso público nesta universidade, favorecendo a diversidade entre sotaques, culturas, usos e costumes no âmbito nacional e internacional (MEDEIROS, 2017). Esse desbalanceamento acontece devido à importância do estímulo coletivo, assegurando o processo de ensino-aprendizagem e formação de grupos de discussão nos quais o corpo docente estimula e sustenta esforços e crescimentos uns dos outros.

GRÁFICO 1- Faixa Etária dos Docentes Masculino e Feminino da UNILAB



Fonte: Adaptação nossa a partir do sítio da UNILAB

A faixa etária dos docentes da UNILAB se encontra em média de 41,67 anos. O corpo docente é muito diversificado não só em áreas do conhecimento, mas também o quadro das interculturalidades entre os professores oriundos de países e continentes diferentes, através do processo migratório internacional, no qual a educação é o elemento principal que interliga a pluralidade entre as relações sociais, culturais, econômicas e políticas.

4.3- Descrição qualitativa e quantitativa dos Estudantes da UNILAB

A inserção dos estudantes na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB ocorre a partir do Processo Seletivo de Estudantes Estrangeiros (PSEE) e os nacionais através do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Os estudantes oriundos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste se candidatam a partir do edital lançado todo o ano (desde a sua

implantação até os dias atuais). O processo de inscrição é feito via o preenchimento de um formulário específico, uma vez que os documentos exigidos no edital estejam de acordo. No entanto, esses estudantes realizam uma prova em formato de redação e de conhecimentos específicos nas entidades brasileiras situadas nos países lusófonos parceiros, como Embaixada ou Centro Cultural Brasileiro.

Segundo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UNILAB (CONSEPE) na sua Resolução n.º 42/2019 do seu primeiro artigo, afirma que a seleção dos estudantes estrangeiros para o curso de graduação nessa universidade deve ser desenvolvida de maneira a assegurar cooperação internacional, o intercâmbio acadêmico e a solidariedade com os países membros da CPLP, conforme foi instituída na lei de criação da UNILAB. Todavia, ao seu critério no artigo 2.º do seu terceiro parágrafo institui a ocupação de 50% das vagas disponíveis anualmente para ingressantes oriundos dos países africanos da língua portuguesa e Timor-Leste.

De acordo com Ribeiro (2012), os estudantes devem apresentar a comprovação das notas do ensino médio, carta de interesse, a prova de redação e prova de conhecimento específico que serão enviadas pelo Palácio do Itamaraty e depois encaminhadas para UNILAB, onde serão avaliadas e analisados o histórico escolar do aluno e a correção da prova de redação e prova de conhecimento específicos. Posteriormente, os aprovados receberão uma Carta de Aceite da universidade junto aos outros documentos e um termo de compromisso em que o estudante ou seus familiares atestam que possuem condições financeiras para custear a sua estadia no Brasil. Só assim os estudantes aprovados poderão dar entrada no pedido de visto na Embaixada Brasileira. No ato da inscrição, os alunos são responsáveis pelas escolhas dos cursos ofertados pela UNILAB no Ceará e na Bahia. Ademais, a condução do processo seletivo será feita pela Seção de Seleção, integrantes da coordenação de seleção, juntamente aos setores de Acolhimento e Acompanhamento, e a Pró-Reitoria de Relações Institucionais.

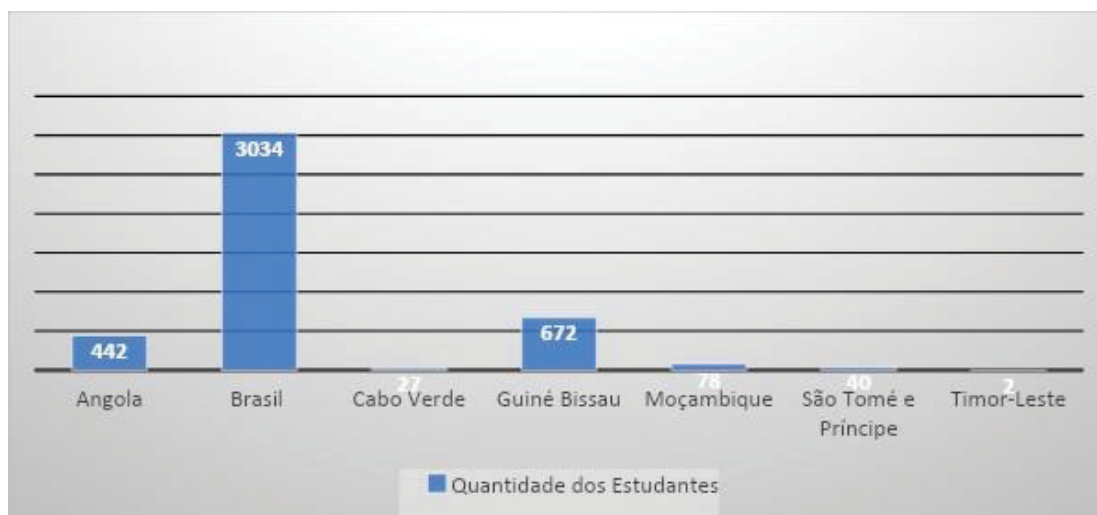
Para chegada e acolhimento de grupos de estudantes estrangeiros, a UNILAB organiza a logística através de um representante legal e por meio de Programa de Tutoria, no qual os tutores responsáveis (estudantes veteranos estrangeiros e brasileiros) se disponibilizam e atentem aos horários da chegada desses estudantes no Aeroporto Internacional Deputado Luís Magalhães em Salvador (BA) e no Aeroporto Internacional de Fortaleza (CE) (REIS, 2020). Para além desses apoios aos estudantes estrangeiros, a Unilab disponibiliza que esses tutores acompanhem os mesmos na ida à

Receita Federal para obtenção de Cadastro de Pessoas Físicas (CPF); marcação de consultas e exames nos hospitais ou postos de saúde locais; abertura de conta bancária nos bancos para recebimento do auxílio estudantil; ida à casa de câmbio para troca de moedas, àqueles que trouxeram alguma quantia para sustentar durante os três primeiros meses no Brasil; e, ainda, são isentos da taxa de alimentação no restaurante universitário até o recebimento do auxílio financiado pelo governo federal (MEDEIROS, 2017).

Desde a sua abertura até o ano de 2016, a universidade (UNILAB) arcava com a instalação desses estudantes no solo brasileiro (município de Redenção e São Francisco do Conde), isto é, os estudantes estrangeiros ficavam dois ou três meses nos hotéis ou pousadas dos municípios até o recebimento do auxílio e acolhidos pelo PAIE (REIS, 2020). Todo esse processo é acompanhado sob a supervisão de tutores, junto com a UNILAB. Entretanto, com as mudanças governamentais e mudanças orçamentárias nas Instituições do Ensino Superior Público, ficou impossível a hospedagem dos estudantes nos hotéis/pousadas. Nessa conjuntura, a UNILAB criou uma nova forma de receber esses estudantes, por meio do programa Pró-Acolher no qual “os estudantes veteranos interessados se inscrevem, passam por uma seleção para acolher um novo estudante estrangeiro em sua casa” (REIS, 2020, p.40).

O processo seletivo para escolha do acolhedor/a é acompanhado pela Seção de Acolhimento e Acompanhamento e da Seção de Políticas Estudantis, com a parceria da PROPAE, PROINST, COEST e os tutores do PAIE. Para tanto, a UNILAB disponibiliza os outros 50% das vagas para estudantes brasileiros que desejam ingressar nos cursos de graduação nessa universidade. No entanto, o processo do ingresso para os estudantes nacionais se dá a partir do Sisu, sendo um sistema informatizado pelo Ministério da Educação em que as instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para estudantes que realizaram o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

GRÁFICO 2- Quadro Geral de Discentes Ativos na UNILAB até agosto de 2022



Fonte: Adaptação nossa a partir do sítio da UNILAB

O gráfico acima apresenta a quantidade geral dos alunos que se encontram ativos na UNILAB nos cursos de graduação presencial, no estado do Ceará e na Bahia até agosto de 2022, conforme os países e cursos em que cada uma delas se encontra matriculada. Dessa forma, existe no total geral 4295 estudantes que frequentam os cursos de graduação nessa universidade, especificamente, 442 oriundos de Angola, 3034 do Brasil, 27 de Cabo Verde, 672 da Guiné-Bissau, 78 de Moçambique, 40 de São Tomé e Príncipe e por fim 2 do Timor-Leste.

No entanto, poderíamos evidenciar que a pouca participação dos estudantes oriundos de Timor-Leste, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Moçambique na UNILAB tem sido provocada pela má gestão ou troca dos reitores temporários nesta instituição. Ou ainda podemos entender que seja a falta de diálogo ou divulgação entre a Unilab e as instituições de ensino nesses países ou também a falta de interesse por parte dos estudantes oriundos desses países que preferem cursar o ensino superior nos respectivos países ou ainda que procuram outros países como destinos mais estratégicos. Para afirmar essas hipóteses, exige uma pesquisa mais aprofundada direcionada à pouca participação dos estudantes desses países.

Levando em conta o gráfico 2, reitera-se que o perfil dos discentes aponta para uma maioria brasileira. Assim sendo, nota-se o princípio da disparidade de vagas entre brasileiros e estrangeiros estabelecido pela instituição, portanto, a UNILAB não vem cumprindo com a sua proposta de concretização/criação, em relação ao seu compromisso, no qual afirma que:

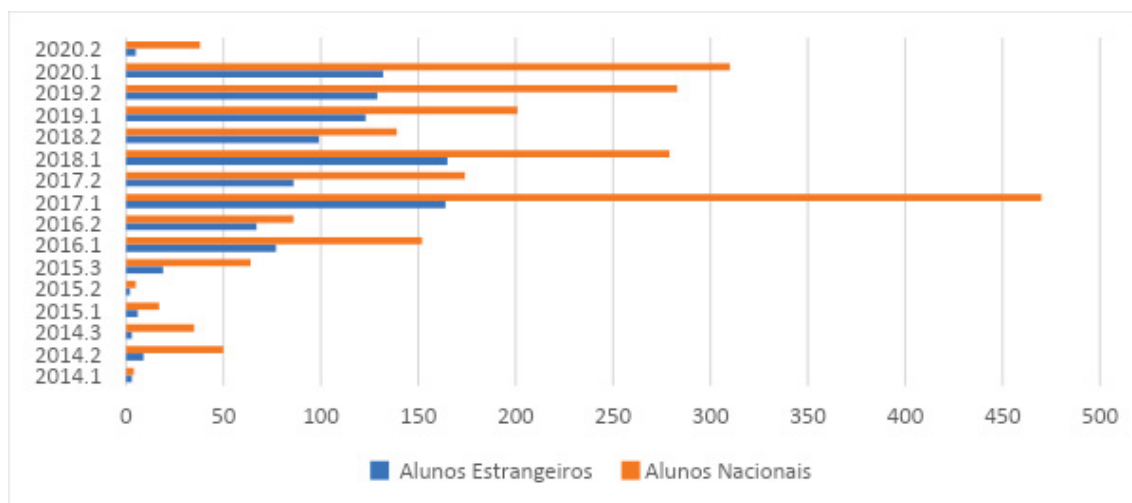
A fim de concretizar a sua proposta, metade dos estudantes será composta por jovens residentes no Brasil; a outra metade será selecionada por meio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, especialmente africanos (UNILAB, 2010, p.10).

Nessa perspectiva da disparidade entre os estudantes brasileiros e estrangeiros, Malomalo (2015) argumenta que a criação do projeto Unilab foi instituída com várias promessas ligadas aos interesses político-partidários e culminou com a política improvisada na gestão, responsável pelo processo seletivo voltado para estudantes estrangeiros. Ademais, como forma de promover o acolhimento e facilitar a integração intercultural entre os estudantes ingressantes e os veteranos, a universidade (UNILAB) realiza Seminário de Ambientação Acadêmica (SAMBA) com intuito de criar e fortalecer diálogos/laços, principalmente sobre a socialização de informações relacionadas aos gêneros, raça/etnia e informar sobre as legislações brasileiras aos estudantes estrangeiros. Mas também são repassadas informações sobre ações desenvolvidas pela universidade no objetivo de garantir a permanência estudantil.

Sendo assim, esses estudantes participam de grupos de pesquisas e extensão, como atividades complementares da graduação. Como foi ressaltado anteriormente, os projetos de pesquisas e extensão na UNILAB são pensados e criados a partir da perspectiva dessa universidade voltada para o desenvolvimento local, regional e dialogam com os países membros. Segundo o relatório obtido pela PROPAE⁹, no total de 2899 estudantes, 82,27% deles responderam ao questionário que são egressos de escolas públicas brasileiras e internacionais, enquanto os 14% são de escolas privadas e 3,73% não souberam responder. Desde a sua abertura e o lançamento do primeiro edital, essa universidade já formou muitos estudantes estrangeiros e brasileiros nas diferentes áreas de conhecimento. Dessa forma, o gráfico adaptado abaixo mostra-nos a quantidade dos estudantes egressos estrangeiros e nacionais que a UNILAB já formou, desde a sua primeira turma do semestre 2014.1 até 2020.2.

GRÁFICO 3- Quantidade de alunos estrangeiros e brasileiros egressos da UNILAB

⁹ Relatório anexado no final do texto, encaminhado via *e-mail* pelo PROPAE.



Fonte: Adaptação nossa a partir do sítio da UNILAB. Disponível em:

<<https://unilab.edu.br/Unilab-em-números/?>>

O gráfico 3 apresenta a quantidade de alunos brasileiros e estrangeiros que se formaram pela Unilab. De acordo com o gráfico 3, no semestre 2014.2 a Unilab formou 9 estudantes estrangeiros e 50 brasileiros, na sua primeira turma desde a sua abertura em 2010, e no trimestre de 2014.3 formaram-se apenas 35 estudantes brasileiros, no entanto, houve uma diminuição em termos dos estudantes brasileiros que se formaram, enquanto que nenhum discente estrangeiro se formou nesse trimestre. Para o trimestre de 2015.1 os números de estudantes brasileiros formados continuaram diminuindo para 17, enquanto que os estrangeiros somaram 6 formados, e para o trimestre 2015.2, nenhum estrangeiro se formou, enquanto que 4 brasileiros se formaram. Já para o trimestre 2015.3, essa universidade formou 64 brasileiros/as e 19 estrangeiros, superando a quantidade dos formados nas turmas anteriores.

Com o ajuste no calendário acadêmico para transição do período trimestral para semestral, em 2016.1 os números de formados aumentaram para 152 brasileiros/as e 77 estrangeiros, e para o semestre 2016.2 esses números voltaram a cair para 86 brasileiros/as e 67 estrangeiros, mas continuaram superando a quantidade dos discentes que se formaram durante o período trimestral. No entanto, no semestre 2017.1 a UNILAB teve a sua maior quantidade de alunos que se formaram até hoje (2022.1), sendo: 470 brasileiros/as e 164 estrangeiros, todavia, no semestre 2017.2 formaram 174 brasileiros/as e 86 estrangeiros; em 2018.1 formaram 279 brasileiros/as e 165 estrangeiros; e no 2018.2 formaram-se 139 brasileiros/as e 99 estrangeiros; para o semestre seguinte — 2019.1— formaram 201 brasileiros/as e 123 estrangeiros; e em 2019.2, formaram-se 283 brasileiros/as e 129 estrangeiros. Para 2020.1 formaram 310

brasileiros/as e 132 estrangeiros, já em 2020.2 esses números baixaram para 38 brasileiros/as e 4 estrangeiros.

Dessa forma, a qualidade acadêmica e quantidade dos acadêmicos na graduação da UNILAB pode ser vista nos índices de formados e formandos, dados apresentados no gráfico 2 e gráfico 3, para o grau de bacharelado e licenciatura. A qualidade acadêmica pode ser vista a partir das temáticas produzidas por esses estudantes que se encontram disponíveis no repositório ou biblioteca online da Unilab. Para tanto, a expansão do ensino superior brasileiro trouxe resultados positivos para outras dimensões da vida social e econômica, tendo o acesso à educação de qualidade como um dos fatores fundamentais ao desenvolvimento e evolução do indivíduo. Em suma, os estudantes egressos do ensino superior ganham uma nova “vida” com um conhecimento mais aprofundado sobre a sociedade e o modo como ela é administrada, que permite a sua inserção num mundo de trabalho relativamente hostil, dominado pelo capitalismo financeiro e neoliberal.

Ao longo dos seus doze anos de funcionamento, essa universidade, assim como as outras públicas federais do Brasil, já formou estudantes brasileiros e estrangeiros com potencial para atuar e contribuir em diferentes áreas do conhecimento, para transformações sociais, culturais, políticas e econômicas nos seus respectivos países de origem.

4.4- Breves relatos dos estudantes egressos

Através do gráfico três podemos perceber que a Unilab tem formado vários estudantes de países diferentes desde a primeira turma até os dias atuais. Dessa forma, nesse tópico iremos apresentar alguns depoimentos desses estudantes sobre como a Unilab impactou/transformou as suas vidas, seja ela academicamente e ou profissionalmente.

De acordo com o estudante Iadira Antonio Impanta, natural de Guiné-Bissau egresso do curso de Licenciatura em Sociologia no ano de 2018, atualmente mestra em Antropologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a Unilab enquanto uma universidade internacional, interiorana que dissemina a cultura afro-brasileira, a partir da epistemologia do ensino Sul Global coadjuva magnificamente com a sua formação profissional, pessoal e humana. A mesma relata que, mesmo que a sua trajetória seja por enquanto apenas acadêmica, sinta-se preparada e convicta de

contribuir um dia na transformação social do mundo, da África e da Guiné-Bissau particularmente (UNILAB, 2023).

A mesma ainda enfatiza a importância do curso de licenciatura em sociologia que possibilita formação dos profissionais no ramo interdisciplinar que permite atuar como docente e pesquisador/a, no qual possibilitou-a amplo conhecimento para atuação profissional, produção acadêmica, facilitando o seu ingresso no mestrado e nos demais espaços acadêmicos (PORTAL ONLINE, UNILAB 2023).

Maria de Fatima Souza da Silveira, brasileira, da cidade de Redenção-CE, egressa da primeira turma de bacharelado interdisciplinar em humanidades, doutoranda no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, com período sanduíche no Departamento de História da Universidade de Harvard, relata que:

A Unilab e o BHU foram fundamentais na minha escolha pelo trabalho intelectual, pela educação e pela pesquisa, isso porque o curso sempre ultrapassou a ideia de que a formação universitária tem que ter como objetivo único a inserção de “profissionais” no mercado de trabalho cada vez mais precarizado pelo neoliberalismo. O curso buscava formar pesquisadores qualificados e sujeitos conscientes do mundo e da história. A Unilab é uma universidade popular e me garantiu não apenas o acesso, mas a permanência na universidade, e deve continuar garantindo aos seus estudantes das classes oprimidas esse direito conquistado após séculos de negação e negação. A Unilab nasce anticolonialista e antirracista, diversa e única, fruto da luta pela democratização do acesso à universidade e pela descolonização do pensamento, uma conquista do povo negro, indígena, pobre (PORTAL ONLINE, UNILAB, 2023, s/p).

De acordo com a frase supracitada, percebe-se que a Unilab tem desempenhado a função de formação dos profissionais capacitados para inserção no mercado de trabalho, mas alguns dos egressos ainda optam por continuar a vida acadêmica ingressando nos cursos de pós-graduação, esse têm sido o caso da egressa Iadira e Mariade Fátima. Outro fato igual a essas duas egressas é do conterrâneo da Iadira, Yanick Rodolfo Gomes, ingressante no segundo semestre de 2014 no curso de Engenharia de Energia, egresso do mesmo curso no ano de 2020. Após a conclusão do curso na Unilab, ingressou no mestrado na Universidade Federal da UFABC, São Paulo, no Programa de Pós-graduação de Engenharia Elétrica, pelo Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas e participou como pesquisador bolsista do projeto solar UFABC/ENEL (UNILAB, 2023).

O egresso Yanick exalta que durante a sua trajetória na Unilab encontrou excelentes professores que muitas das vezes faziam o papel do pai, ou seja, além de contribuírem com aprendizado dos seus estudantes, também são motivadores e

conselheiros. De acordo com o mesmo, esses fatores incentivaram ele a nunca desistir e sempre encarar os desafios que apareceram. Ao longo dessa trajetória, também foi bolsista no ¹⁰Programa Bolsa de Monitoria (PBM) e participou como integrante do colegiado de Instituto da Engenharia e Desenvolvimento Sustentável que contribuíram para sua evolução tanto pessoal como profissional (UNILAB, 2023). O egresso não deixou de ressaltar sobre a importância da diversidade cultural existente na Unilab entre os países da Comunidade da Língua Portuguesa que contribuiu no seu aprendizado sobre a forma de adaptação em qualquer lugar onde quer que esteja, pois na sua mudança de universidade teve contato com estudantes de outras nacionalidades que não se encontram presentes na Unilab, principalmente dos países da América Latina (UNILAB, 2023).

Ao contrário desses três egressos, a egressa do curso de Enfermagem, Rolanda Domingos Mussane, moçambicana, formada pela Unilab em abril de 2019, relata que ao concluir a graduação retornou ao país (Moçambique) com propósito de ingressar no mercado de trabalho. Dessa forma, a mesma argumenta que:

De volta a Moçambique, tive a oportunidade de atuar como Enfermeira da organização Médicos Sem Fronteiras (MSF), em uma região do meu país que desde 2017 é assolada por ataques armados que recentemente foram reconhecidos como sendo de carácter terrorista similar aos ataques perpetrados pelo conhecido grupo terrorista Al Shabab. Naquele ponto do país atuamos prestando assistência médica à população deslocada principalmente (PORTAL ONLINE, UNILAB, 2023).

Ora, o relato acima demonstra que mesmo de uma forma tímida, a Unilab tem cumprido com um dos seus propósitos de criação, de efetivar, acolher e formar estudantes dos PALOP's e Timor Leste com uma proposta de retornar os seus respectivos países ao finalizarem os cursos, com intuito de contribuir no crescimento e desenvolvimento dos mesmos.

Outro fato semelhante é o relato do estudante Timorense egresso do curso de Ciência da Natureza e Matemática em 2018, Januário Fernandes relata que ao concluir o curso regressou ao seu país de origem no qual ingressou no mercado de trabalho em

¹⁰ O PBM está vinculado à Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) em conjunto com os cursos de graduação e tem como objetivo contribuir para o processo de aprendizagem dos estudantes, promovendo maior interação entre discentes monitores, discentes matriculados nas disciplinas e docentes ministrantes das disciplinas ofertadas neste edital, além de visar despertar o interesse do estudante pela carreira docente. A monitoria é uma experiência pedagógica oferecida ao/à estudante do curso de graduação, compreendendo atribuições auxiliares relativas às atividades acadêmicas associadas a componentes curriculares, sob a supervisão de docente orientador.

uma instituição pública que se chama Autoridade de Inspeção e Fiscalização das Atividades Econômicas, Sanitárias e Alimentar. Para Januário, a Unilab é uma das melhores universidades públicas federais brasileiras, não só pela sua missão, mas também por possuir corpo docente com a maioria doutoras/es e “unido ao corpo estudantil”(UNILAB, 2023). No entanto, o mesmo afirma que esses fatores facilitam o processo de ensino, aprendizagens e formação profissional dos seus discentes, em especial na sua formação que contribui para o seu aprendizado sobre as diferenças culturais que se presenciam na Unilab.

Através desses relatos pode se afirmar que o projeto da Unilab tem contribuído fundamentalmente na formação dos estudantes capacitados para ingresso no mercado de trabalho, assim como nos outros espaços e ou ambientes acadêmicos, considerados um dos mais promissores no *ranking* mundial. Assim sendo, os egressos que continuaram seguindo a trajetória acadêmica aprofundam os seus conhecimentos adquiridos durante o processo de graduação na Unilab para que futuramente possam ingressar no mercado de trabalho e ocupar cargos importantes nas sociedades. Conquanto, para os que após o término da graduação decidiram regressar ao país igual a tal como instituiu a Unilab, compartilham com a sociedade os conhecimentos ensinados pela própria universidade, com intenção de contribuir para melhoria e desenvolvimento dos respectivos países.

Ainda, a Unilab ofereceu a esses estudantes egressos uma oportunidade de frequentar a universidade sem arcar com grandes custos, como por exemplo o pagamento das mensalidades. Ou seja, em alguns países parceiros que compõem a Unilab, as universidades ditas “públicas” no país cobram uma certa quantia mensal, exceto aos estudantes beneficiados com algumas bolsas do governo ou de outras instituições públicas e ou privadas, como tem sido o caso de Cabo Verde que possui apenas duas universidades ditas “públicas”. Dentre várias opções das universidades públicas federais brasileira, a Unilab tem sido uma das grandes portas de entradas para os estudantes africanos, em específico as dos PALOP 's. Esse tem sido um dos principais méritos dessa instituição.

5. AS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA UNILAB

Após a abolição da escravatura e Proclamação da República, a educação brasileira tem sido alvo de várias propostas, mas pouco foi feito. O que mais chamou atenção foi a implementação das universidades no país, realizada a partir de um processo desigual e elitista até meados da década de 1960, conforme abordado no capítulo teórico. Para tanto, com a indução do trabalho assalariado e capitalismo, a classe média brasileira via a educação como única forma de garantir o crescimento da sociedade. Nesse sentido, Souza (2019) argumenta que o início do século XX ficou marcado pelo surgimento de iniciativas populares, por fortes mudanças na educação brasileira.

Por conseguinte, as políticas das ações afirmativas são entendidas como conjuntos de ações positivas desenvolvidas pelo setor público que permite o tratamento diferenciado para grupo de pessoas que sofreram ou sofrem de algum tipo de exclusão, racismo, homofobia, marginalização ou outros tipos de discriminação na sociedade. Nessa perspectiva, Oliven (2007) afirma que as ações afirmativas visam remover as barreiras, formais e informais, que impeçam os grupos que sofreram algum tipo de exclusão de acessarem o mercado de trabalho, universidades e posições de liderança. Sendo assim, as ações afirmativas são práticas políticas que têm sido implementadas em diversos países como forma de diminuição das desigualdades sociais presentes nas sociedades.

Dessa forma, no início dos anos 1980 em alguns países da América Latina foram adotadas algumas políticas de proteção social com ênfase nos programas sociais e reformas políticas e a educação não ficou à margem dessas iniciativas. Portanto, no âmbito educacional, as políticas e as reformas estabelecidas tinham um caráter dualista e contraditório. Por um lado, assumia-se como uma política social de cunho universal (*a ampliação da escolaridade e o crescimento do contingente de alunos atendidos nos sistemas e redes públicas, na maior parte dos países latino-americanos, é um indicador desta tendência*) e, por outro lado, tinha uma lógica de focalização em grupos mais vulneráveis no acesso e permanência das minorias na educação, mediante o estabelecimento de políticas sociais (...) (DUARTE e OLIVEIRA, 2005).

A adoção dessa medida é vista como uma forma de criar igualdade de oportunidades entre os grupos e as pessoas excluídas socialmente, objetivando a

inserção na saúde, educação e no mercado de trabalho. No Brasil e no mundo, as populações negras, indígenas, LGBTQI+, quilombolas sofrem constantemente desses atos racistas e discriminatórios. Portanto, é plausível afirmar que a insuficiência no setor educacional para essas comunidades é um fato verificado historicamente, ou seja, devido à pouca presença dessas classes discriminadas nas universidades públicas brasileiras, sentiu-se a necessidade de implementar medidas e ações que corrijam as desigualdades de acesso às universidades para esses grupos.

Ciente dessas questões, o Estado brasileiro, durante o ano 2000 até meados de 2014, vem incrementando algumas medidas, como a implementação de Lei de Cota nas universidades públicas federais, o Programa Bolsa Permanência, além de outros programas, que possibilitam as transformações desse cenário e a mobilização socioeconômica da população indígena, preta e mestiça (VANSTREELS, 2014). Para essas transformações foram criadas algumas políticas públicas que instrumentalizam e “permitem” a superação dessas objeções sociais face a esses grupos étnicos raciais. Dessa forma, o início dos anos 2000 foi acompanhado de novas visões por parte dos educadores, pesquisadores e até parlamentares, com foco na implementação de políticas públicas para inserção das classes minoritárias no ensino superior público, como forma de combater as desigualdades sociais e étnicas raciais (VANSTREELS, 2014).

De acordo com Penildon Filho e Cunha (s.d), várias universidades públicas do país têm elaborado, instituído e implementando as políticas das ações afirmativas através de sistema de ingressos especiais aos cursos de graduações, para negros, indígenas e estudantes oriundos das escolas públicas. Esse aparato histórico tem sido possível através da pressão por parte dos movimentos sociais reivindicatórios e sociedade civil organizada. Essas políticas foram se desencadeando na educação superior a partir de 2005, através da união dos representantes dos movimentos negros com entidades estudantis que fizeram um apelo procedente na seção da Câmara dos Deputados, cuja finalidade era a aprovação do Projeto-lei n.º 3627/2004, que institui cotas nas universidades públicas federais a partir do “Sistema Especial de Reservas de Vagas”.

Na UNILAB, de acordo com a resolução da CONSUNI n.º40/2021¹¹ no seu art.12.º 15% das vagas dessa universidade são para o ingresso dos estudantes por meio do Processo Seletivo Especial de Ações Afirmativas, as quais estão distribuídas em 3%

¹¹ Regulamento que aprova a Instituição e Regulamentação do Programa de Ações Afirmativas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

para pessoas de baixa renda vindas da escola pública e se autodeclararam quilombola, mais 3% para os indígenas, baixa renda e egressos da escola pública, 2% para os que se autodeclararam membros de outros povos e comunidades tradicionais, 3% para as pessoas que autodeclararam a identidade transgênero., 2% para aqueles que se autodeclararam ciganos e ciganas, 1% aos refugiados e 1% às pessoas cuja situação de liberdade esteja privada ou a pessoa seja egressa do sistema prisional. Essas pessoas também têm a oportunidade de concorrer às vagas destinadas à bolsa de assistência estudantil que asseguram as suas permanências nas universidades.

Ultimamente essas políticas vêm sendo afetadas pelos cortes das verbas feitas pelo governo federal, que têm sucateado as instituições do ensino superior público brasileiro. De acordo com o *Jornal Outras Palavras* (2022), no final do mês de maio deste ano, o Ministério da Educação divulgou uma quantidade de R \$3,2 bilhões de cortes nos repasses às instituições federais brasileiras do ensino superior. Sob a pressão de outras entidades, o governo Bolsonaro diminuiu esse valor para R \$1,6 bilhão. O bloqueio desses recursos afetará o funcionamento de várias universidades, quer seja estrutural ou nos serviços como a manutenção, segurança, limpeza, pesquisas científicas, extensão e assistência estudantil para os estudantes de baixa renda. O bloqueio desses valores vai ter um grande impacto direto nas ações de políticas afirmativas que assegurem o ingresso e permanência dessas classes sociais nos institutos e universidades públicas federais, sabendo que não é a primeira vez que as instituições públicas são atacadas por esse governo. Portanto, com as trocas governamentais nos últimos quatro anos, as universidades públicas federais brasileiras têm sido alvo de sucateamento devido aos grandes cortes das verbas orçamentárias. Cortes que afetam os programas destinados às classes minorias. Todavia, é viável ressaltar que esses cortes já vinham acontecendo alguns anos antes do governo Bolsonaro, mas com este no comando os cortes se intensificaram. Assim sendo, os reitores das universidades se queixaram de que os orçamentos para universidades federais têm caído ano após ano, desde 2016 (ANDIFES, 2022).

No entanto, esse é um entre outros cortes de verbas para os Institutos Federais de Ensino Superior feitos pelo governo Bolsonaro, ou seja, desde o início do seu mandato esse governo não deixou de diminuir os repasses para as instituições públicas federais do país. Nesse sentido, os cortes continuaram mesmo no momento em que as instituições precisavam/precisam de novos investimentos e políticas públicas para aumento das verbas orçamentárias, como forma de ajudar a combater a pandemia de

Covid-19 através de pesquisas aprofundadas nas ciências e tecnologias, mas, enquanto isso, o governo Bolsonaro alastrava *fake news* pelo país sobre a pandemia de Covid-19. Como foi dito anteriormente, muito antes do cenário pandêmico, a educação brasileira já vinha sofrendo diversos cortes orçamentários desde a educação infantil até a educação superior, atingindo graduação, pós-graduação, projetos de extensão, pesquisa e assistência estudantil. Sendo assim, nas palavras de Paulo Afonso Burmann (2020), reitor da Universidade Federal de Santa Maria, esses cortes impossibilitam o funcionamento e manutenção dos projetos de ensino e extensão.

O surgimento do vírus denominado de novo coronavírus, que aconteceu na China no final do ano de 2019, trouxe novos desafios para o campo da educação. A pandemia de Covid-19 foi declarada em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde e a declaração de quarentena em vários países levou a educação brasileira a ser realizada num modelo pedagógico calcado no ensino remoto em diferentes modalidades de forma imediata. Apesar dos ataques ideológicos e de grandes cortes feitos pelo governo no sistema de ensino superior brasileiro, “a ciência e tecnologia atuou na defesa da vida e da sociedade brasileira de forma exemplar, nas mais diversas áreas de conhecimento e regiões do país, como força civilizatória diante da barbárie e da necropolítica¹²” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2022, p.3).

A redução orçamentária não só limita o funcionamento das universidades, mas também afeta de forma direta e indireta o programa de assistência estudantil, tendo em vista que, “além da pandemia da Covid-19, o ano de 2020 trouxe ainda uma nova barreira para as IFES: o corte de 40% das verbas do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), se comparado a 2019” (PORTO, 2021, p.6). Apesar desses cortes, as universidades têm assegurado as bolsas e auxílios de assistência social para evitar um caos no ensino superior. Tantos esforços feitos nos anos anteriores hoje se encontram em risco de extinção por parte do governo anterior (2022), nos desmontes e desgaste da educação superior brasileira através dos cortes de verbas orçamentárias, colocando em risco a permanência dessas classes nas instituições públicas federais e o funcionamento das universidades em si.

Todavia, uma universidade como a UNILAB, e entre outras que surgiram no momento do movimento expansionista das universidades federais para o interior do

¹² A necropolítica é entendida como a capacidade de estabelecer parâmetros como uma pessoa deve viver ou morrer, ou seja, a forma desigual da distribuição da oportunidade de viver e morrer no sistema capitalista atual.

estado brasileiro, estão sob a pressão e ameaçadas diante desses acontecimentos, justamente por não usufruírem de uma base sustentável duradoura que permita a navegação em meio a esses cortes. Sendo assim, a preocupação dos gestores das universidades públicas tem sido crescente, em relação aos sucessivos cortes nos orçamentos universitários. Isso porque os cortes influenciam direta e indiretamente na qualidade educacional, de um projeto que já vem sendo ameaçado há muito tempo. É revoltante ver as lutas vencidas pelos movimentos sociais e a sociedade civil organizada durante o governo progressista na época, sendo sucateadas por um governo tão conservador que presenciamos durante o seu mandato (2019-2022).

Em meio dessa grave conjuntura nas universidades públicas brasileiras, a UNILAB procurou meios para que os estudantes que não possuem condições socioeconômicas ou que se encontram sob a vulnerabilidade econômica pudessem estudar por nova forma pedagógica adotada durante os anos (2020-2021) em que as aulas foram direcionadas para modalidade do ensino remoto. Sendo assim, por meio da Portaria n. °404/2020 a UNILAB instituiu o Plano Emergencial de Inclusão Digital, com objetivo de fornecer tecnologias de informações para os seus discentes, propiciando condições adequadas para acompanhamento das aulas remotas. Esta é mais uma política desencadeada como forma de permanência qualificada dos estudantes no ensino superior, ou seja, essa política contribuiu para a não evasão escolar na UNILAB durante esse período. Nesse ínterim, o programa Inclusão Digital foi estabelecido a partir de duas modalidades: doação de equipamentos/dispositivo móvel e concessão de pacote de dados de internet.

Ademais, nos próximos tópicos serão destrinchadas as políticas das ações afirmativas na UNILAB e o público-alvo que depende dessas políticas para sua inserção e permanência na universidade, sabendo que estão sob as ameaças de que em qualquer momento as quantidades de vagas para bolsas de permanência serão diminuídas devido aos cortes das verbas orçamentárias que vêm acontecendo nos últimos anos.

5.1- Programa de Assistência ao Estudante (PAES)

O Programa de Assistência Estudantil é verificado a partir da Constituição de 1988, período da proliferação da democracia brasileira e inclusão dos direitos políticos e sociais no país. A partir de então, a assistência social ganhou uma nova concepção junto às políticas de assistência à saúde e previdência social, todavia, juntos se formaram o Sistema de Seguridade Social. Desta forma, a área educativa ganhou novo reflexo e

mudanças por meio da instalação de novo padrão dos direitos humanos e sociais, a partir das ações afirmativas e estudantis.

De acordo com alguns autores/as, como Souza (2019), durante a década de 1980 devido à pressão popular, surgiram dois órgãos com as políticas voltadas para questões educacionais, estes desenvolvem papel fundamental na construção da política da assistência estudantil, sendo elas: Fonaprace em 1987 e Andifes criada em 1989. Para Vasconcelos (2010), esses dois órgãos tinham como objetivo contribuir com a integração nacional e regional das Instituições de Ensino Superior Federais, garantindo a igualdade, oportunidade de acesso e visando propiciar boas condições de permanência nessas instituições, além de contribuir para diminuição da evasão escolar.

“O fortalecimento da política de assistência estudantil da Unilab se deu em virtude de um grande e importante passo dado pela Instituição como a criação da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis” (SOUZA, 2019, p.59) responsável pelos conjuntos de programas e ações integrantes da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Nesse sentido, essas políticas “são ações do estado com objetivo de superar desigualdades de acesso, permanência e êxito na instituição de ensino, por meio de programas de benefícios sociais e acompanhamento do aluno” (TEIXEIRA *et al.*, S/A, p.2). Sendo assim, o Programa de Assistência ao Estudante (PAES) na UNILAB é financiada pelo PNAES, aprovada pelo decreto-lei n.º 7234/2010, com a finalidade de garantir a permanência dos estudantes de baixa renda nos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas federais, cujas condições socioeconômicas são insuficientes para permanência no espaço universitário.

Sendo assim, a PAES é regulamentada pela Resolução N.º 001-B/2015 da UNILAB que no seu art.1.º declara ser destinado a estudantes do curso de graduação, através da política institucional de inclusão social. Portanto, de acordo com Art. 2.º do mesmo, o programa tem como finalidade viabilizar o acesso a direito de assistência estudantil através de apoio institucional aos estudantes matriculados na graduação presencial, em que as suas condições socioeconômicas são insuficientes para permanência dos mesmos nos espaços acadêmicos.

Os critérios para seleção dos estudantes beneficiados se dão a partir da avaliação do perfil socioeconômico dos familiares declarados pelo estudante, através do processo seletivo regular ou contínuo. Portanto, o edital é lançado todo o semestre que ocorre o efetivo ingresso dos estudantes calouros. De acordo com Art.6.º da Resolução n.º 001-B/2015, o programa disponibiliza seis modalidades do auxílio, sendo elas:

- I- Auxílio Moradia: concedido com objetivo de garantir condições de residência nos municípios sede dos *Campi* da Unilab, cujo grupo familiar reside distante da sede do curso presencial onde os estudantes se encontram regularmente matriculados (fora da zona urbana dos municípios dos *Campi*), cujo acesso aos *Campi* seja dificultado pela ausência de transporte regular, pela distância ou por outros fatores devidamente justificados, com documentação pertinente.
- II- Auxílio Instalação: concedido com o objetivo de apoiar os estudantes beneficiários do Auxílio Moradia a proverem condições de fixação de residência nos municípios sede dos *Campi* da Unilab, no que se refere à aquisição de mobília, eletrodomésticos, utensílios domésticos, entre outros itens especificados em edital regular ou o de fluxo contínuo;
- III- Auxílio Transporte: concedido com o objetivo de complementar despesas com transporte e apoiar no deslocamento para a Unilab, assegurando-lhes as condições para acesso às atividades universitárias.
- IV- Auxílio Alimentação: concedido com o objetivo de complementar despesas com alimentação.
- V- Auxílio Social: concedido com o objetivo de apoiar estudantes em situação de elevado grau de vulnerabilidade socioeconômica familiar.
- VI- Auxílio Emergencial: auxílio de natureza eventual e provisória, concedido de forma excepcional, em razão de situação de caráter emergencial, aos estudantes cujas condições de extrema vulnerabilidade socioeconômica ponham em risco sua permanência na Universidade (RESOLUÇÃO N. °001-B/2015).

Esses programas de auxílios têm como propósito assegurar a permanência dos estudantes vulneráveis na universidade. Podem se candidatar os estudantes regularmente matriculados no curso de graduação da Unilab, sem vínculo empregatício ou qualquer atividade remunerada e que a condição socioeconômica dos familiares seja abaixo do mínimo exigido. Segundo o relatório da PROPÆ¹³, 93% dos estudantes, que corresponde a um número total de 2899, que participaram da pesquisa feita pelo PROPÆ possuem uma faixa de renda de até meio salário-mínimo por membro da família, ou seja, de 2899 estudante, 2715 pertence ao quadro dos familiares em que cada membro vive com até meio salário-mínimo por mês. Dos restantes, 0,28% possuem entre um salário e um salário e meio, 4,10% entre meio e um salário, 0,14% vivem com mais que um salário-mínimo e meio e por fim, 1,83% não souberam responder.

De acordo com o documento liberado pela PROPÆ¹⁴, 4075 estudantes receberam o benefício do Programa Assistência Estudantil, durante o ano de 2021, em seis modalidades apresentadas anteriormente. Esses números estão distribuídos das seguintes formas: 1656 estudantes se beneficiaram de auxílio-alimentação, 1735 receberam o auxílio moradia, 381 receberam auxílio social, 43 auxílios transporte e 260

¹³ Anexo 1.

¹⁴ Anexo 2.

receberam o auxílio instalação. Quanto ao auxílio emergência, em 2021 foram feitas 266 solicitações e 201 delas foram deferidas. E para o ano de 2022 até o mês de abril, receberam 121 solicitações.

Todavia, a quantidade dos estudantes que se beneficiam desses auxílios sofreu alterações, conforme os números dos ingressantes e dos egressos, ou seja, quando um estudante se forma ou perde o vínculo com a universidade é desligado automaticamente do programa, dando oportunidade para outros estudantes ingressantes que concorrem às vagas disponibilizadas. Segundo o Núcleo de Informação e Documentação de Assistência Estudantil (NIDAE) (2022), a Unilab distribuiu os valores desses auxílios entre os Campi localizados no Ceará e na Bahia. Portanto, de acordo com o mesmo, essa universidade distribuiu os valores referentes à folha dos auxílios do Programa de Assistência ao Estudante de Julho de 2022, um total de R\$ 892.150,00 para os Campis do Ceará, todavia, esse valor é distribuído para os três campi (Liberdade, Palmares e Auroras) em cinco modalidades dos auxílios.

No geral, cerca de 1267 estudantes se beneficiaram de auxílio moradia, totalizando R\$ 481.460,00, sendo o valor unitário de R\$ 380,00 para cada, enquanto que 1256 estudantes receberam auxílio alimentação com um valor total de R\$ 188.400,00, num valor individual de R\$ 150 para cada estudante, e 41 estudantes foram beneficiados com auxílio transporte, no valor total de R\$ 8.730,00, numa estimativa de R\$ 213,00 para cada discente, mais 226 receberam auxílio social com o valor total de R\$ 85.880,00, sendo R\$ 380,00 num valor individualmente e por fim 336 estudantes receberam um total de R\$ 127.680,00 referente ao auxílio instalação, sendo R\$ 380,00 individualmente.

Para o campus dos Malês na Bahia foi distribuído um valor total de R\$198.640,00. Esses valores se encontram divididos em seguintes categorias: 319 estudantes receberam auxílio moradia num valor total de R\$ 121.220,00, com estimativa de R\$ 380,00 para cada estudante, ademais, 332 discentes se beneficiaram de auxílio alimentação, cujo valor total equivale a R\$ 49.800,00, sendo R\$ 150,00 individualmente, mais 4 estudantes receberam o auxílio transporte no valor total de R\$ 1.020,00, sendo R\$ 255,00 individualmente, 63 estudantes se beneficiaram de auxílio social num valor total de R\$ 23.940,00, com a distribuição individual num valor de R\$ 380,00 por cada pessoa e por fim 7 estudantes receberam o auxílio instalação com um valor total de R\$ 2.660,00, e cada uma desses estudantes também foram beneficiados num valor individual de R\$ 380,00 cada. Todavia, considera-se que esse valor não

consegue cobrir os gastos individuais dos estudantes, o que os leva ao compartilhamento de moradia, para suprir as necessidades, pagando energia, água, internet e outras necessidades da casa.

Conforme esses dados disponibilizados, podemos perceber que os valores que representam os auxílios moradia, alimentação, social e instalação não sofrem alterações mesmo com aumento ou não do número de estudantes beneficiados. Entretanto, pela crise econômica e alto custo de vida que o mundo enfrenta, em especial a alta inflação na economia brasileira, esses valores contribuem apenas para ajudar esses estudantes a permanecer nas universidades, mas, como forma de superar esses obstáculos, muitos deles acabam por compartilhar a moradia com outros discentes, quer nacionais ou internacionais, multiplicando esses valores dos auxílios, principalmente os auxílios de alimentação e moradia que os mesmos recebem durante a graduação. No contexto do atual custo de vida, acredito que seria necessário um reajuste desses valores, já que a maioria dos beneficiários tem esse auxílio como a única fonte de renda.

Destarte, como forma de facilitar as alimentações dos estudantes, a Unilab dispõe de restaurante universitário que distribui as refeições diárias, almoço e jantar para os discentes, com abrangência aos servidores, técnicos administrativos, docentes e “funcionários/as das empresas terceirizadas à serviço da universidade e visitantes em caráter acadêmico-cultural” (UNILAB, 2022, portal online). No entanto, o objetivo principal dos restaurantes universitários da Unilab “é fornecer refeições nutricionalmente equilibradas, seguras do ponto de vista higiênico-sanitário e adequadas às necessidades nutricionais dos usuários a baixos custos, atuando como um dos instrumentos da política de permanência dos jovens na educação superior pública” (UNILAB, 2022, portal online). Portanto, essa universidade dispõe de RU's em todos os campus do Ceará e da Bahia, exceto o campus da Aurora, com funcionamento de segunda a sexta, onde são servidos almoço e jantar, e aos sábados somente o almoço.

Ademais, de acordo com anexo 2, em 2019, durante o mês de dezembro, cerca de 2.200 refeições foram servidas, já para o ano de 2022 em mês de abril, essa quantidade triplicou com um aumento de 40.415 de refeições, funcionando de segunda a sábado em ambos os horários (almoço e janta), na Unilab. Sendo assim, os valores pagos para frequentar o restaurante dependem da categoria ou cargo de cada pessoa, no entanto, na próxima tabela, apresenta-se os preços que cada uma dessas pessoas paga para ter acesso ao restaurante.

TABELA 3- Tabela de preço do almoço e janta na Unilab conforme as categorias

Unidade	Categorias	Preço do Almoço	Preço do Jantar
BAHIA	Estudantes	R\$ 1,10	R\$ 1,10
	Servidores(as) e terceirizados	R\$ 12,60	R\$ 12,60
	Visitantes em caráter acadêmico-cultural	R\$ 12,60	R\$ 12,60
CEARÁ	Estudantes	R\$ 1,10	R\$ 1,10
	Servidores(as) e terceirizados	R\$ 11,70	R\$ 11,70
	Visitantes em caráter acadêmico-cultural	R\$ 11,70	R\$ 11,70

Fonte: Adaptação nossa a partir do sítio da Unilab, 2022. Disponível em:< [Restaurante Universitário - RU \(unilab.edu.br\)](http://RestauranteUniversitario-RU(unilab.edu.br))>.

Conforme a tabela 5, acima, podemos perceber que os valores dos almoços e dos jantares dos estudantes são menores em comparação com outras categorias. No entanto, isso reforça a importância das políticas afirmativas que são construídas pelas universidades, possibilitando que os estudantes permaneçam nas universidades e contribui com a diminuição de evasão nas universidades. Com o serviço de almoço e jantar na universidade, permite que os estudantes tenham mais tempo para a dedicação aos estudos, assim como para fortalecer o desempenho acadêmico. E mesmo com alta taxa de inflação e grandes cortes das verbas, a Unilab não aumentou o preço nos seus restaurantes universitários, nem para os discentes e nem para os restantes que frequentam o RU, lembrando que durante o ano de 2020 e 2021 o RU fechou por causa de confinamento e enfrentamento da pandemia, mas:

O Comitê Institucional de Enfrentamento ao COVID19 (CIEC) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) (Portaria GR No. 110, de 17 de Março de 2020) e a Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas (Propae), no uso de suas atribuições legais e administrativa, com base no Art. 3º, § 1º e 2º. da Resolução *Ad Referendum* CONSUNI N° 03, de 24 de Março de 2020, torna pública a Seleção Simplificada No. 01/2020/CIEC/PROPAE, contendo normas e prazos para solicitação de ajudas de custo emergenciais para deslocamento e para alimentação em virtude da pandemia de COVID-19 (UNILAB, Portal *Online*, 2022).

Nesse contexto, a Unilab disponibilizou dois tipos de ajuda de custo para os seus discentes com intuito de “apoiar discentes vulneráveis, matriculados em curso de graduação presencial nos *campi* da Unilab no Ceará e nos Malês/BA, no período de suspensão do funcionamento dos restaurantes universitários em decorrência da pandemia” (UNILAB, Portal *Online*, 2022). Nesse ínterim, a universidade ajudou os discentes com auxílio de deslocamento viário até a residência dos seus grupos familiares de referência, principalmente para aqueles que os familiares residem distante das regiões onde a universidade se encontra inserida e que desejarem estar por perto da

família no momento pandêmico. Enquanto que, para os discentes restantes que não puderem viajar para junto dos familiares, tanto nacionais como internacionais, foi disponibilizada ajuda para alimentação. Portanto, em ambas modalidades de ajuda de custo, foram proporcionados valor de R\$ 220,00, de forma que o objetivo foi garantir as condições de deslocamento emergencial à residência do grupo familiar e também para assegurar condições de segurança alimentar aos que não puderem estar com as famílias (UNILAB, 2022).

No entanto, para melhor maneira de entender a política de assistência estudantil no Brasil, é fundamental recorrer aos momentos históricos e marcantes na sociedade brasileira, portanto, é necessário destacar a Constituição de 1988 que abriu o caminho, mas também a Lei De Diretrizes de Base da Educação, o Plano Nacional da Educação, Reuni e entre outros órgãos que constituíram a base legal da assistência estudantil. Esses foram segmentos importantes para que a política de assistência estudantil fosse implementada nas universidades públicas do Brasil. Nesse sentido, mais de 90% desses estudantes, brasileiros e estrangeiros, dependem da assistência estudantil que garantem as suas permanências no município de Redenção e São Francisco do Conde, portanto, percebe-se a importância desse programa nas universidades públicas brasileiras para as classes que não possuem condições financeiras de se sustentarem durante o período de graduação distante da família.

5.2- Programa Bolsa Permanência (PBP)

Criado em 2013, o Programa Bolsa Permanência (PBP) é uma política pública desenvolvida pelo governo federal da época para concessão do auxílio financeiro aos estudantes, sobretudo, aos estudantes quilombolas, indígenas e em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados em instituições federais de ensino superior e assim contribuir para permanência e a diplomação dos beneficiados (MEC, 2022). Os candidatos beneficiados devem se enquadrar em conjuntos de regras estabelecidas pela universidade e Ministério da Educação. O funcionamento desse programa se dá a partir da assinatura de um Termo de Adesão que se encontra disponível no sistema da gestão do programa, pela Instituição Federal do Ensino Superior e depois dá o segmento com a designação de um pró-reitor para dirigir o programa no âmbito da instituição.

Mensalmente, os dados dos alunos que recebem os benefícios são encaminhados pela IFES ao MEC, responsável pela homologação e depois repassará para o Fundo

Nacional do Desenvolvimento da Educação-FNDE¹⁵, que providencia o pagamento para os estudantes. A sua finalidade é minimizar as desigualdades sociais perversas que permanecem nas instituições federais e promover a democratização do acesso ao ensino superior e redução dos custos de manutenção das vagas ociosas em decorrência de evasão estudantil. O valor recebido por estudantes quilombolas e indígenas deve suprir o dobro da bolsa paga para os demais estudantes. Na UNILAB, a PROPAE é o setor responsável pelo gerenciamento do programa, sendo divulgada a chamada pública por meio dos editais específicos para inscrição dos novos ingressantes. Segundo o relatório da PROPAE, documento em anexo 3, a UNILAB dispõe um total geral de 295 bolsas de PBP e durante o ano de 2020 até 2022 foram aprovadas 63 novas bolsas para os estudantes que se enquadram nesse perfil.

5.3 Observatório da Vida Estudantil

As universidades tradicionais na maioria das vezes não dão visibilidade ao cotidiano acadêmico dos seus discentes, e por vezes estes são considerados apenas usuários de serviços educacionais. É procurando conhecer melhor o dia a dia dos acadêmicos que em 2016 a UNILAB criou o Observatório da Vida Estudantil, mais conhecido por observe/UNILAB, que é uma proposta de ferramenta institucional de leitura da vida estudantil na citada universidade. O Observe/UNILAB é uma criação nativa, dada a necessidade de compreender as mudanças nos perfis dos ingressantes na universidade nos últimos anos. Segundo a UNILAB (2022), um dos motivos da sua criação foi a carência e escassez literária sobre a condição de vida estudantil na contemporaneidade. Em parceria com a PROPAE, o objetivo do programa é conhecer a vida estudantil com intuito de estimular as ações, a produção do conhecimento, do ponto de vista sociológico, técnico científico, como forma de aperfeiçoar as políticas de assistência estudantil em torno da gestão, avaliação e monitoramento do controle social.

Efetivamente, o programa procura construir um espaço de aproximação com a população estudantil através do instrumento de participação e controle social e a forma de associar os estudos e pesquisas provenientes dos estudantes sobre a temática. Portanto, o Observe/UNILAB possibilita a participação dos estudantes interlocutores da pesquisa, mas também para os atuantes na construção e produção acadêmica sobre a temática. Por fim, o programa permite conhecer e acompanhar as dinâmicas e

¹⁵ O FNDE foi fundado em novembro de 1968, vinculada ao MEC, cujo propósito é a transferência dos recursos financeiros e prestar assistência técnica aos estados, municípios e ao Distrito Federal para garantir uma educação de qualidade para todos.

trajetórias da vida dos estudantes da UNILAB nos âmbitos pessoais, acadêmicos, pedagógicos, etc. Nesse sentido, Sampaio (2011) afirma que o Observe da Vida Estudantil propõe acompanhar os modos de vivenciar a experiência de ser estudante no ensino superior, através de metodologia e técnicas de escolha e coletas de análises no âmbito da pesquisa qualitativa. O Observe/UNILAB ajuda os estudantes a se conhecer e conhecer os outros dentro da sua própria realidade e descrever os desafios e aprendizados durante o processo formativo. Dessa forma, os estudantes terão oportunidade de dialogar com os significados que eles construíram a partir das suas experiências de como as pesquisas se desenvolvem no âmbito acadêmico.

De forma sucinta, ao longo deste capítulo, procurou-se fazer uma abordagem sobre a UNILAB, descrevendo as suas características físicas, administrativas, os perfis dos discentes egressos e ingressantes, assim como o quadro dos docentes (SAMPAIO, 2011). Tal análise demonstrou que essas ações contribuíram e contribuem na transformação social dos jovens acadêmicos e seus lugares de origem, sem esquecer das políticas de ações afirmativas, que sustentam o princípio de permanência dos estudantes oriundos das escolas públicas em condições de extrema vulnerabilidade. A UNILAB enquanto política pública apresenta-nos uma integração à diversidade, observável no corpo docente e discente, com pessoas de diferentes países e regiões, o que reforça a efetividade da proposta da cooperação sul-sul. No contexto internacional, o Brasil tem se destacado como protagonista de uma das mais efetivas políticas públicas educacionais, com a criação de novas universidades (UNILAB e UNILA) que discutem e pensam a geopolítica do desenvolvimento do Sul Global, através das políticas de ações afirmativas nacional e internacional.

Dessa forma, percebe-se que a base de manutenção dos estudantes no ensino superior público é construída por políticas públicas que possam assegurar a sua permanência nas universidades, sobretudo as classes de minorias que por algum tempo estiveram afastadas desses espaços. A inserção e permanência desses grupos nas universidades podem reduzir as diferentes formas de desigualdades existentes dentro da própria faculdade, como na sociedade de um modo geral. Constatamos que durante as décadas de 2000 as políticas educacionais contavam com uma forte intervenção do Estado ou governo e atualmente há um distanciamento bem visível entre o governo e as universidades federais. Portanto, essas conquistas até o ano de 2014 não seriam possíveis sem a união dos movimentos sociais que lutaram em prol da defesa dos direitos da igualdade e democratização da educação e cultura. O próximo tópico deste

trabalho busca discutir os resultados dos dados obtidos junto à universidade, com o objetivo de analisá-los e contribuir com o nosso argumento.

6- A POLÍTICA DE ACORDOS VIGENTES ENTRE A UNILAB E OUTRAS INSTITUIÇÕES

A Unilab enquanto uma instituição pública federal com abrangência internacional possui pactos, acordos e convênios com diferentes instituições, envolvendo o modelo de cooperação sul-sul, com os países que fazem parte da CPLP e dos PALOP 's. Parte do entendimento de que “ao promover e materializar a cooperaçãosul-sul, a Unilab contribui também com a criação de uma nova agenda educacional para o Brasil e os países envolvidos na proposta” (SILVA, 2019, p.131). Portanto, com a proposta de internacionalização solidária, a UNILAB procura prestigiar a política pública educacional brasileira, através da integração, internacionalização, cooperação e mobilidade acadêmica com os países membros dessas instituições, que permite o reencontro histórico entre o Brasil e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Uma nação que foi beneficiada economicamente com a mão de obra africana escravizada nos séculos passados (SILVA, 2019).

Esse reencontro histórico entre a população negra, denominada afro-brasileira, com os africanos continentais tem uma relevância sociocultural e socioeconômica, sobretudo no intercâmbio do conhecimento, bem como oportuniza proporcionar à diáspora brasileira (discentes da UNILAB e a comunidade acolhedora dos estudantes de origem africana) a melhor compreensão sobre as diversidades étnicas, culturais, políticas e religiosas africanas que às vezes são pouco divulgadas no Brasil. Em termos econômicos, podemos destacar por exemplo o mês de julho em que foi gasto cerca de R\$1.090.790, com pagamento de auxílio para os alunos de Ceará e Bahia, que majoritariamente é gasto nas cidades onde se situam os campus universitários. No entanto, esses dados são parciais, já que ainda não existem estudos científicos de quantidade exata dos valores de renda gerada pela universidade aos cofres dos municípios sede do campus. Quanto aos benefícios para os países parceiros, a contribuição tem sido essencialmente na formação de recursos humanos que, ao terminar os cursos superiores, têm regressado aos países de origem onde ocupam cargos importantes tanto no setor público como privado. A aliança do Brasil com essas nações é amparada pelos princípios de cooperação solidária na perspectiva Sul-Sul, no qual os países beneficiários não têm obrigação de aplicar “qualquer” contrapartida financeira ao Brasil.

Eventualmente, essa universidade "caracteriza sua atuação pela cooperação internacional, pelo intercâmbio acadêmico e solidário com os países membros da Comunidade dos Países de língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos" (BRASIL, 2010, p.1), o qual transparece que a Unilab "foi pensada para ser uma instituição de ensino voltada para a cooperação internacional" (NOBRE, 2015, p.34). Nesse contexto, podemos instaurar a palavra cooperação como política de internacionalização do ensino superior através de acordos entre o Brasil e os países membros da UNILAB. Dessa forma, Silva (2019) reforça que:

Criada com a finalidade de ser supranacional e oficialmente instituída por meio da Lei nº 12.289 de julho de 2010, apresenta como objetivo a missão institucional a promoção de ações de internacionalização que visem à mobilidade acadêmica entre discentes, docentes e técnicos administrativos e as universidades dos países parceiros, bem como a participação ativa no desenvolvimento local e regional brasileiro. É muito presente nos seus documentos de criação a formação de recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, especialmente os países africanos (SILVA, 2019, p.162).

A cooperação instruída pela Unilab reflete a estratégia da Política Externa Brasileira e a sua inserção internacional com o continente africano, reforçando a sua relação diplomática, econômica, cultural, política e social durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2016). Nesse sentido, a Unilab torna-se uma das portas principais de entrada aos estudantes africanos e de Timor Leste no ensino superior público brasileiro. Portanto, essa universidade possui um projeto que inclui a diversidade, "podendo apontar para a construção de um outro modelo de universidade que incluía, entre outros fatores, o acesso de estudantes africanos ao ensino superior" (LIMA, 2017, p.61).

A internacionalização da universidade, por meio da cooperação internacional entre instituições não é algo recente no Brasil, pois destaca-se o Programa Ciência sem Fronteiras, instituído pela lei nº 7.642/2011 que permitiu:

O intercâmbio e mobilidade com vistas a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, buscando ampliar a inovação e competitividade do Brasil por meio de concessão de bolsas no exterior com a finalidade de manter contato com sistemas educacionais competitivos (SILVA, 2020, p.123).

O programa foi criado durante a gestão de Dilma Rousseff, que procurava um novo paradigma para a diplomacia e relações internacionais brasileiras e os países em desenvolvimento. Assim sendo, um dos sujeitos diplomáticos utilizados foi a educação

superior, compartilhado com alguns países da Ásia, Europa e América. Por outro lado, cabe destacar que a relação entre Brasil e África no setor da educação não é um processo recente, já que existe um convênio educacional¹⁶ no qual os países africanos participam desde a década de 1960. A partir da década de 2000, com a chegada do governo petista, houve uma reconstrução das relações com os países africanos. Nesse sentido, Malomalo *et al.* (2018) argumentam que as ações do governo Lula (2003-2010) marcaram uma nova era com a criação das políticas públicas para a população negra brasileira e afro-diaspórica, na qual se afigurou o projeto da criação dessa universidade.

Para melhor responder às diretrizes que nortearam a criação da UNILAB e fortalecer o ensino, pesquisa e extensão, essa instituição tem desenvolvido alianças de parcerias com diversos atores para melhor desenvolver os seus objetivos. Conforme o seu estatuto aprovado no seu 2º artigo, décimo parágrafo, essa universidade possui o objetivo de “propor, implementar e acompanhar acordos, convênios e programas de cooperação com empresas públicas, privadas e de economia mista, bem como com cooperativas e associações empresariais, visando desenvolver a pesquisa e inovação tecnológica” (BRASIL, 2020, p.5). Nesse sentido, na tabela 6 e 7 apresenta-se alguns dos principais acordos, convênios e cooperações entre a Unilab com essas entidades públicas e privadas nacionais.

TABELA 4- Acordos de cooperações vigentes nacionais entre a Unilab e as instituições privadas e públicas

Entidades Empresariais	Categorias	Natureza	Finalidade
A3 Estágio Consultoria Empresarial Ltda.	Privadas	Contrato	Intermediação de estágio
Eletrobrás Eletronuclear S.A.	Pública	Convênio	Concessão de estágio
Agência de Integração Empresas Escola Ltda.	Privadas	Convênio	Intermediação de estágio
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Pública	Acordo de cooperação	Cooperação geral
Banco Do Brasil S.A.	Pública	Acordo de cooperação	Cooperação específica
Casa Grande Supermercado-Me	Privada	Convênio	Concessão de estágio
Empresa Brasileira e Pesquisa Agropecuária	Pública	Convênio	Concessão de estágio
Dieter Alimentos e Agroindústria Ltda-Me	Privada	Convênio	Concessão de estágio
EAS Educação S. A	Privada	Convênio	Concessão de estágio
Núcleo Brasileiro de Estágio Ltda.	Privada	Acordo de Cooperação	Intermediação de estágio

¹⁶ Programa de Estudantes Convênio de Graduação-PEC-G com objetivo de oferecer oportunidades de formação superior em instituições brasileiras a estudantes de países em desenvolvimento, contando atualmente com 59 países participantes, sendo: 25 do continente africano, 25 das américas e 9 da Ásia. Mais informação visitar o Programa [de Estudantes Convênio de Graduação – PEC-G – Pró-Reitoria de Graduação \(usp.br\)](http://usp.br)>.

Instituto Compartilha	Pública	Convênio	Concessão de estágio
Supermercado Redenção	Privada	Convênio	Concessão de estágio
Wall Jobs Tecnologia Ltda.	Privada	Contrato	Intermediação de estágio
Centro de Estágio-Ppm Human Resources Ltda.	Privada	Convênio	Concessão de estágio
Canteiro S/S Ltda.	Privada	Convênio	Concessão de estágio
Centro De Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador	Privada	Acordo de Cooperação	Cooperação específica
Rr Metal Industria e Comercio de Ferragens Ltda.	Privada	Convênio	Concessão de estágio
Companhia de Alimentos do Nordeste Cialne	Privada	Convênio	Concessão de estágio
Irep Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda.	Privada	Convênio	Concessão de estágio
Yduqs Educacional Ltda.	Privada	Convênio	Concessão de estágio
Organização Educacional Farias Brito Ltda.	Privada	Convênio	Concessão de estágio
Empreendimento Educacional Maracanaú Ltda.	Privada	Convênio	Concessão de estágio
Sociedade Uni nordeste de Educação Universitária de Caucaia S/S Ltda.	Privada	Convênio	Concessão de estágio
Centro Universitário Leonardo Da Vinci	Privada	Convênio	Concessão de estágio
Fazenda Coringa Empreendimentos e Comercio Sustentável de Hortifruti Ltda.	Privada	Acordo de cooperação	Cooperação específica
F. J. S. Uchoa	Privada	Acordo de cooperação	Cooperação específica
Transforme Serviços Verdes Consultoria em Sustentabilidade Ltda.	Privada	Convênio	Concessão de estágio
Transforme Serviços Verdes Consultoria em Sustentabilidade Ltda.	Privada	Acordo de cooperação	Cooperação específica
Centro de Estágio Empresarial Ltda.	Privada	Contrato	Intermediação de estágio
Canteiro S/S Ltda. / Fundação Cearense De Pesquisa E Cultura	Privada	Acordo de cooperação	Cooperação específica
Isabele Maria de Sousa Silva	Privada	Convênio	Concessão de estágio
El Chanco Serviços de Apoio Administrativo Eireli	Privada	Convênio	Concessão de estágio
Avanti Desenvolvimento de Sistemas Ltda.	Privada	Convênio	Concessão de estágio
Wise Contact Center e Pesquisas Ltda.	Privada	Convênio	Concessão de estágio
Empreendimento Pague Menos S/A	Privada	Convênio	Concessão de estágio
M2c Consultoria e Soluções Empresarial Eireli	Privada	Convênio	Concessão de estágio
União de Educação e Cultura Vale do Jaguaribe Ltda.	Privada	Convênio	Concessão de estágio
União de Educação e Cultura Vale do Jaguaribe Ltda.	Privada	Protocolo de intenções	Cooperação geral
El Connection Fab. de Fibra Ótica, Mont.de Painéis Fotovoltaicos, Imp. e Exp. Ltda. - EPP	Privada	Convênio	Concessão de estágio

Fonte: Adaptação nossa, 2022. Disponível em: < [https://documentos da Unilab - Google Drive](https://documentos.da.unilab.br/)>

Pelas informações da tabela 6, percebe-se que a UNILAB possui acordos de cooperação, contratos, protocolo de intervenções e convênios com diferentes instituições, entidades ou empresas privadas e públicas com finalidades e perspectivas diferentes. As parcerias existentes com as entidades privadas, majoritariamente têm

como foco oportunizar estágios aos discentes, de modo a possibilitá-los o intercâmbio entre as teorias e prática, buscando maior desenvolvimento acadêmico, pessoal e profissional dos estudantes, assim como desenvolver habilidades para os desafios do mercado de trabalho. Em outras palavras diríamos que essas entidades permitem que os estudantes proporcionem experiência laboral, preparando-os para que possam desenvolver as suas atividades para as suas futuras profissões.

É oportuno destacar que “os convênios são firmados visando a conjugação de esforços para o alcance de um objetivo comum, sem que ocorra qualquer repasse de recursos” (SILVA, 2019, p. 41). Quanto às entidades empresariais que possuem acordos de cooperação com finalidade de cooperação específica, contribuem no processo de ação coletiva entre a universidade e as empresas, unindo esforços para estimular atividades de interesses comuns. Tais acordos possibilitam que as instituições realizem ações conjuntas, buscando combater as desigualdades sociais, assim como facilitar a inserção das minorias no mercado de trabalho. Nessa conjuntura, pode-se afirmar que ao protocolar esses acordos e o comprometimento prático das empresas com a cooperação científica, a universidade tem cumprido com as suas diretrizes. Conquanto, na tabela 7 descreveremos a natureza dos acordos de cooperação, autorização de apoio, convênios e protocolo de intervenções entre a Unilab e as instituições públicas nacionais estaduais e federais.

QUADRO 2- Acordos de cooperação e convênios entre a Unilab e as instituições públicas nacionais estaduais e federais

Instituições	Natureza	Finalidade	Estadual/ Federal
Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores	Acordo de cooperação	Cooperação específica	Federal
Instituto Euvaldo Lodi - Núcleo da Bahia	Convênio	Intermediação de estágio	Nacional
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico E Tecnológico - CNPQ	Acordo de cooperação	Cooperação geral	Federal
Procuradoria da República no Estado da Bahia	Convênio	Concessão de estágio	Estadual
Conselho Regional de Enfermagem	Convênio	Concessão de estágio	Federal
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	Acordo de cooperação/Convênio	Cooperação específica/Concessão de estágio	Federal
Universidade Federal da Bahia	Acordo de cooperação	Cooperação geral	Federal
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia	Convênio	Concessão de estágio	Federal
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Convênio	Concessão de estágio	Federal
Ministério da Justiça/Ministério da Educação	Termo de adesão	Cooperação específica	Federal

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	Acordo de cooperação	Cooperação específica	Federal
Instituto Nacional de Colonização Reforma e Agrária Sup. Maranhão	Acordo de cooperação	Cooperação específica	Federal
Universidade Federal do Cariri	Acordo de cooperação	Cooperação específica	Federal
Fundação Oswaldo Cruz	Acordo de cooperação	Cooperação específica	Federal
Universidade Federal do Vale do São Francisco	Protocolo de intenção	Cooperação geral	Federal
Procuradoria da República no Estado do Ceará	Convênio	Concessão de estágio	Federal
Universidade Federal do Cariri	Protocolo de intenções	Cooperação geral	Federal
Ministério Público do Estado do Ceará	Convênio	Concessão de estágio	Estadual
Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Ceará	Acordo de cooperação	Cooperação específica	Estadual
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	Acordo de cooperação	Cooperação específica	Federal
Universidade Federal da Integração Latino-Americana	Protocolo de intenções	Cooperação geral	Federal
Tribunal Regional do Trabalho – 4ª Região	Acordo de cooperação	Cooperação específica	Federal
Universidade Federal do Ceará	Acordo de cooperação/Convênio	Cooperação geral/Concessão de estágio	Federal
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	Acordo de cooperação	Cooperação específica	Estadual
Tribunal de Contas do Estado do Ceará	Convênio	Concessão de estágio	Estadual
Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará	Convênio	Concessão de estágio	Estadual
Secretaria da Educação do Estado do Ceará	Convênio	Concessão de estágio	Estadual
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	Convênio/Acordo de cooperação	Concessão de estágio/Cooperação específica	Federal
Fundação Universidade Estadual do Ceará	Acordo de cooperação	Cooperação específica	Estadual
Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará	Convênio/Acordo de cooperação	Cooperação geral/Concessão de estágio	Estadual
Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico	Convênio	Concessão de estágio	Estadual
Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado	Acordo de cooperação	Cooperação específica	Estadual
Procuradoria Regional do Trabalho – 7ª Região	Convênio	Concessão de estágio	Federal
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ	Acordo de cooperação	Cooperação geral	Federal

Fonte: Adaptação nossa, 2022. Disponível em: < <https://Documentos da Unilab - Google Drive>>.

Como podemos ver na tabela 7, acima, a Unilab possui acordo vigente com instituições públicas nacionais, tanto em nível estadual quanto federal. À semelhança do que as diretrizes estabelecem para as políticas de intercâmbio de conhecimentos e desenvolvimento dos parceiros internacionais, a Unilab procura mecanismos para

expandir o seu processo de cooperação nacional, possibilitando o intercâmbio acadêmico no país. De acordo com o plano de desenvolvimento institucional (2016), essa universidade estabelece o seguinte critério: “aprimorar os mecanismos institucionais de intercâmbio acadêmico entre a comunidade acadêmica de países parceiros e outros que pretendem cooperar com a universidade para fins realização dos seus objetivos e missões” (PDI, 2016, p.54). Assim sendo, existem acordos vigentes entre a Unilab e as universidades que se situam no mesmo estado ou região onde ela se encontra inserida, que reforçam a sua contribuição com o desenvolvimento regional e processo de intercâmbio entre essas universidades e aquelas que ficam em outros estados brasileiros.

Além dos parceiros privados e públicos domésticos, a UNILAB tem celebrado acordos com entidades de outros países. Na XXV Reunião dos Pontos Focais da CPLP realizado em julho de 2012, em Maputo, capital de Moçambique, a Unilab apresentou o projeto Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES) cujo objetivo da proposta foi

criar e fortalecer a comunicação entre as instituições públicas de ensino superior da CPLP e construir uma rede internacional, respeitando a soberania dos países e das instituições parceiras, e promovendo ações e intervenções de apoio técnico, administrativo e acadêmico, como estabelecem as diretrizes da UNILAB” (UNILAB, 2022, portal online).

A partir desse projeto, a UNILAB buscou estreitar laços com as universidades públicas e privadas dos países parceiros dos quais seus estudantes são oriundos. “Este projeto foi idealizado pela Unilab e conta com apoio da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores - ABC/MRE” (UNILAB, 2022). Nota-se que a semelhança das outras ações diplomáticas, o Ministério das Relações Exteriores – MRE apoiou o projeto, o qual transparece que essa ação não se resumiu apenas ao intercâmbio acadêmico universitário, mas também a uma das políticas brasileiras de expansão geopolítica e aproximação com os Estados da CPLP.

Assim sendo, “os recursos que sustentam a rede são geridos pelo Fundo Especial da CPLP, junto ao Secretariado Executivo da Comunidade” (SILVA, 2019, p.125). O cumprimento dos objetivos passa pela implementação de um sistema de mobilidade acadêmica que engloba todos os discentes, pesquisadores e docentes de várias instituições dos países em parceria com a Unilab, com princípio de estabelecer formação e inserção no mercado do trabalho (SILVA, 2019). A ideia de inserção no mercado de trabalho se enquadra também nas estratégias da UNILAB e das políticas

que nortearam a sua criação, que foi a capacitação e formação de recursos humanos que reuniram conhecimentos e habilidades que são determinantes para o desenvolvimento dos países parceiros. Na tabela 8, a seguir, apresentam-se os acordos vigentes entre a Unilab com as instituições públicas e privadas, tanto nos países parceiros, como também outros países internacionais que colaboram com o projeto desta universidade.

QUADRO 3- Acordos vigentes entre a Unilab e as instituições públicas e privadas internacionais

Países	Instituições	Natureza	finalidades	Pública/Privadas
França	<i>Institut National des Scienses Appliquees</i>	Acordo de cooperação	Cooperação geral	Pública
Portugal	Instituto Politécnico de Bragança	Acordo de cooperação	Cooperação geral/ Específica	Pública
Cabo Verde	Universidade de Santiago	Acordo de cooperação	Cooperação geral	Privada
México	<i>Universidad Autónoma de Yucatán</i>	Acordo de cooperação	Cooperação geral	Pública
Guiné-Bissau	Universidade Amílcar Cabral	Protocolo de intervenções	Cooperação geral	Pública
França	<i>Esigelec - School of Engineering Rouen France</i>	Acordo de cooperação	Cooperação geral	Privada
Portugal	Universidade de Beira Interior	Acordo de cooperação	Cooperação específica	Pública
Cabo Verde	Universidade de Cabo Verde	Acordo de cooperação	Cooperação específica	Pública
São Tomé e Príncipe	Universidade de São Tomé E Príncipe	Acordo de cooperação	Cooperação específica	Pública
Moçambique	Universidade Politécnica de Moçambique	Memorando de entendimento	Cooperação geral	Privada
Portugal	Universidade do Algarve	Acordo de cooperação	Cooperação específica	Pública
Portugal	Instituto Universitário de Lisboa	Acordo de cooperação	Cooperação específica	Pública
Guiné-Bissau	Universidade Colinas de Boé	Protocolo de intervenções	Cooperação geral	Privada
Moçambique	Universidade Eduardo Mondlane	Protocolo de intervenções	Cooperação geral	Pública
Nigéria	Obafemi Awolowo University	Protocolo de intervenções	Cooperação geral	Pública
Angola	Sicar Investimentos Lda	Convênio	Concessão de estágio	Privada
Portugal	Escola de Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal	Acordo de cooperação	Cooperação específica	Pública
Moçambique	Instituto de Bolsas de Estudo	Acordo de cooperação	Cooperação específica	Pública
Guiné-Bissau	Escola Nacional de Saúde	Protocolo de intervenções	Cooperação geral	Pública
Moçambique	Universidade Mussa Bin Bique	Protocolo de intervenções	Cooperação geral	Privada
Guiné-Bissau	Instituto Nacional de Estudos E Pesquisas	Protocolo de intervenções	Cooperação geral	Pública
Guiné-Bissau	Ministério da Educação Nacional e Ensino	Protocolo de intervenções	Cooperação geral	Pública

	Superior de Guiné Bissau			
Estados Unidos	<i>Claflin University</i>	Memorando de entendimento	Cooperação geral	Privada
Guiné-Bissau	Escola Nacional de Administração	Protocolo de intervenções	Cooperação geral	Pública
Angola	Instituto Politécnico de Arte	Protocolo de intervenções	Cooperação geral	Pública
Espanha	<i>Universitat de Barcelona</i>	Convênio	Concessão de estágio	Pública
Guiné-Bissau	Escola Nacional de Educação Física e Desporto de Guiné-Bissau	Acordo de cooperação	Cooperação específica	Pública
Portugal	União dos Físicos de Países de Língua Portuguesa	Protocolo de intenções	Cooperação geral	Pública
Canadá	<i>University of British Columbia</i>	Protocolo de intervenções	Cooperação geral	Pública

Fonte: Adaptação nossa, 2022. Disponível em: < <https://Documentos da Unilab - Google Drive>>

Pelos dados da tabela 8, percebe-se que existem ações de acordo e cooperação internacional entre a Unilab e instituições públicas e privadas dos países beneficiários (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, e Timor Leste), bem como outros parceiros, respeitando os princípios estatutários. Esses acordos são importantes para promover a mobilidade e intercâmbio acadêmico entre essas organizações do ensino superior. No entanto, analisando os dados do citado quadro 8, pode-se afirmar que no PALOP existem poucas universidades públicas, como é o caso de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe que possuem apenas uma universidade pública. Embora o ensino superior nesses países não seja gratuito tanto nas universidades públicas, como nas privadas, são justamente nações com menores acessos na UNILAB se comparado aos demais países do PALOP (Angola, Guiné-Bissau e Moçambique).

Apesar das limitações, como a fraca participação dos governos e universidades das nações membros no projeto da UNILAB, esta instituição vem “estrategicamente redesenhando a presença do país no cenário mundial do ensino superior procurando protagonizar o processo de internacionalização da educação superior brasileira, numa perspectiva baseada na cooperação acadêmica” (SILVA, 2019, p.162). A título de exemplo, nas últimas três semanas de novembro (2022) uma comitiva unilabiana visitou Moçambique, Cabo Verde, e São Tomé e Príncipe, procurando “aprofundar a cooperação solidária Sul-Sul, com um envolvimento maior da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a partir de instrumento de cooperação entre a universidade e instituições desses países” (UNILAB, 2022, portal online). Ainda, a mesma fonte afirma

que a visita serviu para apresentar os resultados efetivos e da excelência acadêmica que a Unilab tem produzido com a formação e retorno dos egressos aos países de origem, bem como aqueles que optaram por continuar em pós graduação e mercado de trabalho no Brasil e no mundo afora.

Ademais, aproveitaram a visita para divulgação das pesquisas desenvolvidas na instituição, estreitar relações com outras agências de fomento internacionais; procurar parcerias e financiamento para o processo seletivo de estudantes internacionais e para assistência estudantil; e traçar áreas de interesses comum para educação superior brasileira e esses países (UNILAB, 2022). A visita a Moçambique aconteceu após assinatura do acordo de cooperação técnica com o Instituto de Bolsas de Estudo em 2021, no qual os estudantes desse país passaram a se beneficiar em caso de aprovação e ingresso na UNILAB. Ora, podemos afirmar que com essa iniciativa os estudantes moçambicanos se sentem mais confiantes para ingressar na UNILAB, uma vez que anteriormente, apesar dos auxílios ofertados pela instituição com o ingresso dos graduandos, não era uma ação concreta, já que passavam por um processo seletivo. Por outro lado, cabe destacar que a aprovação no processo seletivo também não lhes garante bolsa do país, mas seria uma mais valia dentre as outras opções de benefícios oferecidos pela UNILAB. Todavia, é necessário que os demais países adotem essa iniciativa, de modo a estimular o maior ingresso dos seus discentes, que futuramente serão os principais recursos humanos para o desenvolvimento dos Estados parceiros.

No caso de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, a visita serviu para estreitar as relações existentes com a embaixada brasileira, sobretudo no apoio ao processo seletivo, bem como serviu para tratar sobre possíveis acordos de cooperação para concessão de bolsas (UNILAB, 2022). Efetivamente, essa foi a segunda visita institucional aos países parceiros que a UNILAB está realizando, tendo a primeira ocorrido em 2013, na qual realizaram umas missões internacionais os docentes, pesquisadores e técnicos para consolidação de projetos e parcerias. Conquanto, à medida que a universidade foi se expandido, não tem conseguido arcar com os custos de manutenção dos seus projetos, anteriormente assumidos.

Nos termos da Pró-reitora das Relações Institucionais e Internacionais, Artemisa Odila Cande Monteiro,

Se desejamos algo como contrapartida, precisamos negociar antes dos governos parceiros definirem a agenda política e áreas de atuação a partir do orçamento de Estado de 2023. Esperamos muitos resultados com a missão, mas o mais importante é melhorar a questão de moradia, saúde, permanência

e integração do estudante internacional na Unilab; e redefinir as áreas de interesse comum no ensino superior, inclusive redefinir os cursos ofertados pela Unilab (MONTEIRO, 2022, s/p).

Ora, a transcrição acima demonstra que a UNILAB tem procurado aprimorar o seu projeto ao reaproximar-se desses países através das suas instâncias governamentais, tais como, setores de educação e Relações Exteriores, envolvendo universidades e demais instituições, mediada pela embaixada brasileira nos respectivos países. Isso revela o resgate das perspectivas da universidade em tornar as instituições e Estados parceiros, como membros ativos dessa parceria, deixando de ter um papel subalterno na busca pela transformação social proposta pelo projeto da UNILAB. Para Silva (2019), São Tomé e Príncipe e Timor Leste foi um dos primeiros países a firmar convênio com a UNILAB. “Em relação ao São Tomé e Príncipe, foi firmado com o Ministério de Educação, Cultura, e formação da República Democrática de São Tomé e Príncipe, e o Timor Leste com o Ministério da Educação” (SILVA, 2019, p.163).

O convênio com as instituições desses países tem como propósito incentivar a cooperação entre as partes nas áreas de ensino superior, assim como desenvolvimento de redes de conhecimento, ensino a distância e formação dos docentes. De acordo com Silva (2019), o acordo com São Tomé e Príncipe atribui ao Estado a responsabilidade com as despesas de viagens e pagamento de bolsas de estudo aos estudantes, e a contrapartida era que a UNILAB garantisse a isenção de taxas, tais como: mensalidades, anuidades, alojamento e alimentação. Parcialmente a universidade cumpriu a sua função, uma vez que o ensino superior público no Brasil é gratuito para todos os cidadãos, mas, quanto ao alojamento, as obras ainda estão em andamento (a universidade oferece bolsas), localizado no Campus de Auroras (um dos Campus da Unilab no Ceará). Quanto ao campus da Bahia ainda não existe um plano em andamento para construção de moradias, porém a universidade tem oferecido auxílio de moradia para maioria dos estudantes, principalmente internacionais que se enquadram no perfil socioeconômico preestabelecido pela instituição.

É plausível destacar que existem diversas razões por trás do atraso na construção dessas infraestruturas, uma vez que as Instituições de Ensino Superior Público Brasileiro têm sido alvo dos cortes de verbas orçamentárias que foram disponibilizados de acordo com a Lei Orçamentária Anual. No caso da UNILAB destacam-se outros obstáculos, como:

Problemas que vão desde a capacidade financeira da empresa vencedora da licitação, rotatividade de servidores encarregados da fiscalização da obra, cortes orçamentários e obstáculos no terreno da construção dificultam a entrega do equipamento dentro do prazo e orçamento previstos. Finalizar a obra da Residência Universitária e iniciar os estudos para licitação de serviços complementares, como ligação elétrica e de água e esgoto ao novo equipamento (UNILAB, 2019, p. 62).

Pelas informações acima, podemos notar que o atraso nas obras da UNILAB se deve também aos fatores financeiros exógenos, o que torna a situação um pouco mais sensível. Em relação aos fatores endógenos a solução passa pela fiscalização da obra e gestão inteligente dos investimentos recebidos no próprio governo federal brasileiro.

Quanto ao acordo estabelecido com Timor Leste, Silva (2019) ressalta que existe um convênio específico entre a Unilab e a Universidade Nacional de Timor Lorosa'e (UNTL). De acordo com Jesus (2016) a cooperação entre a UNILAB e UNTL é fundamental na construção de uma nação que foi recém-independente, levando a educação (superior) como fator decisivo para o desenvolvimento do país e a contribuir na área de formação do capital humano. Ainda, o autor ressalta que esses acordos formam estratégias e mecanismos de reconstrução nacional do Timor Leste e fortalecem a cooperação bilateral entre Brasil e Timor. Ao estabelecer a parceria entre as universidades, foi designada a inclusão de formação científica e acadêmica, "objetivando a promoção de desenvolvimento desse nível de ensino, redes de conhecimento, ensino à distância e formação de docentes" (JESUS, 2016, p.38).

No que se refere à Guiné-Bissau, foi firmado protocolo de intenções e acordo de cooperação com Escola Nacional de Administração, Ministério da Educação Nacional e Ensino Superior de Guiné-Bissau, Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa, Escola Nacional de Saúde, Universidade Colina de Boé, Universidade Amílcar Cabral e a Escola Nacional de Educação e Desporto. Por meio desse protocolo, a Unilab procura estabelecer cooperação geral e específica com essas instituições objetivando na elaboração de planos para execução das suas ações. O propósito dessas relações diplomáticas é construir uma pauta comum, buscando fortalecer a cooperação científica e tecnológica. A Guiné-Bissau é um dos parceiros da UNILAB que tem maior número de ingressos e egressos nessa instituição, por isso, podemos afirmar que teoricamente é o maior beneficiário dos recursos humanos formados e capacitados junto a essa organização internacional de ensino superior. Todavia, tal aproximação institucional pode reforçar a cooperação técnica entres as partes, essencialmente acadêmica e científica.

Quanto ao Cabo Verde, foi firmado acordo de cooperação com as instituições públicas e privadas, mormente a Universidade de Santiago (US) e a Universidade de Cabo Verde (UNICV) com a finalidade de realização de cooperação geral. Nesse sentido, Silva (2019) argumenta que:

O Convênio com Cabo Verde estabelece critérios para a participação no Programa, o que já demonstra um avanço em relação aos convênios anteriores. Para os professores, fica condicionado que o número de docentes por ano e semestre será determinado conforme a necessidade e os fundos disponíveis. Entende-se que a falta de recursos financeiros ou mesmo a escassez desses fundos para custear as bolsas de professores e discentes, é um grande problema para a internacionalização no âmbito da Unilab, uma vez que os países africanos não dispõem de recursos suficientes para o envio de estudantes para o Brasil e o financiamento concedido é insuficiente diante de todas as demandas dos países africanos. O Convênio estabelece também que o período o número de intercâmbio será determinado pelas instituições parceiras. Para os discentes, o número de estudantes será definido pelas instituições e os alunos devem preencher os requisitos pelas instituições, deverão ser isentos de taxas de matrículas; poderá exercer os direitos que possuem na instituição de origem; poderão cursar disciplinas obrigatórias ou optativas constantes nos currículos do curso. As atividades de intercâmbio terão a duração máxima de dois períodos letivos para cada estudante (SILVA, 2019, p.168-169).

Percebe-se que o acordo com Cabo Verde tem algumas peculiaridades, em relação aos demais parceiros. Como podemos ver na citação acima, o memorando de cooperação entre a UNILAB e as universidades cabo-verdianas, anteriormente citado, estabelece o intercâmbio acadêmico internacional entre os estudantes dessas instituições por uma duração de dois períodos letivos por discente. Já Silva (2019) ressalta que o ponto especial de tal acordo de cooperação foi o intercâmbio de material bibliográfico, sendo o primeiro país a obter esse acordo. Importante ressaltar que o Brasil aparece com as melhores pontuações nos *rankings* internacionais das produções de livros e artigos, em relação com os países africanos, inclusive a maioria das temáticas dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) dos egressos da UNILAB traz discussões sobre a África e suas diversidades. Nesse contexto, o Brasil é um “centro” irradiante da cultura, ciência e da produção do conhecimento. Nessa perspectiva, esse tipo de acordo “prevê a elaboração de relatórios para o acompanhamento e súmulas de trabalho, anualmente ou em periodicidade a ser determinada pelas partes” (SILVA, 2019, p.169).

Quanto às relações com Angola, foram firmados convênios e protocolo de intenções com Sicar Investimento LDA, Instituto Politécnico de Arte e Instituto Superior de Ciências e Educação, com objetivos semelhantes aos demais. “A sua Área de Cooperação prevê que incluirá sob consentimento mútuo, a existência de condições apropriadas qualquer programa oferecido e proposto por qualquer uma das partes como

desejáveis” (SILVA, 2019, p.168), possibilitando a contribuição para o fomento e desenvolvimento das relações e cooperações entre as partes.

Quanto a Moçambique, a Unilab possui convênios firmados com várias instituições do país, sendo elas: Universidade Politécnica de Moçambique, Universidade Eduardo Mondlane, Instituto de Bolsa de Estudo, Universidade Mussa Bim Bique, Universidade Pedagógica de Moçambique. Os convênios entre a Unilab e as instituições moçambicanas guardam algumas singularidades, mais precisamente com a Universidade Pedagógica de Moçambique e a Universidade Politécnica “que se caracterizam com o objetivo de realizar Planos e Projetos conjuntos e apenas periféricamente apontam para a mobilidade e internacionalização de alunos e professores” (SILVA, 2019, p. 170).

Outrossim, salienta-se que a Guiné-Bissau e Moçambique possuem maior número de acordos de cooperação com a UNILAB, principalmente com as instituições ligadas à educação. No entanto, não foram firmados convênios com o Ministério da Educação de Moçambique, que é o setor responsável pelos assuntos educacionais naquele país do Sul Global. Nessa perspectiva, podemos considerar que a UNILAB não tem conseguido celebrar acordos com os principais setores públicos responsáveis pela educação. Efetivamente, isso é uma das falhas diplomáticas do projeto da UNILAB, tendo em vista que o Ministério da Educação é o órgão que interliga as instituições de ensino. Todavia, levando em consideração que as políticas educacionais passam pelo Ministério da Educação, presume-se que essa negligência seja responsável pela fraca participação e colaboração dos governos dos países parceiros em relação aos projetos e agendas da UNILAB.

Não obstante, a UNILAB também possui acordos de cooperação com países economicamente mais sólidos situados na Europa, tais como França, Portugal e Espanha. No caso de França, existe um convênio com a *Institut Nacional des Scienses Appliquees e ESIGELEC-School of Engineering Rouen France*. No que se refere à Espanha, a UNILAB desfruta de convênio com a *UNIVERSITAT DE BARCELONA*. Já com Portugal foram firmadas parcerias com o Instituto Politécnico de Bragança; Universidade da Beira Interior; Universidade do Algarve; Instituto Universitário de Lisboa; Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal; União dos Físicos de Países de Língua Portuguesa. No caso de Portugal, além dos acordos com as instituições supracitadas, cabe destacar que o país também é membro integrante da CPLP, cuja participação nos projetos da UNILAB é assegurada pelo próprio

memorando da criação dessa instituição de ensino superior. Isso implica reconhecer que os estudantes portugueses podem participar dos processos seletivos para alunos internacionais disponibilizados anualmente pela UNILAB.

À semelhança dos PALOPs e alguns países da Europa mencionados anteriormente, a UNILAB firmou acordos com países da América do Norte, como Estados Unidos, México, Canadá, bem como na África Ocidental há parcerias com a Nigéria. Posto isso, podemos notar que a UNILAB tem expandindo a sua diplomacia para além do arco da CPLP, como defende as diretrizes que norteiam a criação da instituição. Além do mais, é redutivo afirmar que a inserção no cenário internacional da UNILAB só é movida pelo fator cultural e linguístico. O intercâmbio de conhecimento como pano de fundo dessa cooperação reforça as estratégias do Brasil na internacionalização da educação, assim como na expansão geopolítica, demonstrando cada vez mais a sua preocupação com os problemas que afetam o ambiente global, essencialmente o subdesenvolvimento das economias dos países do Sul Global. Outrossim, no cenário doméstico, a instituição tem acordos e convênios com diversas organizações/fundações sem fins lucrativos, que não cabem destacar um por um nesse texto. Cada um dos acordos de cooperação e convênios entre a UNILAB e as entidades que apresentamos nas tabelas e no corpo do texto, possuem aproximação e distanciamento nas suas finalidades, conforme os interesses das partes, respeitando os cursos ofertados pela UNILAB.

Diante do que foi exposto até aqui, podemos afirmar que apesar das contribuições desses acordos para desenvolvimento e consolidação da instituição, ainda há lacunas a serem preenchidas dentro desses acordos, principalmente com as entidades dos PALOP's. Pelos dados da pesquisa, é notório que um dos pontos fracos do projeto da internacionalização da UNILAB, a partir dos países lusófonos, é a falta de um documento diplomático que define a contrapartida e a responsabilidade das nações parceiras com os estudantes ingressantes. Pois, acredita-se que caso houvesse uma parceria entre o Ministério da Educação ou qualquer órgão de governo que responsabiliza financeiramente com bolsas de estudos para os discentes ingressos, possivelmente auxiliaria a UNILAB no processo de expansão e internacionalização nos momentos de crise das políticas educacionais brasileiras, principalmente as que foram experimentadas pelas universidades federais nos últimos anos. Na verdade, tal responsabilidade ajudaria no incentivo para estimular a candidatura dos estudantes dos

países em que a UNILAB tem baixa procura e teria uma maior visibilidade das existências desse órgão de ensino superior e sua missão transformadora.

Um outro fator que contribui para a fragilidade desse projeto se deve ao fato da maioria dos discentes que têm ingressado até então pertencerem aos grupos de vulnerabilidades sociais (conforme o perfil socioeconômico estabelecido pela universidade), o que torna as suas permanências dependentes dos auxílios institucionais já citados nesse texto. Ora, mais uma vez estamos diante de situações que demonstram a necessidade de uma contrapartida financeira das nações parceiras para os seus estudantes, o que resultaria numa maior consistência no processo de internacionalização e intercâmbio de conhecimento. Apesar das limitações, um elemento importante nessas parcerias é o compartilhamento dos conhecimentos através da mobilidade acadêmica entre corpo docente e discente, que permite o enriquecimento científico entre os parceiros. Nesse sentido, o apoio político e educacional dos chefes de Estado e das instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, asseguram a possibilidade de ampliar e oferecer uma comunidade científica integrada, além das questões culturais.

Em uma das suas diretrizes, a UNILAB estabelece como contribuição o desenvolvimento da região onde se encontra inserida. Dessa forma, procura estabelecer parcerias com as entidades locais públicas nas regiões do Maciço de Baturité e Recôncavo Baiano, buscando criar condições para uma maior aproximação e integração entre a região e a universidade. A troca de conhecimento e intercâmbio cultural entre os discentes internacionais e nacionais dos diferentes estados, regiões e cidades é um experimento histórico único, de onde a comunidade acadêmica e a região possam ter uma nova experiência de trocas de conhecimento e cultura entre africanos, brasileiros e timorenses. Outrossim, junto a essas entidades/instituições a UNILAB procura cumprir uma das suas atribuições que é o desenvolvimento regional, contribuindo com a produção de conhecimentos, formação dos recursos humanos (profissionais) capazes de exercer as funções nas suas áreas de formações e aquelas que são emergenciais para o progresso da região. Deste modo, na próxima tabela confirma-se essa parceria entre a universidade e entidades da região do Maciço de Baturité e Recôncavo Baiano.

QUADRO 4- Parceria entre a Unilab e as entidades da região onde está inserida

Instituições	Natureza	Finalidade
Fundo Municipal de Saúde de Pacatuba	Convênio	Concessão do Estágio
Município de Acarape	Convênio/Contrato	Concessão do Estágio/Cooperação específica
Município de Baturité	Convênio/Contrato/Acordo de	Concessão de

	cooperação	Estágio/Cooperação específica
Município de Candeias	Convênio	Concessão de Estágio
Município de Canindé	Convênio	Concessão de Estágio
Município de Capistrano	Convênio	Concessão de Estágio
Município de Guaiúba	Convênio	Concessão de Estágio
Município de Guaramiranga	Acordo de cooperação	Cooperação geral
Secretaria de Saúde do Município de Horizonte	Convênio	Concessão de estágio
Município de Itapiúna	Convênio	Concessão de estágio
Município de Maracanaú	Convênio/Contrato	Concessão de estágio/Cooperação específica
Município de Pacoti	Convênio	Concessão de estágio
Município de Redenção	Acordo de cooperação/Convênio/Contrato	Cooperação específica/Concessão de estágio
Município de Santo Amaro	Acordo de cooperação/Convênio	Cooperação geral/Concessão de estágio
Município de São Francisco do Conde	Convênio	Concessão de estágio
Secretaria do Planejamento e Gestão do Município de Fortaleza	Convênio	Concessão de estágio
Município de Aracati	Contrato	Cooperação específica
Fundo Municipal de Saúde de Pacoti	Convênio	Concessão de estágio
Município de Aracoiaba	Contrato	Cooperação específica
Município de Barreira	Contrato	Cooperação específica
Fundo Municipal de Saúde de Guaramiranga	Convênio	Concessão do estágio
Município de Aratuba	Convênio	Concessão do estágio
Município de Pentecoste	Convênio	Concessão de estágio
Município de Palmácia	Convênio	Concessão de estágio
Município de Irará	Convênio	Concessão de estágio
Município de Catu	Acordo de cooperação	Cooperação específica

Fonte: Adaptação nossa, 2022. Disponível em: <<https://Documentos da Unilab - Google Drive>>

Ponderando sobre as políticas de acordos internacionais e nacionais entre a UNILAB e outras instituições, Silva (2019) salientou que os termos para designar essas ações não foram uniformes. Por vezes foram denominados de Acordo de Cooperação, Termo de Adesão, Protocolo de Intenções, Cooperação Técnica, Convênios e entre outras expressões que demonstram a vontade política entre dois atores que pactuam para alcançarem objetivos em comum. Assim sendo, podemos concluir que as entidades referenciadas na tabela 8 participam das políticas de acordos da UNILAB, porque possuem interesses comuns, o que lhes facilita cooperar para solucionar problemas que não conseguem resolver de forma isolada. No entanto, as instituições que possuem acordos de convênios para concessão de estágio deverão seguir, por via da regra, todos os termos dos contratos, facilitando então o cumprimento das diretrizes da UNILAB.

6.1- UNILAB: Pesquisa, Ensino e Extensão

À semelhança das demais universidades federais, a UNILAB é uma instituição de ensino superior que tem nas suas diretrizes a formação dos indivíduos, a partir do tripé constituído pelo ensino, pesquisa e extensão. De acordo com a Constituição de 1988, artigo 207, “as universidades obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão”. Nessa perspectiva, essa indissociabilidade reflete na qualidade da produção universitária, através dessa tridimensionalidade como um início ético e competitivo dentro e fora do espaço universitário. Isso implica reconhecer que a formação superior não se resume aos muros das universidades, mas também envolve toda a sociedade civil e o meio em que o campus é sediado. Nessa conjuntura, a articulação entre o ensino e extensão tem sido voltado para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade, enquanto as universidades carecem de pesquisa, elemento responsável para produção do conhecimento científico (MOITA e ANDRADE, 2009).

Segundo o Ministério da Educação, as universidades são instituições pluridisciplinares a partir da organização e interdependência das suas ações de ensino, pesquisa e extensão, na formação dos quadros profissionais de nível superior. No caso da UNILAB, o ensino, a pesquisa e a extensão têm sido elaborados de acordo com o lugar onde a universidade se encontra inserida, em paralelo com a integração internacional com os PALOP e Timor Leste. Reforçando esse argumento, a coordenação da Pró-Reitoria de extensão, arte e cultura, afirma que a UNILAB procura “promover a extensão universitária [...] focado na realidade local, nacional e internacional, visando o diálogo, troca de saberes e a produção de conhecimentos junto a coletivos sociais, étnicos e raciais em sua diversidade cultural” (UNILAB, 2022, s/p). Sendo assim, os projetos desenvolvidos pelos docentes e às vezes técnicos administrativos refletem o compromisso da universidade com a comunidade local e seus lugares de origens, bem como insere os discentes nas atividades de pesquisa e extensão, com propósito de engrandecer a formação desses profissionais, através das suas experiências e vivências.

Efetivamente, “a UNILAB organiza suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, por meio da integração com as demandas de formação e produção de conhecimento do Brasil e dos países parceiros da CPLP” (PDI, 2016, p.12). Nota-se que o trabalho docente nas universidades públicas não se resume às salas de aulas, mas também deve-se ao desenvolvimento dos projetos de pesquisa, ensino e extensão. A

UNILAB “procura incentivar a pesquisa, visando o desenvolvimento da ciência, da tecnologia, do processo criativo e da difusão da cultura” (PI, 2019, p.9). Nesse contexto, o ensino superior pode ser compreendido como processo de formação do conhecimento a nível de graduação e pós-graduação, proporcionada aos indivíduos, “facilitando-lhes o trabalho autônomo e a mobilidade social ascendente, e presta serviço à sociedade pela formação dos profissionais necessários ao seu desenvolvimento” (PDI, 2016, p.15). Ou seja, “o ensino pressupõe muito mais que a aula, entretanto, é importante retirá-la como um dos espaços imprescindíveis na formação da aprendizagem” (MARTINS, S/A, p.5).

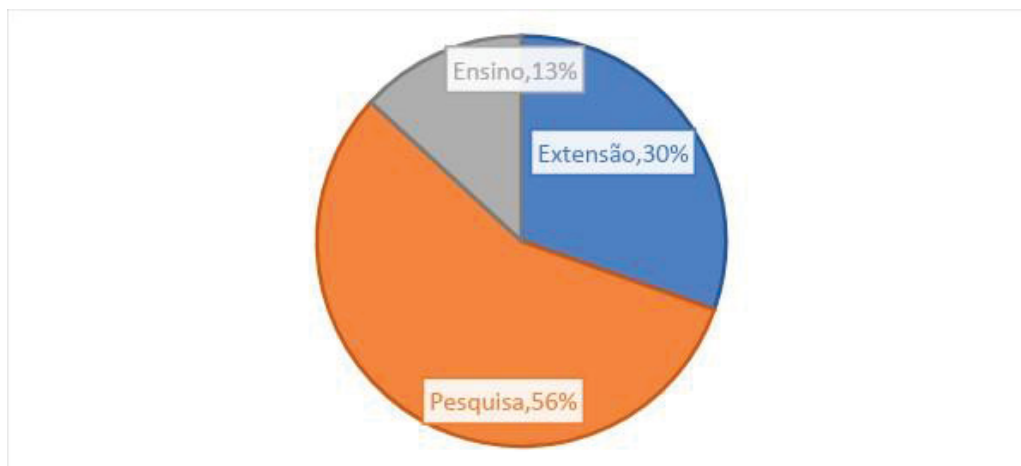
Sob o fito de atender à sua peculiaridade em torno do tripé ensino, pesquisa e extensão, a UNILAB organiza atividades nas áreas de Arte, Ciência, Filosofia, Literatura e Tecnologia, fomentando a sua integração com as demandas de formação do sujeito e produção de conhecimento dos países envolvidos. Os projetos estão de acordo com o Estatuto da instituição, e cada uma delas constituem o conjunto de unidades acadêmicas, ou seja, esses projetos são desenvolvidos por institutos de áreas diferentes, conforme os interesses dos coordenadores de projetos. Ademais, os projetos estão vinculados aos seguintes institutos: Instituto de Ciências Exatas e da Natureza; Instituto de Ciência da Saúde; Instituto de Ciências Sociais Aplicadas; Instituto de Humanidades e Letras; Instituto de Desenvolvimento Rural; Instituto de Engenharia e Desenvolvimento Sustentável; Instituto de Linguagens e Literatura.

Para tanto, conceitua-se a extensão na Unilab:

Como processo educativo, cultural, científico e tecnológico que articula, de forma indissociável, ensino e pesquisa para a produção e a disseminação do saber universal, contribui para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil e dos países parceiros e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e sociedade (PROEX, 2021, p.7).

Dessa forma, os projetos de extensão são vinculados à comunidade externa que possibilita a convivência e troca de conhecimento de maneira interdisciplinar e interprofissional entre a sociedade e a universidade. Nesse ínterim, uma ação para ser considerada extensão não pode restringir a comunidade acadêmica necessariamente, mas sim deve interagir com outros setores da sociedade civil. Todavia, no gráfico a seguir podemos conferir o índice ou quantidade dos projetos de extensão, pesquisa e ensino existentes na Unilab.

Gráfico 4- Ensino, Pesquisa e Extensão na Unilab



Fonte: Adaptação nossa a partir do sítio da Unilab. Disponível em: <
<https://unilab.edu.br/unilab-em-numeros/>>, 2022.

Conforme o gráfico acima, entre os projetos existentes na UNILAB, cerca de 57% são voltados para pesquisas, contra 30% de extensão e 13% do ensino, isto é, os projetos de pesquisa despertam maior interesse aos docentes. É um dos campos que prepara o profissional para indagações futuras e aprofundamento dos conhecimentos compartilhados. Todavia, é importante que essa área construa um ciclo de conhecimento e crítica, que possa auxiliar os futuros profissionais na tomada de decisão. Realmente, os projetos de pesquisa e extensão são formas de contribuição da universidade no processo de ensino-aprendizagem dos seus discentes, envolvendo a comunidade externa. Na UNILAB, a participação nas atividades de extensão é contabilizada como carga horária extracurricular e financiada pela universidade, por meio de bolsas, com custo unitário de R\$400,00/mês. De acordo com os dados disponibilizados pela Proex, a Unilab disponibilizou 90 bolsas de extensão para o ano de 2022, totalizando R\$36.000,00 por mês. Essas bolsas foram distribuídas para os projetos sediados nos campus do Ceará e da Bahia, sendo: 64 bolsas para o Ceará e 26 bolsas para campus dos malês Bahia. Todavia essas bolsas não podem ser acumuladas, uma vez que vai contra o princípio do órgão de fomento.

As pesquisas nas universidades têm produzido conhecimentos, resolvendo perguntas e solucionado dúvidas. Portanto, têm tido grande relevância no ensino superior, principalmente na formação dos profissionais que trarão o progresso para sociedade. Além disso, as pesquisas têm contribuído com inovação dos conceitos e vêm adquirindo pensamento racional, mais próximos da verdade. Nesse ínterim, os projetos de pesquisas na UNILAB encontram-se sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de

Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), com a Coordenação “responsável pelo acompanhamento, desenvolvimento e avaliação de projetos e relatório de pesquisa” (UNILAB, 2022, s/p).

Conquanto, os projetos de pesquisa se encontram vinculados aos órgãos de fomentos e apoio ao Programa Institucional de Bolsas Iniciação Científica (PIBIC), tais como: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). De acordo com o edital PROPPG 01/2023, o objetivo do PIBIC da UNILAB tem por interesse induzir a predisposição científica e motivar habilidades entre estudantes de graduação e os do ensino médio através da participação nos projetos de pesquisa, os quais são orientados por um pesquisador qualificado, variando para formação científica com recursos humanos ou outras atividades para pesquisa.

As bolsas no PIBIC são distribuídas a partir de seis modalidades seguintes:

- I. PIBIC/UNILAB-IC - Modalidade fomentada por recursos da instituição, voltada para o desenvolvimento do pensamento científico e iniciação à pesquisa de estudantes de graduação do ensino superior.
- II. PIBIC/UNILAB-Af - Modalidade fomentada por recursos da instituição, voltada para o desenvolvimento do pensamento científico e iniciação à pesquisa de estudantes de graduação do ensino superior que ingressaram na Unilab por meio de programas de ações afirmativas.
- III. PIBIC/CNPq-IC - Modalidade fomentada pelo CNPq, voltada para o desenvolvimento do pensamento científico e iniciação à pesquisa de estudantes de graduação do ensino superior. IV. PIBIC/CNPq-Af - Modalidade fomentada pelo CNPq, voltada às universidades públicas que são beneficiárias de cotas PIBIC e que têm programada ações afirmativas.
- IV. PIBIC/CNPq-ICJ - Modalidade fomentada pelo CNPq, dirigida às universidades públicas que buscam despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes do ensino médio e profissional da Rede Pública, mediante sua participação em atividades de pesquisa científica ou tecnológica.
- V. PIBIC/FAPESB - Modalidade fomentada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB, voltada para despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes de graduação, mediante a participação em projetos de pesquisas orientados por pesquisadores atuantes e qualificados, possibilitando ao iniciante a aprendizagem de técnicas e métodos e epistemologias, o desenvolvimento do pensar e criar científico, tecnológico e artístico-cultural, com aprimoramento do espírito crítico.

- VI. BICT/FUNCAP - Modalidade de bolsa fomentada pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) que tem por objetivo principal despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes de graduação universitária, mediante participação em projeto de pesquisa, orientados por pesquisador qualificado, contribuindo desta forma para a formação científica de recursos humanos para pesquisa ou qualquer outra atividade profissional (EDITAL PROPPG,01/2023, s/p).

Nesse contexto, os docentes visitantes, efetivos e pesquisadores bolsistas são responsáveis pela submissão dos projetos de pesquisas, no qual se comprometem com o desenvolvimento da pesquisa durante o período em que o projeto se encontra ativo e com vínculo com a instituição (UNILAB) ou até o período vigente das bolsas de iniciação científica. Assim sendo, os recursos de financiamento estão sob a responsabilidade da UNILAB e dos órgãos de fomento, mencionados anteriormente. Ademais, em consonância com a inclusão social por meio de Programa das Ações Afirmativas, a UNILAB dispõe um total de 30% das bolsas, destinadas aos candidatos/as que ingressaram nesta universidade através das modalidades para as pessoas negras, pardas, indígenas e entre outras categorias pertencente às classes consideradas minorias.

Portanto, através da pesquisa, é esperado que a UNILAB contribua para o desenvolvimento do saber universal, levando em conta o conhecimento tecnológico aplicado de acordo com a realidade local, regional e dos países parceiros, assim como outros diversos processos econômicos e culturais. Conquanto, existe parceria ou acordos tanto nacionais como internacionais para o aprimoramento da pesquisa, levando em conta o desenvolvimento tecnológico com a interação cooperativa entre a UNILAB, as empresas brasileiras e os países africanos (PDI, 2016).

6.2- Uma análise mista entre a Unilab e Unila através da Cooperação e Integração Internacional

A política de internacionalização do ensino superior brasileiro teve seu início com a implementação de novas universidades com proposta de cooperação internacional, implantada pelo Ministério da Educação, através de uma adoção política do Governo Federal. Conquanto, além das universidades contribuírem com a inserção no contexto internacional do Brasil por via da educação, também contribuirão com a parceria entre as instituições brasileiras e estrangeiras, a fim de desenvolver os projetos e prestação de cooperação para o desenvolvimento dos países membros e ou parceiros dessas instituições. Nesse contexto, em 2008 o Governo brasileiro instituiu a criação da

Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA), na cidade de Foz de Iguaçu no estado do Paraná, sul do Brasil.

Todavia, essa universidade abrange os países da América Latina e Caribe a partir da Lei 12.189/2010 (mencionada anteriormente) sancionada pelo Presidente da República na época, no qual em seu art.2º afirma que:

A UNILA terá como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no Mercado Comum do Sul-MERCOSUL. (BRASIL, 2010).

Nesse mesmo contexto de cooperação internacional, no mesmo ano foi instituída e implantada a Unilab (contextualizada anteriormente) que possui cooperação com as Comunidades dos Países da Língua Oficial Portuguesa. Essas duas universidades abriram novas portas para os estudantes oriundos desses países, através do processo da internacionalização do ensino superior brasileiro. Assim sendo, a UNILA e UNILAB “foram criadas com objetivo de se tornarem instituições científicas, culturais, sociais e ambientais de cooperação solidária em perspectiva intercultural, interdisciplinar e críticas” (RIBEIRO, 2015, p.64).

A criação da UNILA e da UNILAB enquanto instituições de matriz acadêmica internacional representa a base da cooperação e integração internacional brasileira por meio da educação, oferecendo um rico laboratório para compreensão das relações do Brasil com os países africanos de língua oficial portuguesa e os países latino-americanos, em específico as que pertencem ao Mercosul. Portanto, essas universidades oferecem cursos superiores que atendem as necessidades dessas nações. Conquanto, nas cidades de Redenção, Acarape, São Francisco do Conde e Foz de Iguaçu surgiram polos universitários globalizados em um mundo que tem se encontrando cada vez mais integrado. Todavia, reforçamos que a educação, principalmente superior, tem se tornado o fator principal para o processo de integração.

Segundo Ribeiro (2015), seja na conjuntura global ou regional as universidades vêm aparecendo como instituições fomentadoras de integração através das suas atividades entre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, o autor afirma que “não existe ciência sem integração, principalmente no modelo atual, onde vários lugares e pesquisas estão inter e intraligados, em uma rede de comunicações” (RIBEIRO, 2015, p.66). Na América do Sul, em sua criação, a

MERCOSUL já vinha destacando a tendência da integração cultural e via a educação como processo de dinamização e fortalecedora da integração entre os países membros envolvendo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Infelizmente, na prática esse processo de integração não ocorreu, “mesmo com vinte e três anos de funcionamento dobloco” (RIBEIRO, 2015, p.67). Entretanto, só com a assinatura de Protocolo de Intenção em Dezembro de 1991, na cidade de Brasília com os ministros da educação dos países membros da MERCOSUL, que inicia-se a preocupação com o processo da integração educacional.

Assim surgiu-se a UNILA com essa promessa, mesmo sendo atrasada, para impulsionar a integração latino americana, no qual o Brasil é protagonista desse projeto. Portanto, o governo brasileiro assumiu o compromisso com os países que fazem parte do Mercosul e da própria região da América Latina e Caribe. Nesse sentido, a UNILA tem por objetivo “formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio, cultural, científico e educacional da América Latina e Caribe” (RIBEIRO, 2015, p.67).

Essas duas universidades com temática de integração internacional representam as vertentes da política educacional brasileira, principalmente no contexto de internacionalização da educação no início do século XXI, abraçando o projeto de Cooperação Sul Sul na zona do Atlântico Sul. A UNILA representa a América Latina e Caribe a partir da proposta de internacionalização do ensino e a UNILAB os países lusófonos, uma iniciativa adotada por parte do governo brasileiro. Portanto, essa integração internacional é questionável porque não existe uma UNILA em outros países membros, assim também como não existe uma UNILAB nos países lusófonos. Ou seja, “uma proposta de integração se concretiza, quando ambos os lados se prontificam a assumir a nova jornada” (RIBEIRO, 2015, p.67), o que de fato não tem acontecido com essas duas universidades.

Conquanto, a história da criação da UNILA e UNILAB se encontram entrelaçados em suas propostas de educação para o Brasil, utilizando os interesses geopolíticos no quesito contemporâneo para investigar a latinidade ameríndia e lusofonia africana simbolizada nessas duas universidades. Nesse contexto, Santos (2017) afirma que:

A implantação da Unila e da Unilab ocorreu com base em uma política que consorcia os interesses estratégicos em política externa – projeção do Brasil

nos continentes americano e africano, na perspectiva de consolidação de sua liderança na região latino-americana e como potência regional do Hemisfério Sul, centrando sua atuação no conjunto geopolítico do Atlântico Sul – e as demandas de internacionalização da educação superior para fins de qualificar, internacionalizando, a produção científica e a formação de quadros no âmbito do sistema universitário federal (SANTOS, 2017, p.34).

Assim sendo, esse processo de internacionalização no contexto acadêmico vem se desenvolvendo numa relação tensa em que o Brasil tem sido protagonista. De um lado, tem apresentado ao sistema uma taxa de matrícula, seja ela líquida ou bruta, ainda baixa, com relação à sua economia mediana em comparação com outras potências mundiais e um quadro insuficiente e “despreparo relativo e pontual de professores e pelos números de expressão mediana da produção científica em escala e padrões internacionais” (SANTOS, 2017, p.34). Por outro lado, vem procurando a reparação da dívida histórica social que se manifesta no segmento de exclusão das classes menos privilegiadas e descentralização das instituições públicas (universidades e institutos federais) nas capitais do país, e também no processo da seleção dos ingressantes que dispara nos mais pobres e nos egressos das escolas públicas. E dar uma oportunidade à produção epistemológica, aos saberes populares e à diversidade cultural regional do país.

No entanto, é possível resumir que o projeto dessas instituições (UNILA e UNILAB) se encaixa na integração regional e de inclusão social, pois não existem instituições espelhos nos respectivos países membros. Por um lado, consideramos integração regional porque representa uma escolha política que procura preencher os espaços educacionais territoriais do país onde se encontram inserido, que associa os projetos regionais e locais com o desenvolvimento, agregando às suas populações no desenvolvimento social e econômico. Em outro aspecto, essas instituições materializam a inclusão do conhecimento epistêmico que sugere os discursos dignos e científicos das culturas subalternizadas, incluindo-os na matriz curricular.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou discutir e refletir sobre os doze anos da criação e funcionamento da UNILAB, procurando compreender as ações políticas e educacionais levadas a cabo pela instituição na transformação social das regiões em que ela se encontra sediada e dos países parceiros, de onde seus discentes são oriundos. Além da proposta de ensino, pesquisa e extensão gratuita, a universidade oferece aos seus discentes políticas das ações afirmativas, que visam sustentar as permanências durante o período da formação superior. Durante o processo de análise de dados/informações podemos perceber que a UNILAB é uma política pública ambiciosa, materializada pelo governo de Lula, na tentativa de redemocratização do ensino superior brasileiro. Desta forma, a criação dessa instituição, por vezes, é considerada um mecanismo político, social e econômico, fundamentado na ideia de reparação histórica do Brasil com os povos africanos, afro-brasileiros e todos aqueles que historicamente contribuíram e contribuem para o desenvolvimento da sociedade brasileira, porém suas ações são pouco reconhecidas.

Nesse contexto, é plausível destacar que a cooperação entre os países da CPLP resultou da intenção do Brasil em estreitar laços com os Estados, que estão ligados pela história colonial, herança linguística e sociocultural. Ciente da relevância dessa aproximação para a nova agenda internacional do Brasil no início da década de 2000, o então chefe do governo petista, manifestou o interesse de criação de uma instituição de ensino superior, no qual os acadêmicos oriundos dos países membros dessa comunidade podem fazer intercâmbio de conhecimento, tecnológico e sociocultural. Ademais, a UNILAB é resultado de uma política pública de expansão do ensino superior brasileiro, através do processo de interiorização e internacionalização, buscando levar os campus universitários mais próximos das populações que vivem nas pequenas cidades periféricas, o que de certa forma beneficia aqueles que não dispõem de condições socioeconômicas para viajarem até os grandes centros de capitais para frequentar os cursos superiores.

A ideia central dessa política sustenta que a partir da democratização da educação superior, as populações afro-brasileiras, indígenas e demais grupos de minorias, possam ter acesso aos cursos superiores, que posteriormente trariam resultados positivos na vida social e econômica desses discentes. Ora, conclui-se que nesse contexto foi criada a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia

Afro-Brasileira, no qual a partir dos acordos de cooperação internacionais, nacionais, estaduais, federais e municipais, vêm garantindo a sobrevivência, manutenção e consolidação dessa política pública de educação superior tanto a nível nacional como internacional, denominado de UNILAB. No entanto, reafirmamos que essa universidade surgiu no período no qual a política externa brasileira ganhou um novo horizonte, através da Cooperação Sul-Sul, cujo propósito foi auxiliar os países em desenvolvimento, essencialmente os PALOP's e Timor Leste na formação e capacitação de recursos humanos, que são elementos determinantes no processo de desenvolvimento.

Constatamos que nos primeiros cinco anos do funcionamento, a UNILAB contava com um orçamento anual regular que foi determinante na afirmação do projeto. Em contraste, após *o impeachment* da então presidente Dilma Rousseff, a política educacional brasileira que vinha sofrendo com cortes orçamentários, sobretudo nas Instituições de Ensino Superior Público Federal, houve um aumento, que consequentemente afetou o projeto da UNILAB. Nessa linha de raciocínio, verificamos que as políticas educacionais que já vinham perdendo espaços nos planos de gestão federal desde os governos de Michel Temer, praticamente sucumbiram, diante da euforia do projeto neoliberal da gestão de Jair Messias Bolsonaro nos períodos de 2019a 2022. Por conseguinte, algumas infraestruturas físicas, como a construção de prédios do campus dos Malês, na Bahia, foram interrompidas de forma abrupta. Além disso, alguns programas de auxílios e bolsas, bem como os projetos de pesquisas e de manutenção das infraestruturas existentes na UNILAB tiveram que ficar em segundo plano.

Para tanto, podemos afirmar que apesar da carência de políticas públicas educacionais experimentada nos últimos anos, a universidade conseguiu manter a suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, apesar das limitações. A UNILAB, enquanto projeto voltados para cooperação, integração e mobilidade internacional a nível acadêmico e científico, tem contribuído para a formação do conhecimento e a construção da mobilidade social entre a comunidade acadêmica e a comunidade externa. Também há um processo de integração entre o corpo discente que pode ser percebido, principalmente, no processo de acolhimento e compartilhamento de moradias entre os nacionais e internacionais. Essa é uma das missões asseguradas pelo documento que autoriza a criação dessa instituição, o que demonstra a capacidade institucional de salvaguardar os princípios que norteiam a UNILAB. Por outro lado, quase não existe

intercâmbio entre o corpo técnico, docente, discentes e terceirizados, ou seja, há necessidades de criar mecanismos para melhorar esse processo de troca que será determinante no progresso da instituição.

A partir da análise do tripé formado por ensino, pesquisa e extensão, podemos afirmar que a formação superior na UNILAB foi pensada para se adaptar às necessidades das cidades, regiões e países, de onde vem seu público alvo, o qual transparece o compromisso com as suas diretrizes e estratégias de transformação social. Na verdade, a universidade tem cumprido com o processo de troca de diálogos, conhecimentos e saberes, entre a comunidade acadêmica e externa, permitindo que as partes conheçam um pouco da culturalidade e sociabilidade dos países parceiros e das regiões do Maciço de Baturité e Recôncavo Baiano. Quanto ao processo de ensino estabelecido pela UNILAB através da cooperação internacional, acredita-se que é satisfatório, pois engloba temáticas desde a formação de professores, desenvolvimento agrário, gestão, saúde pública entre outras áreas que tanto os países parceiros como as regiões carecem de profissionais. Podemos comprovar isso com os números de egressos que hoje ocupam cargos estratégicos tanto na função pública como no campo privado, assim como aqueles que prosseguiram para pós-graduações.

Ademais, concluímos que é urgente repensar as políticas de ingressos dos estudantes estrangeiros e as contrapartidas nas nações parceiras, tendo em vista que ficou evidente que aí reside um dos pontos fracos dessa diplomacia. Encaminhando para o final, aconselha-se que as próximas pesquisas em relação a essa temática devem desenvolver uma análise exaustiva sobre a trajetória dos egressos, e como têm sido as suas contribuições para o desenvolvimento dos países parceiros e das regiões de onde seus discentes são oriundos. Acredita-se que a partir dessas abordagens é possível compreender um pouco mais sobre a efetividade do projeto e os possíveis pontos fracos e fortes na consolidação das diretrizes da universidade.

REFERÊNCIAS

ANDIFES. **Bolsas, restaurante e limpeza: como bloqueio de verba impacta universidades.** Disponível em : < [https://Bolsas_restaurante e limpeza: como bloqueio de verba impacta universidades – Andifes](https://Bolsas_restaurante_e_limpeza_como_bloqueio_de_verba_impacta_universidades_-_Andifes)>. Acesso em: 18 de Janeiro, 2023.

BRASIL. **Programa Bolsa Permanência.** Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/programa-bolsa-permanencia>. Acesso em: 16 de junho, 2022.

BRASIL. Lei 12.189, de 12 jan. 2010. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, UNILA. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12189.htm>. Acesso em: 15 de julho, 2023.

BUARQUE, Cristovam. **A Universidade na Encruzilhada.** 1o ed. São Paulo: editora Unesp Digital, 2019. Disponível em: < <https://books.google.com.br/books?hl>>. Acesso em: 16 agosto. 2022.

CPLP — Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. **Histórico — Como surgiu?** Disponível em: < <https://www.cplp.org/id-2752.aspx>>. Acesso em: 27 abril, 2022.

CARVALHO, Karinna Santos de Almeida.; ARGÔLO, Titaian Ximenes. **São Francisco do Conde: Planejamento Urbano Tendências e Vocações.** S/D.

CAMPELO, Eliene. **UNILAB: Caminhos e Desafios Acadêmicos da Cooperação Sul-Sul.** Entrevista concedida a Camila Gomes Diógenes e José Reginaldo Aguiar. Redenção, 2013.

CAVALCANTE, Larissa Guimarães de Souza. *Et Al.* UNILAB 10 anos: Experiências, Desafios, e Perspectiva de uma Universidade Internacional com a África no Interior do Ceará e Bahia. In: MONTEIRO, A.O.C. *et al.* (ORG). **Unilab 10 anos: Experiências, Desafios, e Perspectiva de uma Universidade Internacional com a África e Timor-Leste no Interior da Bahia e do Ceará- Volume II.** Fortaleza, Imprece, 2021.

CHAUÍ, Marilena. A Universidade Pública Sob Nova Perspectiva. **Revista Brasileira de Educação.** Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2003.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** Tradução de Luciana de Oliveira da Rocha. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CUNHA, Luís Antônio. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: LOPES, E. M. T.; FILHO, L. M. F.; VEIGA, C. G (Org). **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.151-204.

DIÓGENES, Camila Gomes e AGUIAR, José Reginaldo (Org.). **UNILAB: caminhos e desafios acadêmicos da cooperação Sul-Sul.** Redenção, UNILAB, 2013.

FALCÃO, Maria Luiza Silva; LEITE, Ângela Roberta Lucas. **As contribuições dos projetos de ensino, pesquisa e extensão para formação profissional dos docentes.** VI congresso nacional de educação, S/A.

FILHO, Plinio Nogueira Maciel; ALCÓCER, J.C.A; PINTO, O.R.O. Contexto Histórico da UNILAB. In: MONTEIRO, A.O.C. *et al.* (ORG). **Unilab 10 anos: Experiências, Desafios, e Perspectiva de uma Universidade Internacional com a África e Timor-Leste no Interior da Bahia e do Ceará- Volume II.** Fortaleza, Imprece, 2021.

FILHO, Penildo Silva; CUNHA, Eudes Oliveira. **Políticas de Ações Afirmativas na Educação Superior do Brasil: Reflexões na Perspectiva dos Direitos Humanos.** Disponível em: <<http://www.equidade.faced.ufba.br/sites/equidade.oe.faced.ufba.br>> Acesso em: 14 de junho, 2022.

FARIAS, Matheus Maciel. *Et al.* Brasil e CPLP: a Cooperação Sul-SUL no Século XXI. In: MONTEIRO, A.O.C. *et al.* (ORG). **Unilab 10 anos: Experiências, Desafios e Perspectiva de uma Universidade Internacional com a África e Timor-Leste no Interior da Bahia e do Ceará- Volume II.** Fortaleza, Imprece, 2021.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1698. **Educar em Revista**, nº28, p. 17-36, 2006.

FOLHA DE SÃO PAULO. **A Universidade de Darcy Ribeiro emerge na pandemia.** Disponível em : <<https://www1.folha.uol.com.br/blogs/sou-ciencia/2022/07/a-universidade-necessaria-d-e-darcy-ribeiro-emerge-na-pandemia.shtml>>. Acesso em: 7 de julho, 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnica de Pesquisa Social.** 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, N. L.; VIEIRA, S. L. Construindo uma ponte Brasil-África: a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). **Revista Lusófona de Educação**, v.24, p.81 – 95, 2013.

GOMES, N. L.; LIMA, A. R. P.; SANTOS, T. A. M. UNILAB-Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira: O desafio de uma experiência acadêmica na perspectiva da cooperação sul-sul. **Revista do PPGCS-UFRB, Novos olhares sociais**, v.1, p.93 – 110, 2018.

IBGE. Pesquisa Nacional por amostra de domicílios contínua. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series>>. Acesso em 24 de março, 2023.

LOPES, Brenner; Amaral, Jefferson Ney; Caldas, Ricardo Wahrendorff. **Políticas Públicas.** Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais, 2008.

LYOTARD, Jean François. **A condição pós-moderna.** Lisboa, 1985.

MENICUCCI, Telma.; GOMES, Sandra. **Políticas Sociais: conceitos, trajetórias e a experiência brasileira.** Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 2018.

MEDEIROS, Ailana Linhares de Souza. Avaliação da Política de Cooperação Sul-Sul na Unilab: percepções sob o olhar dos discentes estrangeiros dos Campi do Ceará. Dissertação (Mestre em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2017.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Lígia Márcia. **Ensino-Pesquisa-Extensão como fundamento metodológico da construção do conhecimento na universidade**. S/A.

MALOMALO, Bas'llele; Lourau, Julie; SOUZA, Osmaria Rosa. A Unilab na perspectiva da cooperação sul-sul: uma análise crítica decolonial africana. **Revista Crítica de Humanidades**. nº 245, p.517-552, 2018.

MONTEIRO, Artemisa. Unilab visita países parceiros. 2022. Disponível em: < [Unilab visita países parceiros em missão institucional](#)>. Acesso em: 7 de dezembro de 2022.

MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro; ANDRADE, Fernando César Bezerra de. Ensino-Pesquisa-Extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**, v.14, nº41, 2009.

NOGUEIRA, Teresinha de Jesus Araújo Magalhães. FERRO, Maria Amparo Borges. **Política de Interiorização da Educação Superior no Piauí, no contexto da História das Políticas da Educação Brasileira**. Piauí, S/A.

NOBRE, Clarissa Diniz Diógenes. **Timorenses na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB):** encontros e desencontros de uma experiência. Dissertação (Mestre em Educação) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2015.

OLIVEN, Arabela Campos. **Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades:** uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil. Porto Alegre, 2007.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **As Políticas Educacionais no Governo Lula:** ruptura e permanências. RBP AE-v.25, n.2, p. 197-209, 2009.

OLIVEN, A. C. Histórico da educação superior no Brasil. *In*: SOARES, M. S. A. (Org.). **A educação superior no Brasil**. Porto Alegre: Unesco, 2002. p.31-42.

OUTRAS PALAVRAS. Universidades Públicas sob novo (e brutal) ataque. Disponível em:

<<https://outraspalavras.net/crise-brasileira/universidades-publicas-sob-novo-brutal-ataque/>>. Acesso em: 11 de junho, 2022.

PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar. **A Universidade da Modernidade nos Tempos Atuais**. Sorocaba, São Paulo, 2008.

PORTO, Luciana E. Assistência Estudantil Ainda é Desafio para as Novas Universidades. **In Jornal do Professor**, Sindicato dos Docentes da Universidade de Goiânia, Goiânia, 2021.

PONTES, Rita Lopes da Silva de. **Conselhos de Saúde e Desafios da Participação Popular:** um estudo no município de Redenção-CE. Dissertação (Mestre em Planejamento e Políticas Públicas) — Universidade Estadual de Ceará. Fortaleza, 2017.

REDENÇÃO. Prefeitura de Redenção. Disponível em: <<https://redencao.ce.gov.br/omunicipio.php>>. Acesso em: 9 de agosto, 2022.

RIBEIRO, Américo Fabricio. **UNILAB: Políticas Educacionais e as Transformações do Espaço Urbano em Redenção-Ceará-Brasil**. Dissertação (Mestre em Geografia) — Universidade Estadual de Ceará. Fortaleza, 2012.

RIBEIRO, Américo Fabricio. UNILA E UNILAB: Uma Abordagem sobre o Processo de Integração Internacional do Ensino Superior a partir das Universidades Federais no Brasil. **Geosaberes**, v.6, outubro, 2015.

RIBEIRO, Darcy. **A Universidade Necessária**. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1969.

SANTOS, Ademária Ione Dos. **As construções das estratégias de ensino para a educação das relações étnico raciais na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)**. Dissertação (Mestre em Ensino) - Universidade do Vale do Taquari. Lajeado, 2020.

SANTOS, Boaventura de Souza. A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. In: SANTOS, Boaventura de Souza.; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A Universidade no Século XXI: para uma universidade nova**. Coimbra. Outubro, 2008.

SANTOS, Eduardo. Internacionalização da Educação Superior- a Opção Geopolítica pela Integração Regional nos casos da Unila e da Unilab. **Laptage em Revista**, vol. 3, 2017.

SAMPAIO, Sônia Maria Rocha. O Observatório da Vida Estudantil: uma contribuição aos estudos sobre a vida e cultura universitária. In: **Observatório da Vida Estudantil: primeiros estudos** (online). Salvador: EDUFBA, 2011.

SOUZA, Francisca Sidma Ferreira De. **Acolhimento e Integração dos Estudantes Internacionais na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB**. Dissertação (Mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior). Fortaleza, 2019.

SOUZA, Dominique Guimarães. *Et al.* Breve histórico acerca da criação das universidades no Brasil. **Revista Educação Brasileira**, v.19, nº5, 12 de março de 2019.

SILVA, Maurício. **As questões étnico-raciais e a universidade brasileira: uma proposta de estudo das ações afirmativas à luz da reflexão freireana acerca da educação popular**. S/A.

SILVA, Mariana Wagner Da; RISSI, Maurício. Análise de informações orçamentárias presentes nos planos de desenvolvimento institucional das universidades federais brasileiras. **Centro Universitário UNA**. Belo Horizonte, 2020.

SILVA, Franklin Leopoldo E. **Universidade: a ideia e a história**. Estudos Avançados, 2006.

SILVA, Josielle Soares Da. **Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB):** uma estratégia de cooperação solidária ou consolidação da internacionalização mercantil? Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

STUCKY, R. M. M. **As políticas públicas e a exclusão na conquista do direito universal à saúde.** In: Lindomar Wessler Boneti. (Org.). Educação, exclusão e cidadania. 01ed. Ijuí: Editora Unijuí, 1997, v. 01.

TEIXEIRA, Luciana de Gois Aquino. *Et al.* **Políticas Públicas de Assistência Estudantil:** uma breve reflexão sobre gênero no Instituto Federal Goiano- Campus Urutaí. S/A.

UNILAB. **Estatuto aprovado pela resolução 04/2013.** 2013. Disponível em: <<http://www.unilab.edu.br>> Acesso em: 27 de abril, 2022

UNILAB. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2016 – 2021- UNILAB.** Redenção, 2016. Disponível em: < <http://www.proplan.UNILAB.edu.br>> Acesso em: 27 de abril, 2022.

UNILAB. **Nosso Campi.** Redenção, 2022. Disponível em :< <https://unilab.edu.br/nossoscampi>>. Acesso em: 13 de maio, 2022.

UNILAB. **Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação-Apresentação.** Redenção, 2022. Disponível em: <<https://proppg.unilab.edu.br/index.php/proppg-apresentacao/>>. Acesso em: 14 de maio, 2022.

UNILAB. **Unilab em Números.** Redenção, 2022. Disponível em: < [https://unilab.edu.br/unilab em Números](https://unilab.edu.br/unilab%20em%20Números)>. Acesso em: 29 de novembro, 2022.

UNILAB. **Documentos da Unilab.** Redenção, 2022. Disponível em: < [https://Documentos da Unilab - Google Drive](https://Documentos%20da%20Unilab%20-%20Google%20Drive)>. Acesso em: 29 de novembro, 2022.

UNILAB. **Historias SFC.** Redenção, 2022. Disponível em: <https://unilab.edu.br/historias_sfc/>. Acesso em: 9 de agosto, 2022.

UNILAB. **Restaurante Universitário.** Redenção, 2022. Disponível em: < <https://unilab.edu.br/restauranteuniversitario/>>. Acesso em: 31 de novembro, 2022.

UNILAB. Unilab visita países parceiros em missão institucional. Disponível em : <[https://Unilab visita países parceiros em missão institucional](https://Unilab%20visita%20países%20parceiros%20em%20missão%20institucional)>. Acesso em 7 de dezembro, 2022.

UNILAB. Seleção simplificada CIEC/PROPAE No. 001/2020 ajuda de custo para deslocamento e alimentação. Disponível em: <[https://\[ATUALIZADO-RESULTADO\]SELEÇÃO SIMPLIFICADA CIEC/PROPAE No. 001/2020 Ajuda de custo para deslocamento e alimentação \(unilab.edu.br\)](https://[ATUALIZADO-RESULTADO]SELEÇÃO%20SIMPLIFICADA%20CIEC/PROPAE%20No.%20001/2020%20Ajuda%20de%20custo%20para%20deslocamento%20e%20alimentação%20(unilab.edu.br))>. Acesso em 6 de dezembro, 2022.

UFABC. **Universidade Federal do ABC.** Disponível em: < [https://Sobre - Universidade Federal do ABC \(ufabc.edu.br\)](https://Sobre%20-%20Universidade%20Federal%20do%20ABC%20(ufabc.edu.br))>. Acesso em 17 de março, 2023.

UNESCO — Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009: As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social.** Paris, 8 de julho de 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman & view=download & alias=4512-conferencia-paris & Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4512-conferencia-paris&Itemid=30192)> Acesso em: 27 de abril, 2022.

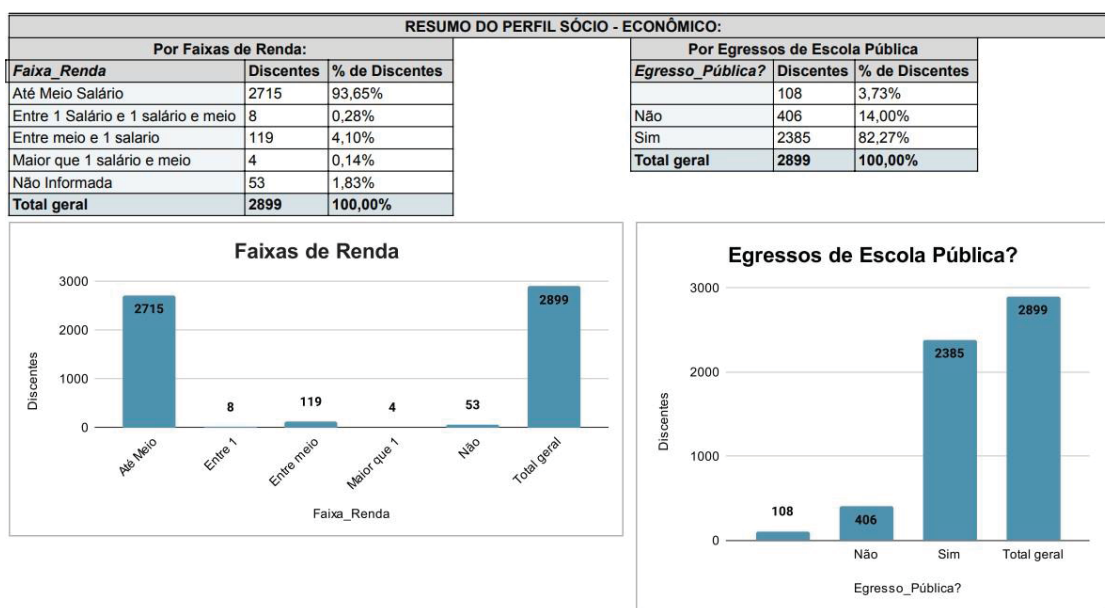
VASCONCELLOS, Marco A.; GARCIA, Manuel E. **Fundamentos da Economia.** 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

VASCONCELOS, N. B. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência ao longo da história da educação superior no Brasil. *Ensino em Revista*, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 599-616, jul./dez. 2010. Disponível em: www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/11361. Acesso em: 24 de agosto, 2022.

VANSTREELS, Christine. *A Democratização e Expansão da Educação Superior no País-2003- 2014.* S/A.

ANEXOS

ANEXO 1 - PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ESTUDANTE



RESUMO DO PERFIL SÓCIO - ECONÔMICO:					
Por Período de Ingresso:			Por Período de Ingresso:		
Ingresso	Discentes	% de Discentes	Egresso_Pública?	Faixa_Renda	Discentes % de Discentes
2012.2	1	0,03%		Até Meio Salário	108 3,73%
2012.3	1	0,03%			108 3,73%
2013.1	31	1,07%			
2013.3	44	1,52%			
2014.1	90	3,10%			
2014.3	91	3,14%			
2015.1	186	6,42%			
2015.3	121	4,17%			
2016.1	173	5,97%			
2016.2	227	7,83%			
2017.1	308	10,62%			
2017.2	220	7,59%			
2018.1	348	12,00%			
2018.2	351	12,11%			
2019.1	345	11,90%			
2019.2	233	8,04%			
2020.1	129	4,45%			
Total geral	2899	100,00%			
			Total		
			Não	Até Meio Salário	387 13,35%
				Entre 1 Salário e 1 salário e meio	2 0,07%
				Entre meio e 1 salario	9 0,31%
				Não Informada	8 0,28%
			Não Total		406 14,00%
			Sim	Até Meio Salário	2220 76,58%
				Entre 1 Salário e 1 salário e meio	6 0,21%
				Entre meio e 1 salario	110 3,79%
				Maior que 1 salário e meio	4 0,14%
				Não Informada	45 1,55%
			Sim Total		2385 82,27%
			Total geral		2899 100,00%

ANEXO 2 - PROGRAMA DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NA UNILAB



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
PRÓ-REITORIA DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS E ESTUDANTIS

DESPACHO COMUM

Excelentíssima Senhora MONICA SARAIVA ALMEIDA (Ouvidora)

Prezada,

Em resposta ao formulário (0452185) constante no processo 23282.006714/2022-21, apresentamos os levantamentos geral do perfil socioeconômico dos estudantes e políticas das ações afirmativas implementadas na Pró-reitoria de Afirmativas e Estudantis (PROPAE)

1. Núcleo de Assistência estudantis (NAE)

*Periodicidade das avaliações socioeconômicas: A cada início de semestre lançamos o cronograma de inserção aos ingressantes e os cronogramas de renovações estão sendo lançados conforme o plano de renovação estabelecido pela comissão. A partir do ano de 2023, estaremos migrando para as avaliações socioeconômicas serem realizadas semestralmente.

*Tempo de durabilidade da avaliação socioeconômica: **1 ano**

*Avaliações socioeconômicas são feitas mensalmente: No ano de 2022, as convocatórias para as renovações estão sendo realizadas de forma bimestralmente. Realizamos aproximadamente cerca de **250 avaliações** socioeconômicas.

1.1 RESUMO DO PERFIL SÓCIO - ECONÔMICO (2021)

Faixa de Renda		
Faixa de Renda	Discentes	% de discentes
Até Meio Salário	2715	93%
Entre 1 Salário e 1 salário e meio	8	0,28%
Entre meio e 1 salario	119	4,10%
Maior que 1 salário e meio	4	0,14%
Não Informado	53	1,83%
Total	2899	100%

Egressos de Escola Pública

10/05/2022 09:51

SEI/UNILAB - 0458840 - Despacho Comum

Sem informação	108	3,73%
Não	406	14,00%
Sim	2385	82,27%
Total	2899	100%

3. Auxílio emergencial concedidos em 2021

*Solicitações - 266 deferidas -201

*Solicitações 2022 Mês de abril/2022 - 121 solicitações (em média)

4. Atendimento aos Discentes em atenção ao [Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010](#), que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

*QUANTITATIVO DE ESTUDANTES ATENDIDOS PELO PAES EM 2021

2021:

Alimentação - 1656

Moradia - 1735

Social - 381

Transporte - 43

Instalação - 260

Quantitativo De Estudantes Atendidos Pelo Paes Em 2021, Considerando Os Acúmulos

Alimentação (Sem Acúmulo) 130

Alimentação + Transporte 38

Alimentação + Moradia 1231

Alimentação + Moradia + Instalação 257

Instalação (Sem Acúmulo) 0

Moradia (Sem Acúmulo) - 245

Moradia+Instalação - 3

Social (Sem Acúmulo) - 381

Transporte (Sem Acúmulo) – 5

2021

QUANTITATIVO DE ESTUDANTES DESVINCULADOS DO PAES EM 2021- **361**

Recebendo auxílios (Total geral)

*2022: 1956 **auxílios**

*Quantitativos de emissão de nada Consta

2022 - 122

2021- 243

2020 - 88

2019 - 8

10/05/2022 09:51

SEI/UNILAB - 0458840 - Despacho Comum

*Quantitativos de emissão de declaração do Paes

2022 - 301

2021- 820

2020 - 650

2019 - xxx

5. BOLSA PERMANÊNCIA:

Total geral de Bolsas: 295

Novas Bolsas

2019: 0

2020: 6

2021: 7

2022: 50

Total das novas bolsas: 63

Observação: Não tivemos, em 2019, finalizações

6. RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO

2019 – Média de refeições mensais 2.200 refeições (parâmetro do mês de dezembro)

2022

Abril: Fornecimento de 40.415 refeições

*Restaurantes funcionamento de segunda a sábado (almoço/jantar);

*Cadastro de 2.723 cartões;

*Cadastro de 291 gratuidades;

Maio

Segunda: 02/05/2022 2.415 refeições.

Terça: 03/05/2022: 2.575 refeições.

7. NIADI – CDHAA

2021

* Criação do Núcleo de Inclusão e acessibilidade e Diversidade (NIADI)

* Aprovação da Política de Inclusão e acessibilidade da Unilab

*Implementação do Programa Incluir/2022:

a) Edital para concessão de auxílio inclusão para estudantes PcD, regularmente matriculados em cursos graduação presencial, para atender a META 2/ AÇÃO 2

vigência: junho a dezembro de 2022 (**6 meses**)

valor do auxílio: R\$ 400,00 (Quatrocentos reais)

nº de beneficiários: até 10 (bolsas)

8. SEPIR: Bancas de Heteroidentificação

2021- 2

2022:

10/05/2022 09:51

SEI/UNILAB - 0458840 - Despacho Comum

Bahia – 13 bancas realizadas

Ceará – 30 bancas realizadas

9. DIASE

2021

*Perícia médica - 204

*Acolhimento em saúde realizados pela equipe médica e de enfermagem de 2021 - 247

*Atendimentos psicológicos (acolhimentos individuais) - 3523

*Atendimentos do Projeto Academia em casa em – 485

Mara Rita Duarte de Oliveira
Pró-reitora de Políticas Afirmativas e Estudantis



Documento assinado eletronicamente por **MARA RITA DUARTE DE OLIVEIRA, PRÓ-REITOR(A) DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS E ESTUDANTIS**, em 10/05/2022, às 06:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0458840** e o código CRC **6F98C123**.

Referência: Processo nº 23282.006714/2022-21